



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 59ª reunião, realizada em 8 de maio de 2020

1 Em 8 de maio de 2020, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Maria Eugênia Monteiro, da
7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildelfonso
8 Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Jaime Alvino
9 Starke, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese);
10 Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de
11 Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Instituto Brasileiro de
12 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Claudinei Oliveira
13 Cruz, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade
14 civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de
15 Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das
16 Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José Angelo Paganini, da Fundação
17 Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da
18 Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Pro Mutuca); Carlos
19 Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME);
20 Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
21 (Abes-MG). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
22 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
23 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 59ª reunião da
24 Câmara de Atividades Minerárias e explicou sobre o funcionamento da reunião,
25 destacando as manifestações dos conselheiros e dos inscritos e o sistema de
26 votação dos itens de pauta. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
27 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu gostaria de colocar
28 aqui alguns posicionamentos que imagino que sejam de conhecimento de todos
29 os senhores conselheiros. Os obstáculos colocados para participação das
30 entidades ambientalistas no COPAM impactam negativamente a
31 representatividade da sociedade civil e as avaliações técnicas dos processos em
32 análise. O número de processos colocados em pauta e os prazos disponibilizados
33 para sua análise tornam humanamente impossível para as entidades da
34 sociedade civil que não dispõem de recursos técnicos e financeiros efetuar uma
35 avaliação adequada. Não se justifica realização de reuniões extraordinárias,
36 diminuindo o tempo para análise e participação social, se os pedidos de vista
37 devem ser analisados na reunião subsequente, ou seja, 30 dias após. Todas as

38 atividades produtivas, incluindo a mineração, só podem acontecer por delegação
39 da sociedade civil e em seu benefício. Lembramos que o processo de
40 licenciamento também deve se dar nesse sentido.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
41 Grillo: “Antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar todos os participantes
42 da videoconferência, inclusive quem está assistindo no YouTube. Como bem
43 disse o Orsini na reunião passada, os Pareceres Únicos são muito bem-feitos, os
44 técnicos são bons, não tenho dúvida disso. Agora, conforme nós podemos
45 observar nas investigações que sucederam Brumadinho, entendo que esses
46 pareceres são baseados apenas nas informações prestadas pela mineradora. E
47 aquele desastre nos demonstrou, de forma muito triste e clara, que temos que
48 desconfiar da falta ou das alterações de documentos apresentados pelo
49 empreendedor. Pelo que entendi até agora, o que a mineradora omitir da SEMAD
50 não será analisado. Como foi no caso lá de Brumadinho. E como já foi dito,
51 inclusive, me parece que pelo Yuri, presidente do Conselho, a SEMAD confia na
52 correção dos dados apresentados para análise. Em quase todos os Pareceres
53 Únicos vem de forma clara o seguinte posicionamento da SEMAD. ‘Cabe
54 esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental não
55 possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais
56 apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim
57 como a comprovação quanto à eficiência desses, de inteira responsabilidade das
58 empresas responsáveis e ou seus responsáveis técnicos.’ Então para mim,
59 enquanto os EIA/Rimas continuarem a ser contratados pelas mineradoras, nós
60 não temos como confiar na veracidade integral deles. Isso está sendo dito desde
61 o desastre de Brumadinho. O próprio Germano disse, na época, que foi enganado
62 pelas mineradoras, que se sentiu enganado pelas mineradoras. Por esse motivo,
63 achamos muito importante manter sempre uma consulta à sociedade local antes
64 de votar. Será que a empresa omitiu alguma informação importante? O prazo de
65 três dias para que possamos consultar as sociedades locais é curto e inviável.
66 Mesmo que vocês tenham um prazo mínimo legal de dez dias para disponibilizar
67 o material, eu sugiro que vocês entreguem a convocação e o material necessário
68 à análise do processo com pelo menos três semanas de antecedência, o que
69 evitaria os excessos de pedidos de vista. Esse procedimento, ao meu ver,
70 facilitaria para todos os lados, diminuiria o número de reuniões extraordinárias, de
71 protestos por parte da sociedade, certamente diminuiria o prazo total para
72 licenciamento e diminuiria, acredito, o volume de judicializações. O atropelo no
73 processo de licenciamento, retirando da sociedade o direito de preparar um
74 relatório mais aprofundado, não atende os interesses da sociedade nem do meio
75 ambiente, também não atende o objetivo de redução nos prazos de licenciamento,
76 visto que obriga os representantes da sociedade a pedir vista sempre. Esse
77 atropelo atende apenas aos interesses das mineradoras. Essa é mais uma
78 evidência da submissão do Estado de Minas a esses interesses. Mais uma vez o
79 governo de Minas, através da SEMAD, não se baseia nos princípios da prevenção
80 e precaução para licenciar minerações. No dia 6/5/2020, o ministro do Supremo

81 Edson Fachin determinou a suspensão de demarcações de terras indígenas até
82 o fim da pandemia. Segundo o ministro, deve incidir o princípio constitucional da
83 precaução, que exige do poder público que atue para reduzir os riscos
84 socioambientais em defesa da manutenção da vida e da saúde. Fica a pergunta:
85 por qual motivo os licenciamentos de mineração não têm observado os princípios
86 da precaução e prevenção? No caso, a falta de uma consulta à sociedade local
87 sobre itens que poderiam não estar fazendo parte do processo de licenciamento,
88 mas que afetam diretamente o processo, isso não poderia ser feito, ser julgado
89 sem que a sociedade pudesse se manifestar. E não podemos dizer que isso
90 ocorre lá na audiência pública porque, como vocês vão ver aqui em seguida, no
91 caso da CSN, isso não tem ocorrido no caso das audiências públicas.” Anderson
92 Silva de Aguiar/SEMAD: “Só fazer algumas avaliações aqui tendo em vista o que
93 o conselheiro Julio Grillo colocou. Primeiro, a 6.938 determina ao Conama que
94 deve editar normas para disciplinar o licenciamento ambiental no país, e esse por
95 sua vez editou a Resolução Conama 237, no ano de 1997. Recentemente, o
96 Conama criou um GT para avaliar quais seriam as resoluções que deveriam
97 continuar vigentes, pois são efetivas e ainda exercem efetividade no direito
98 brasileiro e nas instruções técnicas necessárias, aquelas que perderam sua
99 efetividade e deveriam então ser revogadas ou que já foram revogadas
100 tacitamente por edição de leis, decretos ou outras normas legais ou infralegais
101 superiores às Resoluções Conama, e esse GT concluiu que a Resolução 237 está
102 valendo e continua atual para os princípios legislativos e legais do país no que
103 rege o licenciamento ambiental. Digo isso porque a Resolução Conama
104 estabelece que as informações são prestadas pelo empreendedor, no caso os
105 estudos e as instruções processuais, e ele é o total responsável por essas
106 informações ali prestadas. Então não podemos criar uma regra diferente daquela
107 aplicada para o licenciamento ambiental quando a regra nacional continua
108 vigente, tendo sido, inclusive, passado por um crivo recente, agora em 2018, e
109 entendido que ela deve permanecer válida. Além do mais, há outros instrumentos
110 de gestão ambiental que são para além do licenciamento ambiental. O
111 licenciamento ambiental não é o único. O que estamos tratando aqui é o
112 licenciamento ambiental, mas outras formas de política podem ser
113 implementadas, como Avaliação Ambiental Estratégica e Avaliação Ambiental
114 Integrada. O Estado de Minas Gerais, através de governador, tem empenhado
115 esforços para que a Avaliação Ambiental Estratégica do minério de ferro seja
116 implementada e possa trazer outros mecanismos para a decisão do processo de
117 licenciamento, assim como a gestão dos territórios e também dos recursos
118 minerais disponíveis aqui no Estado de Minas Gerais. É importante dizer também
119 que em grandes pontos eu discordo do conselheiro, porque é feita toda uma
120 avaliação técnica e também jurídica em todos os princípios do direito
121 administrativo naquilo que é referente ao processo do licenciamento. Então os
122 princípios são todos avaliados por uma equipe – como o senhor mesmo disse –
123 competente, que passa por treinamento constante. O Dr. Yuri está aqui – sem

124 desmerecer os outros colegas que aqui estão, mas apenas porque ele está como
125 figura de presidente, então tem um certo destaque –, ele sabe do esforço que nós
126 temos para fazer alinhamentos institucionais, treinamentos e manter informação
127 atualizada com os órgãos do governo federal e os órgãos também dos governos
128 municipais. Então há uma sinergia de ações da parte do Executivo administrativo
129 para que o processo de licenciamento aconteça da melhor forma possível. Em
130 certo ponto eu concordo com o senhor que a audiência pública realmente não é
131 suficiente para todo o espaço da manifestação da sociedade, e é por isso que o
132 processo de licenciamento é um processo aberto, do início da caracterização –
133 hoje, caracterização, antigamente era o FCE, até o dia 4 de novembro de 2019 –
134 , isso é aberto para a sociedade se manifestar a todo e qualquer momento,
135 inclusive até na hora da sua decisão, seja ela por este Conselho, representando
136 o COPAM através da Câmara Técnica, ou pelo superintendente. Ainda cabendo
137 o recurso de todos aqueles legitimados, sendo a sociedade civil já colocada pela
138 própria regra da legislação como legitimada para apresentar o recurso. Então o
139 que eu venho colocar é que os princípios estão todos balizados pela legislação,
140 resolução e normas ABNT naquilo que é referente à avaliação do licenciamento
141 ambiental. Não fazemos avaliações de outros campos que não são do
142 licenciamento ambiental. E o empreendedor tem, sim, responsabilidade técnica
143 nas informações que ele presta, tem responsabilidade civil e criminal naquilo que
144 traz de informação, e o processo administrativo, e a ele pode ser questionado, a
145 qualquer momento, se aquela informação não for verídica. Isso pode ser
146 questionado pelo próprio órgão ambiental, como também pode ser questionado
147 pela sociedade civil ou pelos órgãos controle a todo e qualquer momento. O
148 processo de licenciamento ambiental, na sua concessão, não dá o direito vitalício
149 ao empreendedor para ele executar uma atividade sem observância da legislação
150 federal, estadual e municipal, naquilo que é referente aos atos de controle. E eu
151 estou dizendo aqui do município e me referindo ao nacional também porque o
152 licenciamento é apenas um dos atos necessários para o funcionamento de uma
153 atividade ou para instalação de atividade. De forma nenhuma ele sobrepõe o
154 alvará de construção ou alvará de licença de localização e funcionamento
155 emitidos pelo município ou outros que são do órgão federal e ainda também do
156 órgão estadual. Eu queria colocar esses pontos porque acho importante destacar.
157 Sei que o conselheiro tem um ponto de vista e que nós já havíamos colocado
158 tanto a Subsecretaria à disposição para tratar de assuntos temáticos conceituais
159 do licenciamento ambiental de uma forma geral, assim como na própria Plenária
160 do COPAM foi sugerido pelo conselheiro e acatado pela plenária, na ocasião, a
161 criar um Grupo de Trabalho para discutir sustentabilidade. Nós estamos abertos
162 a esses dois pontos, tanto para as discussões do que foi dito na última reunião
163 tanto quanto para participar do Grupo de Trabalho e fazer as contribuições. Essas
164 são de caráter conceitual e vão ter o foro adequado para discussão. Eu entendo
165 que agora está materializado nos processos administrativos que são desta pauta.”
166 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Anderson, eu queria dizer uma coisa que é

167 muito importante. Em momento algum eu disse ou questionei que vocês estariam
168 agindo de uma forma ilegal. Eu acho que vocês estão utilizando tudo que é
169 possível legalmente. Eu não tenho é como negar de encaminhar um processo
170 como esse para a sociedade civil, para um cara que mora a 400 km de nós, para
171 saber o que a sociedade está achando daquilo, para escutar a sociedade, que
172 fala assim: 'Nada do que nós conversamos naquela audiência pública fez parte
173 do processo. Nós pedimos para poder ter uma análise integrada da questão
174 hídrica, e o pessoal não apresentou'. Ou 'puxa vida, está dentro de tal parte assim
175 e não tem anuência.' O processo segue pelo que está contido nele, mas aquilo
176 que for omitido ou distorcido não estará no processo. E nós temos que lembrar
177 agora o seguinte, se quem tem a responsabilidade de apresentar o EIA/Rima é o
178 empreendedor, está comprovado que as mineradoras ou a mineradora principal
179 andou alterando o processo, omitindo informações, eu acho que nós temos que
180 nos precaver. E a minha forma, como representante da sociedade civil, de
181 precaver é tentar fazer com que a sociedade civil tenha mais tempo para se
182 manifestar. Então eu sei que vocês legalmente têm dez dias corridos para
183 apresentar o que quiserem, podem pedir o que quiserem, mas dez dias corridos
184 provavelmente não serão suficientes para a sociedade. E se vocês passam esse
185 prazo para 20... Vocês não podem é, se a lei está dizendo que é no mínimo dez,
186 fazer em cinco. Mas vocês podem fazer em 20. E se vocês fizerem em três
187 semanas, 20, 25 dias, vai dar tempo de consultar a sociedade local. É só isso, e
188 fica a título de sugestão para vocês. Porque eu estou obrigado, por compromisso
189 com todas as ONGs do Estado que me elegeram, a encaminhar todos os
190 processos para a sociedade local. Isso é uma combinação, e eu não vou romper.”
191 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria primeiramente não
192 parabenizar, mas, principalmente, colocar de uma forma muito clara e agradecer
193 a explanação feita pelo secretário Anderson, que foi muito feliz nas suas
194 colocações, principalmente quando ele toca nos aspectos processuais dos
195 estudos que vêm à tona aqui para os conselheiros, para as reuniões, ou seja, o
196 Parecer Único, em que os aspectos técnicos e jurídicos são devidamente
197 analisados pela equipe das Suprams. Mas eu só queria colocar um outro aspecto
198 que para nós é muito importante, que é uma defesa nossa até da engenharia,
199 representando aqui a Sociedade Mineira de Engenheiros. Nós temos que procurar
200 também – e falei para todos os colegas – o que nós chamamos de compreensão
201 e racionalidade, o que deveria seguir em todos os processos. Realmente nesses
202 procedimentos que foram adotados na própria descentralização dos estudos,
203 quando nós temos cada Supram Regional fazendo um trabalho de base muito
204 bom, eu vejo aí um relacionamento na questão social com a sociedade, com as
205 comunidades, muito grande, só dentro dessa colocação da própria regionalização
206 adotada. Isso está sendo feito, e alguns casos mais específicos têm vindo às
207 Câmaras Técnicas especiais, mas a maioria deles são tratados dentro das
208 Regionais. Então isso é a aproximação que nós temos com a própria sociedade,
209 com as comunidades. Outro ponto que eu queria colocar, para não delongar

210 muito, é o seguinte. Nós da Sociedade Mineira de Engenheiros, como técnicos
211 que somos e defensores da engenharia, também defendemos hoje – e eu queria
212 me colocar à disposição tanto da SEMAD, como do presidente Yuri, como do
213 secretário Neto e do Anderson, o secretário Germano – que nós deveríamos
214 discutir um pouquinho o que hoje está internacionalmente sendo considerado
215 como elemento importante para as questões ambientais no mundo inteiro, que
216 são os Princípios do Equador. Os Princípios do Equador, que foram criados no
217 ano de 1998 – eu tive a ocasião de participar, inclusive, no início da formulação
218 deles –, levam em consideração, meu caro Grillo, exatamente os aspectos que
219 você falou, dentro da racionalidade, dentro da compreensão. Hoje nós temos a
220 questão da responsabilidade social, a questão dos direitos humanos e outros que
221 dão às entidades financeiras internacionais – como é o caso do Banco Mundial,
222 como é o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros fundos
223 internacionais – o conforto de poder estudar os financiamentos para grandes
224 projetos, não só de mineração, indústria, infraestrutura e todos eles que nós
225 sabemos muito bem. Então, meu caro presidente, eu fico à disposição no
226 momento que for possível, quando terminar talvez essa quarentena, para fazer
227 uma exposição a vocês, a todos os colegas, sobre os Princípios do Equador. E
228 nós vamos ver que vamos chegar também a uma condição muito satisfatória de
229 fazer com que o meio ambiente seja uma questão de consciência, que nós não
230 precisamos de ficar correndo atrás de prazo disso porque o meio ambiente
231 deveria ser uma consciência de toda a sociedade, tanto dos empreendedores
232 como de quem está fiscalizando.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha
233 Coutinho: “Eu acho que é importante ressaltar que tem estudos, como indicadores
234 secundários, que demonstram a trajetória ambiental de municípios mineradores e
235 municípios não mineradores, e os resultados demonstram que os municípios de
236 base mineradora possuem um forte sistema de proteção ambiental, já que a
237 dimensão ecológica se encontra institucionalizada em torno desses marcos
238 regulatórios dos órgãos que estão especificamente em prol do trato da questão
239 ambiental. Quando ao princípio da precaução, eu acho que temos que ter um
240 pouco de cuidado na forma tratá-lo, porque muitas vezes parece que se
241 confundem o risco com o próprio dano. O princípio da precaução, que encontra
242 sua previsão no artigo 15 da Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
243 das Nações Unidas, fala assim: ‘Com o fim de proteger o meio ambiente, o
244 princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados de
245 acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou
246 irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como
247 razão para adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a
248 degradação ambiental’. Eu acho que o texto deixa bem claro, precaução não é
249 simplesmente dizer ‘não’ para qualquer atividade. E até ficam dois
250 questionamentos. Será que o princípio da precaução pode ser interpretado de
251 forma extensiva ao ponto de se formar uma culpa presumida? E a incerteza
252 científica do dano ambiental é presunção de responsabilidade? E vale lembra que

do ponto de vista jurídico não tem qualquer previsão legal para aplicação genérica desse princípio.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Verônica, nós temos um entendimento diferente sobre precaução e prevenção, e eu acho que isso tinha ficado claro, inclusive, em outras reuniões. Eu acho que talvez a única forma de elucidar essa questão seja encaminhar – já que é uma interpretação legal – para o Supremo. Aproveitando que o Fachin fez agora essa colocação em relação às terras indígenas, perguntar para ele. Tem uma figura na lei, de que agora eu não me lembro o nome, que fala sobre a similaridade. Nós estamos submetendo as nossas sociedades a riscos desnecessários. Por exemplo, o caso aqui agora dessa pilha a montante B3 e B4, Mar Azul, não iria custar nada que fosse exigido do empresário e do empreendedor uma análise da pilha que eles querem fazer. São 280 m de altura vezes 2 toneladas por m³, o que dá 560 toneladas por m². O que aguenta isso. Se for rocha sã, aguenta. Mas e o restante, quais os outros terrenos que tem ali? Isso quer dizer que não se está seguindo o princípio da precaução e prevenção. Quando eu faço uma análise de um empreendimento grande e não submeto aquilo – a forma final dele, como está saindo da Secretaria, como está saindo no Parecer Único – à sociedade, nós estamos agindo contra, ao meu ver, os princípios da precaução e prevenção. E eu acho que aqui neste fórum não vai adiantar, porque nós não vamos elucidar isso. Eu acho que isso é sério mesmo, eu acho que talvez tem que ser encaminhado para o Supremo Tribunal Federal. Aí ele elucida a questão. Agora vamos ver com calma, vamos discutir com a sociedade, mas eu acho que talvez seja esse o caminho para ser tomado. Porque para mim, há muito tempo, o Estado de Minas Gerais e a SEMAD não têm seguido princípio de precaução e prevenção. E se tivessem seguido nós não teríamos tido o número de desastres que tivemos até agora, até esse instante.” Conselheira Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho: “Na verdade, a interpretação não é minha. A questão de os princípios da prevenção e precaução serem distintos está em várias legislações, inclusive internacionais, interpretação, inclusive, da ONU. Pode ser muito interessante a sua ideia de encaminhar para o ministro, mas é interessante ressaltar que aqueles acordos internacionais que são recepcionados pelo direito brasileiro, tratando-se de direitos constitucionais, ambientais, se sobrepõem à nossa Constituição, inclusive. Então às vezes consultar o ministro Fachin pode ser não tão interessante nesse sentido, porque ele não pode falar por uma regra que é tida como internacionalmente reconhecida.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu só queria corroborar e complementar o que a Verônica falou, concordar com o que ela disse. E para isso eu vou ler um acórdão do Supremo Tribunal Federal, com o relator ministro Dias Toffoli, Recurso Extraordinário 627.189. Uma manifestação do ministro Dias Toffoli no processo, um relato dele, a respeito do princípio da precaução. Então ele diz sobre o princípio da precaução o seguinte: ‘Assim como os demais princípios, o da precaução também não é absoluto, e o exagero em sua aplicação tem gerado reclamações não só na Comunidade Europeia, mas em todo o mundo. Kenneth Foster, professor do Departamento de Bioengenharia da Universidade

296 da Pensilvânia, em seu artigo intitulado ‘O princípio da precaução - Bom senso ou
 297 extremismo ambiental’, advertiu quanto à existência de inúmeras divergências
 298 sobre o conteúdo do princípio e a extensão de seus efeitos, o que estaria a trazer
 299 problemas aos Estados europeus, em especial à França, onde sua aplicação, em
 300 muitos casos, tinha como real objetivo fazer valer o protecionismo comercial, ou
 301 então acabava sendo utilizado simplesmente como fator discursivo de cunho
 302 político ou sociológico por pessoas normalmente contrárias a mudanças. Afim de
 303 evitar excesso de abstração e de subjetivismo na compreensão desse princípio e
 304 com o fito de evitar decisões discriminatórias ou incoerentes sobre as medidas de
 305 controle dos impactos de certas atividades nas áreas afetadas ao meio ambiente
 306 sadio e ao direito à saúde, o Conselho da União Europeia criou uma comissão
 307 sobre o princípio da precaução que acabou por emitir, em 2 de fevereiro de 2000,
 308 importante comunicação sobre o tema.’ E o ministro acaba por concluir o seguinte:
 309 ‘A própria precaução, se e quando ruinosamente inflacionada, revela-se fator
 310 imobilizante, que gera o pecado da omissão, em vez de vencê-lo. Com efeito.
 311 Precaução em demasia é não-precaução.’ Então aqui uma manifestação do
 312 Supremo Tribunal Federal a respeito de o princípio da precaução não ser absoluto
 313 e de ter que sempre ser sopesado com outros princípios, como por exemplo o
 314 desenvolvimento econômico, artigo 171 da Constituição Federal, que trata da
 315 ordem econômica, e outros. Todos eles têm que ser sopesados, não existem
 316 somente os princípios da precaução e da prevenção no Estado democrático de
 317 direito aqui no Brasil.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Não é um exagero, é
 318 o mínimo. E você, no final, disse o que você pensa. Você gastou duas frases para
 319 dizer o seguinte: ‘Nós podemos contrapor o lucro ao princípio da precaução.’
 320 Quando você falou na questão do desenvolvimento econômico para se contrapor
 321 à precaução e à prevenção, foi mais ou menos isso que você quis dizer. Eu não
 322 concordo que o lucro tenha que prevalecer sobre os princípios de precaução e
 323 prevenção.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/Membro da sociedade civil: “Eu
 324 me inscrevi para ler uma nota de repúdio que está assinada por 58 organizações
 325 e movimentos da sociedade civil. Eu encaminhei à nota à Assessoria dos
 326 Colegiados e vou atualizar porque tem mais uma decisão. Eu gostaria que fosse,
 327 então, compartilhada depois com todos os conselheiros e que constasse na
 328 íntegra na ata da reunião, inclusive porque vou mandar também o Word para
 329 facilitar. ‘Nota de repúdio - Repudiamos a convocação da reunião extraordinária
 330 da Câmara de Atividades Minerárias de nº 59 para hoje, convocação feita à noite,
 331 no mesmo dia da reunião anterior, de 28 de abril, na semana passada. Apesar de
 332 pedidos de vista de 11 processos de licenciamento de mineração no Estado e da
 333 necessidade de a sociedade civil conhecer seu significado para as comunidades
 334 dos municípios de Itabirito, Ouro Preto, Congonhas, Caldas, Santa Rita de Caldas,
 335 Serra do Salitre, Alpinópolis, Pouso Alegre, Pratápolis e Santa Rita do Itueto,
 336 como justificou o conselheiro Julio Grillo, da associação Pro Mutuca, a reunião
 337 extraordinária foi convocada. Assim o governo conferiu quatro dias – isso mesmo
 338 –, incluindo feriado, sábado e domingo, para análise das milhares de páginas,

339 conhecimento pela sociedade e encaminhamento, no dia 4, de pareceres
 340 fundamentados pelos conselheiros que levam a sério sua missão. Em meio à
 341 pandemia e situação de isolamento social e, apesar de todas as evidências, dos
 342 atropelos administrativos do Estado e das mineradoras que concorreram para o
 343 rompimento das barragens de rejeitos da Samarco-Vale-BHP em 2015 e da Vale
 344 em 2019, o governo Zema, seguindo a trilha escabrosa de seus antecessores, e
 345 a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
 346 (SEMAD), sob o comando do secretário Germano Luiz Gomes Vieira, violam
 347 acintosamente direitos constitucionais e os princípios da transparência e do
 348 contraditório, necessários ao devido processo legal, e da razoabilidade e
 349 eficiência da administração pública em favor dos interesses de um segmento que
 350 está muito longe de ser sério e sustentável quanto ao meio ambiente e ao povo
 351 de Minas Gerais. Minas Gerais, 8 de maio de 2020'. Quem assina essa nota são
 352 Acaó - Associação de Conservação Ambiental Orgânica, Santa Maria de Itabira;
 353 São Franciscana de Ecologia e Solidariedade; a Apaop - Associação de Proteção
 354 Ambiental de Ouro Preto; Associação Comunitária Arco-Íris, Associação
 355 Comunitária da Jangada, Associação de Produtores Rurais da Ravena,
 356 Associação dos Moradores de Macacos, Associação Pro Pouso Alegre (Appa),
 357 BH em Ciclo, Brigadas Populares, Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais;
 358 Cáritas Diocesana de Governador Valadares, Central dos Movimentos Populares
 359 – Núcleo Araxá, Coalizão pelo Clima BH, Coletivo Margarida Alves de Assessoria
 360 Popular, Coletivo Proibido Mineração, Comissão Pastoral da Terra de Minas
 361 Gerais, Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região,
 362 Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), CSP Conlutas, Ecologia e Observação
 363 de Aves, Espeleogrupos Pains, Eu Rejeito Barragem em Sabará, Federação de
 364 Órgãos para Assistência Social e Educacional, Fechos Eu Cuido, Fórum Nacional
 365 de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana,
 366 Fórum Permanente da Bacia do Rio Doce, Fórum Permanente do São Francisco,
 367 Frente em Defesa de Ouro Preto e Região dos Inconfidentes, Grupo de Estudos
 368 em Temáticas Ambientais (Gesta/UFMG), Instituto de Proteção Humana em BH,
 369 Instituto Guaicuí – SOS Rio das Velhas, Movimento Águas e Serras de Casa
 370 Branca, em Brumadinho; Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté
 371 (Macaca), Movimento Contra Barragens de Rejeito de Raposos, Movimento das
 372 Associações de Moradores de Belo Horizonte, Movimentos Juntos, Movimento
 373 Nação Bantu, Movimento Nossa BH, Movimento pela Preservação da Serra do
 374 Gandarela, Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Movimento Salve a Mata
 375 do Planalto, Movimento Serra Sempre Viva, Movimento pela Soberania Popular
 376 na Mineração, Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração,
 377 Ambiente e Sociedade, Programa Polos de Cidadania, da UFMG; Projeto
 378 Manuelzão, da UFMG; Reaja - Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos do
 379 Projeto Minas-Rio, Rede Congonhas, Rede Igreja e Mineração, Secretaria de
 380 Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Serra Viva,
 381 Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia – Sinfrajupe; Sindicato

382 Metabase Inconfidentes, Sind-UTE - Subsede Ouro Preto; SOS Serra da Piedade,
 383 Unacom - União das Associações Comunitárias de Congonhas e a União Estadual
 384 por Moradia Popular. Manifestaram apoio espontâneo à nota de repúdio a
 385 Gabinetona, o PSTU e o vereador Edmar Branco. Essa é a minha manifestação
 386 em Assuntos Gerais. Eu quero que conste em ata e que a Vânia encaminhe a
 387 todos os conselheiros a íntegra. Eu só vou enviar com a última adesão que entrou,
 388 que eu li agora junto a esta Câmara.” Hidelbrando Canabrava Rodrigues
 389 Neto/SEMAD: “Quanto à questão da convocação da reunião extraordinária, eu
 390 gostaria só de reforçar, já foi um assunto tratado aqui com os conselheiros antes
 391 e foi lido na nota de repúdio da Sra. Maria Teresa. O nosso Regimento Interno, a
 392 Deliberação Normativa COPAM 177, traz que nós temos dez dias para convocar
 393 as reuniões ordinárias e cinco dias para convocar as reuniões extraordinárias. No
 394 caso desta reunião que está acontecendo aqui hoje, nós fizemos a convocação
 395 normal da reunião ordinária. Então já tivemos dez dias para tratar 11 dos 13 itens
 396 que estão na pauta aqui hoje. E depois para a reunião extraordinária nós
 397 contamos também com dez dias. Então foi um total de 20 dias para tratar de 11
 398 dos 13 itens que estão aqui na pauta. Dos outros dois itens, um já é retorno de
 399 baixa em diligência, e o outro ainda pode ter pedido de vista, caso os senhores
 400 entendam que é cabível. Então nós seguimos o prazo regimental, inclusive, a
 401 mais. Vale destacar que na primeira reunião – está gravado no YouTube – até o
 402 próprio conselheiro Julio Grillo falou que, se tivesse de 20 a 30 dias, seria um
 403 prazo razoável. Nesse caso, na verdade, nós tivemos 20 dias. Foram dez dias da
 404 reunião ordinária e dez dias da reunião extraordinária. Um total de 20 dias.
 405 Inclusive, eu até adiantei isso no e-mail de convocação. Quanto à convocação, eu
 406 já aproveito para tratar de um assunto que vai ser discutido aqui na frente, que
 407 nós recebemos uma recomendação que vai ser lida, de um dos itens de pauta,
 408 que é a questão da motivação do porquê foi convocada esta reunião. Vale lembrar
 409 aqui do artigo 19 desse mesmo Regimento Interno, essa mesma Deliberação
 410 Normativa, que fala que ‘extraordinariamente, por iniciativa do seu presidente, da
 411 Secretaria Executiva do COPAM ou da maioria dos seus membros, sempre que
 412 houver acúmulo de processos administrativos’. O que é claramente o caso, nós
 413 temos 13 processos em pauta. E o Conselho ficou dois meses sem ter reunião,
 414 por causa da pandemia de Covid. Então é claramente esse motivo. Inclusive, eu
 415 citei esse artigo no e-mail de convocação. Quanto à nota, eu acho que é
 416 importante ressaltar, eu entendo que a figura do secretário é utilizada, mas nós
 417 somos uma Secretaria com milhares de servidores. Inclusive, quem fez essa
 418 convocação foi eu, como secretário executivo, Hidelbrando Neto. Essa
 419 convocação foi feita por mim, como secretário executivo da SEMAD e como
 420 secretário executivo do COPAM. Eu estou à inteira disposição para discutir, para
 421 esclarecer qualquer ponto de dúvida que os senhores e que a sociedade tenha
 422 também. Eu vou aproveitar e falar de alguns temas que foram discutidos aqui
 423 também que não têm a ver com essa nota de repúdio, a questão da manifestação
 424 da sociedade civil. Nós temos que lembrar que estamos aqui numa reunião aberta

425 ao público, isso não é uma reunião pública. A reunião pública tem as suas normas
426 próprias, seus procedimentos próprios. E eu tenho certeza de que todos os
427 processos que estão vindo aqui para os senhores seguirem todas as normas que
428 tratam das reuniões públicas. O processo que é instruído com EIA/Rima tem um
429 prazo para manifestação da sociedade civil, e nós, como órgão executivo – o
430 Anderson explicou bem isso também –, cumprimos a lei, cumprimos o que está
431 expresso na norma. Então os processos, quando vêm aqui para os senhores – é
432 importante até para os conselheiros novos também –, já foram analisados, e já
433 passou a etapa da audiência pública. Nós abrimos o prazo de manifestação da
434 sociedade. Caso tenha manifestação, conforme prevista na norma, é feita
435 audiência pública. Depois da audiência pública, o processo administrativo é
436 analisado, é feito o Parecer Único, e esse Parecer Único é encaminhado para os
437 senhores. Então é só importante deixar muito claro que existe essa diferença. A
438 audiência pública faz parte do processo de análise do licenciamento ambiental.
439 Aqui nós estamos em uma reunião aberta ao público, que trata da deliberação
440 desse processo administrativo. Só para deixar clara essa diferença também. E
441 vou reforçar que na questão do prazo nós seguimos o Regimento, mas eu respeito
442 também a opinião dos conselheiros que entendam que talvez o prazo não seja
443 suficiente e respeito também a opinião dos conselhos que consideram suficiente.
444 Eu acho importante destacar nessa nota de repúdio, como secretário executivo
445 deste Conselho, que eu também faço uma nota de repúdio quanto a uma frase
446 que está aqui. Na hora que se escreve aqui ‘pelos conselheiros que levam a sério
447 a sua missão’, eu acho que não é justo falar isso com os senhores que estão aqui
448 nesta sala e com os demais conselheiros dos outros Conselhos, do COPAM e do
449 CERH. Eu entendo que os senhores estão aqui porque passaram por um
450 processo eleitoral ou foram indicados pela instituição ou pelo órgão que possui a
451 cadeira e que os senhores levam a sério, sim, a missão que vocês têm. Se não
452 os senhores não estariam aqui, e muitos estão aí por anos representando. Então
453 eu só faço essa manifestação pública, gravada no YouTube, de que sou
454 completamente contra essa manifestação, em respeito aos senhores
455 conselheiros. Então entendo que os senhores levam, sim, a sério. Se não
456 levassem, não estariam aqui conosco. E também aproveito para dar total apoio à
457 equipe técnica, que eu conheço bastante. Eu já fiz parte da equipe técnica, fiz
458 parte da Superintendência também e tenho certeza de que os senhores técnicos
459 e analistas do Sisema seguem todas as normas antes de mandar esses
460 processos aqui para nós, inclusive, os de audiência pública.” Presidente Yuri
461 Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação à solicitação da Sra. Maria Teresa para
462 encaminhar, eu vou informar que a Secretaria não encaminha esse tipo de
463 informação, fica a cargo da própria pessoa que tem interesse em fazer isso. Nós
464 temos no próprio site da SEMAD o nome e o e-mail de todos os conselheiros. Se
465 tiver alguma dificuldade, vou solicitar à Vânia que encaminhe esse link para a Sra.
466 Maria Teresa. Também tivemos uma outra solicitação de encaminhamento de
467 nota por outras pessoas, por terceiros. E a informação que nós temos para passar

468 tanto para a Sra. Maria Teresa quanto para os terceiros que nos encaminham
469 documentos para que sejam enviados aos conselheiros é a seguinte: no site do
470 COPAM tem o endereço de todos os conselheiros. Quando apresentamos um
471 Parecer Único, nós temos o nosso ato naquele momento como finalizado. Então
472 imaginem se fôssemos encaminhar e-mail com informações aos conselheiros de
473 cada terceiro que venha a solicitar isso da Secretaria. Então fica quase inviável
474 essa situação. Então cabe àquele que tenha interesse nesse assunto, igual ao
475 exemplo aqui da nota de repúdio, que ele mesmo o faça. Os e-mails estão no site
476 do COPAM, tem o nome dos conselheiros. Então que mesmo façam o
477 encaminhamento. A juntada das manifestações dentro do processo físico, isso
478 nós fazemos. Lembrando que as atas são sempre sucintas, então transcrever
479 toda a nota de repúdio eu acho também inviável. Não quero dizer inviável, mas a
480 gente cita que houve, na leitura da ata. Vocês têm disponível, caso a pessoa
481 interessada encaminhe para os senhores. E também vai estar dentro do processo
482 físico. Então essa é a minha decisão, sem a necessidade de encaminhamento
483 feito pela Secretaria, uma vez que isso pode ser feito pelo interessado. Em relação
484 à data das reuniões, os processos do item 5.1 até o item 13.2 foram
485 disponibilizados na 58ª reunião. Então da 58ª reunião até esta tem 22 dias. Então
486 é um equívoco falar que teve apenas quatro dias, cinco dias para fazer uma
487 manifestação. Para os senhores terem uma ideia, a convocação e a
488 disponibilização dos pareceres ocorreram em 17/4/2020. Então desde 17/4/2020
489 os senhores conselheiros e qualquer interessado podiam ir ao site do COPAM,
490 ter acesso a esses pareceres e ter se manifestado. Talvez nem precisaria,
491 realmente, como colocou o conselheiro aqui, Julio Grillo, ter vista. Então não
492 foram quatro dias que os senhores tiveram para estar se manifestando em relação
493 ao ponto de pauta. Nós tivemos nessa pauta, nesses itens específicos, 22 dias.
494 Então não são quatro. Eu até sugiro aos conselheiros – a todos aqueles que
495 pretendem solicitar vista em relação ao item de pauta –, no momento em que é
496 disponibilizado – aí tem dez dias no caso de reuniões ordinárias e cinco no caso
497 de extraordinárias –, que peguem esse processo. Já vai ter ali os dados em
498 relação ao processo, o município ao qual pertence, e que seja encaminhado às
499 pessoas de interesse. Porque aí até mesmo fica fácil para subsidiar o seu parecer
500 de vista. Eu quero gritar, mais uma vez, que em relação a esses processos aqui
501 nós temos, de disponibilização 22 dias e não quatro. Lembrando que em relação
502 aos nossos processos nós sabemos que o Siam é falho, mas não nos furtamos
503 de entregar o link contendo todo o processo digitalizado. Se não for digitalizado
504 naquele momento, entre em contato com a Secretaria Executiva. Aí, sim, é uma
505 obrigação nossa, não apenas os conselheiros, mas para qualquer interessado ter
506 a íntegra do processo. Também tem o processo físico, que pode ser verificado in
507 loco na Superintendência. Agora com a Covid-19 isso não é possível, mas nós
508 não nos furtamos de estar disponibilizando para qualquer interessado o link com
509 o processo na íntegra, não só do Parecer Único, mas todos os documentos que
510 integram os autos do processo. Em relação ao primeiro ponto que o Sr. Julio

colocou nas reuniões anteriores em relação a dar credibilidade àquilo que é colocado pelo empreendedor, não só eu estou que dizendo, a própria lei tem essa previsão, os próprios entendimentos dos tribunais superiores, do STJ, nós temos o princípio da boa-fé em relação ao usuário dos serviços públicos, ele é garantido. Eu vou ler para os senhores aqui o Decreto 9.094, de 17 de julho de 2017. 'Artigo 1º. Os órgãos e entidades do poder público federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com usuários dos serviços públicos.' Primeiro: presunção de boa-fé. A mesma presunção de boa-fé está no Código Civil. A presunção da boa-fé está também nos entendimentos dos tribunais superiores e nos tribunais de primeira instância. Então é uma obrigação nossa como servidor dar credibilidade àquilo que é levado ao processo. E se caso configure uma mentira, como parece que está caminhando em alguns processos que aqui já foram citados, que os empreendedores respondam por aquela prestação de informação falsa. Inclusive, nós temos dentro do Decreto 47.383 previsões de estar autuando e até mesmo invalidando aquele processo que foi feito em relação às informações falsas que nos foram prestadas. De forma sucinta. Outras situações, eu acho que tanto o Dr. Anderson, em relação à Resolução Conama 237, e o próprio Hidelbrando já esclareceram aqui para os senhores. Essas seriam as minhas observações em relação ao ponto de pauta." Conselheira Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho: "Eu acho que nessa discussão da participação da sociedade civil nós temos que lembrar também que tem todo um processo anterior, e um processo de mineração simplesmente não brota do nada no local. A Assembleia Legislativa realiza audiências públicas, antevê algum empreendimento e tudo mais. E a comunidade civil, para além do COPAM e das audiências públicas, tem outros instrumentos para fazer, inclusive, valendo-se da precaução, uma gestão prévia de riscos. Eu, inclusive, já me coloquei aqui – como representante da Secretaria de Governo, exatamente nesse ponto de relacionamento institucional – à disposição e volto a colocar que nunca fui acionada por ninguém para discutir algum procedimento, algum empreendimento, ter acesso a documento etc." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "A minha posição ainda é com relação às devidas explicações que foram dadas pelo Dr. Hidelbrando e pelo Anderson. Como representante da Sociedade Mineira de Engenheiros, eu me considero muito confortável quando analisamos os pareceres que vêm da SEMAD quanto das Suprams. Eu digo isso porque nós temos que ter uma certa coerência e um conforto... Por parte da Sociedade Mineira de Engenheiros, como representantes, nós nos sentimos confortáveis com a documentação toda, com todos os procedimentos que têm sido originários da SEMAD e das Suprams." **4) EXAME DA ATA DA 58ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 58ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 28 de abril de 2020. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes. Abstenção: Pro Mutuca. Justificativa de abstenção de voto: Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu não li a ata que foi enviada." **RETIRADA DE PROCESSOS DE PAUTA DA 59ª**

554 **REUNIÃO, INVERSÃO DE PAUTA e IMPEDIMENTO.** Presidente Yuri Rafael de
 555 Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, nós temos aqui os pedidos de inversão
 556 e de retirada do ponto de pauta. Ontem à noite, nós recebemos uma
 557 recomendação do Ministério Público, que até solicitou que fosse encaminhada
 558 para os senhores. Eu vou pedir à Secretaria que encaminhe. Mas não adianta
 559 nada encaminhar agora e estar tendo a reunião neste momento. Nós entramos
 560 em contato com o Dr. Francisco Generoso, e ele solicitou que fosse lida a
 561 recomendação. Eu vou ler aqui para os senhores terem ciência e depois passo
 562 para a minha decisão. ‘Exmo. Sr. Dr. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, presidente
 563 da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política
 564 Ambiental (COPAM). Senhor presidente, o Ministério Público do Estado de Minas
 565 Gerais, pelos promotores de Justiça infra-assinados, no estrito cumprimento de
 566 suas funções institucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II e III da
 567 Constituição Federal, artigo 119, caput, do artigo 120, inciso II, artigo 67, inciso VI
 568 da Lei Complementar 34/1994, artigo 27, parágrafo único do artigo 4º da Lei
 569 8.625/93, Lei Orgânica do Ministério Público; artigo 6º, inciso X da Lei
 570 Complementar 75/93, artigo 80 da Lei Federal 8.625/93, vem por meio desse
 571 expor e ao final recomendar o seguinte. Consta na pauta da 59ª reunião,
 572 extraordinária, da Câmara de Atividades Minerárias do COPAM, a ser realizada
 573 no dia 8/5, processos para exame de Licença de Instalação Corretiva
 574 concomitante com Licença de Operação da empresa Gerdau Açominas S/A, Mina
 575 de Várzea do Lopes (Pilha de estéril PDE-01), Itabirito/MG. PA
 576 001776/2004/028/2017. Preliminarmente, cabe ressaltar que, considerando a
 577 atual situação da pandemia, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais
 578 expediu a Recomendação 01 à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
 579 Desenvolvimento Sustentável para suspender a transmissão de procedimentos
 580 administrativos atinentes a autorização de licenciamentos e emissões de
 581 declaração e anuências e outras decisões, bem como a não emissão de quaisquer
 582 atos autorizativos ambientais, inclusive autocráticos, ad referendum, para cuja
 583 consolidação jurídica seja exigível, necessária e legítima a participação dos atores
 584 sociais interessados enquanto perdurarem os riscos à saúde resultando em
 585 situação de vulnerabilidade social decorrente da proliferação de infecções pelo
 586 novo tipo de coronavírus Covid-19. Ademais verifica-se que a reunião foi
 587 designada com caráter ordinário, sem devida motivação, o que enseja a violação
 588 ao princípio da participação comunitária e ao princípio democrático. A convocação
 589 não motivada das reuniões extraordinárias do COPAM, designadas no interregno
 590 entre as reuniões ordinárias, tem sido prática constante e recorrente no âmbito da
 591 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
 592 atendendo aos clamores, predominantemente, econômicos com efeitos e
 593 prejuízos à participação democrática, o que deve nortear o Colegiado, na medida
 594 que o curto prazo entre uma reunião e outra impede todos os conselheiros da
 595 CMI/COPAM e, sobretudo, a sociedade civil de se inteirar adequadamente sobre
 596 os empreendimentos pautados e sobre os seus respectivos impactos ambientais.’

597 Sobre o tema, é um ensinamento de Romeu Thomé. É citado, e eu não vou ler
598 para os senhores, mas depois passamos aos senhores a recomendação. É
599 somente uma questão doutrinária que é colocada. 'Ressalta-se ademais que a
600 convocação da 59ª reunião, extraordinária, da Câmara de Atividades Minerárias
601 do COPAM não foi devidamente motivada pelo Estado de Minas Gerais, o qual
602 não pontuou em que consiste o interesse público ambiental e que possa
603 supostamente justificar e caracterizar a excepcionalidade do ato administrativo.
604 Ainda em relação ao mérito do referido processo de licenciamento ora pautado,
605 depreende-se do Parecer Único 0155765/2020 que o documento consubstancia
606 informações disponibilizadas pela SEMAD sobre a situação jurídica do caso
607 concreto tratado no presente expediente, que há uma fragmentação do processo
608 de licenciamento ambiental em relação ao processo da ampliação da mina Várzea
609 do Lopes, PA/COPAM 1776/2004/029/2018, em análise pela Supram Central
610 Metropolitana.' 'Segundo informações apresentadas pelo empreendedor, a mina
611 Várzea do Lopes está licenciada para produção de 13 milhões de toneladas de
612 minério de ferro, e a vida útil da mina Várzea do Lopes, em 2017, quando da
613 formalização do processo, terminaria em 2020, baseada em um plano de
614 produção de lavra elaborado em outubro de 2016. Em 2018, o empreendedor
615 formalizou o projeto de continuidade das operações de Várzea do Lopes para o
616 PA/COPAM 1776/2004/029/2018, em análise pela Supram Central, que confirma
617 a viabilidade da expansão da mina devido ao aumento da reserva mineral da
618 mesma. Considerando a nova reserva calculada e atualização do plano de lavra
619 e disposição de estéril, o empreendedor informou a necessidade de
620 movimentação de estéril é superior à capacidade de armazenamento restante da
621 PDE 01, Fase 1, em operação em 2020. Nesse sentido, prevê a disposição de
622 4,32 m³ de estéril na PDE 01 e a curto prazo, além da utilização da mesma para
623 disposição de estéril a ser lavrado no projeto de continuidade das operações de
624 Várzea do Lopes em análise. Caso o projeto de continuidade das operações não
625 seja aprovado, é necessário que a área destinada à pilha PDE 01 seja recuperada
626 e inserida no programa de recuperação de áreas degradadas. O Parecer Único
627 0155765/2020 demonstra que a ampliação da pilha de estéril vai servir de
628 expansão da mina Várzea do Lopes. Entretanto, a expansão nem sequer foi
629 aprovada, e, caso haja aprovação, será necessária a recuperação da área
630 destinada à referida pilha e inserção do programa de recuperação das áreas
631 degradadas. Assim e para que seja realizada uma análise integrada da ampliação
632 da pilha PDE 01, expansão da mina Várzea do Lopes, deve ser realizada no
633 processo, sob pena de fragmentação. Por fim, em relação à expansão da mina
634 Várzea do Lopes, não é demais ressaltar a posição do Ministério Público no
635 sentido de que qualquer pretensão que venha a alterar os limites do Monarca da
636 Serra da Moeda é inviável juridicamente e ambientalmente, isso porque tal
637 desafetação que vem sendo ventilada em processo administrativo de unidade de
638 conservação foi criada a partir do acordo devidamente homologado por decisão
639 transitada em julgado, estando portanto amparado no instituto da coisa julgada,

sobre a qual não pode retroagir. Ademais, há laudo técnico emitido pela central de apoio técnico do Ministério Público de Minas Gerais, resultando nas propostas, inclusive, compensatórias e ambientais apresentadas pela empresa Gerdau S/A para alteração dos limites da Mona Serra da Moeda, indicando a alteração do perímetro não ambientalmente viável. Assim, considerando a violação do princípio da participação comunitária e do princípio democrático, bem como tendo em vista a fragmentação dos processos de licenciamento ambiental 1776/2004/028/2017 e 1776/2004/029/2018, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais recomenda ao Sr. Dr. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, presidente da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho de Política Ambiental, que retire de pauta da 59ª reunião, extraordinária, da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental, a ser realizada no dia 8/5/2020, às 9h, o processo administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva concomitante com Licença de Operação da empresa Gerdau Açominas S/A, Mina de Várzea do Lopes (Pilha de estéril PDE-01), Itabirito/MG. PA 001776/2004/028/2017. Aos conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho de Política Ambiental, que se abstenham de aprovar a Licença de Instalação Corretiva concomitante com Licença de Operação da empresa Gerdau Açominas S/A, Mina de Várzea do Lopes (Pilha de estéril PDE-01), Itabirito/MG. PA 001776/2004/028/2017, constante da pauta da 59ª reunião, extraordinária, da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental, a ser realizada no dia 8/5/2020, às 9h. Esclarece que cumpre ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais se destaca, no momento, o ambiente ecologicamente equilibrado, artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal de 88. Acrescente-se que a recomendação é importante instrumento preventivo para ser respeitado o ordenamento jurídico, alertados seus destinatários sobre a existência de normas vigentes e da necessidade de seu estrito cumprimento, sob pena de eventual responsabilização nas esferas competentes. Requisita-se assim a adequada e imediata divulgação da presente recomendação notadamente aos conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental. Por fim, nos termos do artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, e do artigo 126, inciso I, alínea b) da Lei 8.625/93, artigo 67, inciso I, alínea b) da Lei Complementar 3494; artigo 8º, parágrafo 1º da Lei 7447/85, requisita-se que no prazo de dez dias seja encaminhadas ao Ministério Público informações acerca do acatamento à presente recomendação. Sem mais para o momento, manifesto protestos de estima e consideração. Vanessa Campolina Rebelo Horta, promotora de Justiça, curadora de Meio Ambiente da Comarca de Itabirito; e Francisco Chaves Generoso, promotor de Justiça e coordenador Regional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba.' Lida a recomendação, de início eu quero falar da estima que eu tenho pelo órgão Ministério Público e pelos representantes desse, notadamente aqueles com quem eu tive o prazer de trabalhar lá no Norte de

683 Minas. Eu sempre elogio e falo que é uma pena, não desmerecendo nenhuma
684 entidade, muito pelo contrário: mas acho que tanto o Ministério Público e a Polícia
685 Militar deveriam estar em todos os nossos Conselhos, até mesmo pela
686 capacidade que os promotores têm, a inteligência que têm, e que certamente
687 também são parceiros nossos no dia a dia. Fica aqui o meu elogio ao Dr.
688 Francisco. Eu tenho muito apreço pela inteligência que o senhor tem e pelo
689 empenho que o senhor tem em relação às questões ambientais. Eu conversei
690 com a equipe, antes, em relação a essa recomendação lida para os senhores
691 nesse momento. Foi repassada a mim, eu tive acesso a ela no dia de hoje. Eu
692 conversei com a equipe em relação ao que foi alegado. A equipe até informou que
693 ela poderia esclarecer aqui em relação aos pontos levantados nessa
694 recomendação. Mas, de qualquer forma, eu vou acatar essa recomendação. Os
695 senhores sempre têm ciência aqui do procedimento do que eu faço em relação às
696 recomendações de baixa em diligência ou retirada de pauta. Eu sempre escuto,
697 inicialmente, a equipe, para ver se ela tem condições de esclarecer aquele ponto.
698 Eu ainda falava nas reuniões, que estudamos ou pelo menos passamos para os
699 senhores em relação às diligências, às baixas em diligência e retiradas de pauta
700 para sanar uma dúvida, uma complementação. Eu não retiro e não baixo em
701 diligência no momento em que é solicitado, eu deixo isso para o ponto específico
702 de pauta, após escutar a equipe. Aquilo que eu sempre fico parafraseando, eu
703 não tenho receio de mudar de ideia, porque não tenho vergonha de pensar. Nós
704 mudamos mesmo de ideia aqui. Em relação à baixa em diligência, podemos
705 baixar em diligência no momento da discussão. Mas como já conversei com a
706 equipe, embora ela tenha me dito que poderia esclarecer os pontos aqui alegados,
707 eu vou retirar esse processo de pauta. Então estou retirando esse processo de
708 pauta neste momento, e, posteriormente, quando a equipe puder trazer as
709 informações, até mesmo por escrito – nós vamos repassar essas informações
710 também ao Ministério Público –, nós retornamos com esse processo. Aproveito
711 ainda neste momento para falar aos senhores que vou fazer duas invenções em
712 relação aos processos da CSN, no item 6.1, que é muito semelhante ao item 13.2.
713 Até o parecer do Julio Grillo foi semelhante a esses pontos. Então eu vou inverter
714 a pauta e vou tratar primeiro do item 13.2 e logo depois eu passo para o item 6.1.
715 Se pudermos tratar os dois itens de forma simultânea, trataremos, mas aí eu já
716 faço esse destaque de que vou fazer essa inversão. Uma outra inversão da nossa
717 pauta vai ser em relação ao item 7.1. Pedreira Irmãos Machado Ltda. Nós temos
718 um processo de Licença de Operação que é o item 11.1. Então primeiro nós
719 vamos tratar do item 11.1 e, posteriormente, do item 7.1. Então que fiquem
720 registradas a minha retirada de pauta em relação ao processo solicitado pelo
721 Ministério Público, 9.1, da Gerdau, e as inversões de pauta do item 13.2 e do item
722 11.1. Senhores conselheiros, já tendo em vista essas informações que eu presto,
723 eu pergunto aos senhores se algum conselheiro se dá por suspeito ou impedido,
724 aquele item que trata os artigos 51 a 54 do nosso Regimento Interno.” Conselheira
725 Maria Eugênia Monteiro: “Eu tenho impedimento em relação ao item 14.1. Que

726 seja votado pelo Marcelo, que vai me substituir.” 5) **PROCESSO**
 727 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES**
 728 **DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 5.1) Vale S/A. Lavra a céu**
 729 **aberto sem tratamento ou com tratamento a seco, minério de ferro. Nova**
 730 **Lima/MG. PA 00095/1998/008/2007. ANM: 930.787/1988. Classe 5.**
 731 **Apresentação: Supram Central Metropolitana. Retorno de vista: Ibram,**
 732 **Sindiextra, Cefet e Fonasc.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É um
 733 processo que está retornando de vista. Eu já destaco para os senhores. O João
 734 Carlos, do Ibram, a Adriana, do Cefet, e o Lúcio, do Fonasc, não são mais
 735 conselheiros. Mas eu vou usar aqui do artigo 38 do Regimento Interno, que prevê
 736 que o presidente pode convidar as pessoas de caráter técnico para participar da
 737 reunião, com direito a manifestação e sem direito a voto. Então nós convidamos
 738 o Sr. João Carlos, a Adriana, em relação ao Cefet, e ao Lúcio, do Fonasc, para
 739 estar participando desta reunião. Inclusive, eu concedo o mesmo prazo que
 740 concedo aos conselheiros para a manifestação dos senhores, o prazo de dez
 741 minutos, e posso prorrogar também esse prazo caso haja necessidade.”
 742 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Antigamente, quando o processo foi
 743 pautado, tínhamos feito o pedido de vista, fizemos uma análise e ainda
 744 continuamos com questões de dúvidas sobre o monitoramento da qualidade do
 745 ar e quantidade de redes para monitoramento. Eu ainda continuei com essas
 746 dúvidas. Só que aí o processo teve nova tramitação, foi feito um novo adendo. E
 747 analisando esse adendo algumas questões já foram superadas. Houve alterações
 748 que já puderam esclarecer alguns desses pontos. Então eu já me considero até
 749 de acordo com o parecer, apesar também, claro, de que vamos ouvir a empresa
 750 no devido momento em que ela deve se manifestar também.” João Carlos de
 751 Melo/Ibram: “Bom-dia aos conselheiros, bom dia, senhor presidente. Sendo
 752 bastante sucinto, esse processo, como já foi citado, foi revisto posteriormente pela
 753 própria SEMAD. A revisão atendeu exatamente àquelas angústias que nós
 754 tínhamos quando foi feito o nosso pedido de vista, os devidos esclarecimentos. E
 755 só aguardar, quando do momento oportuno, o posicionamento da empresa,
 756 juntamente com o posicionamento da própria Supram. De acordo com o que foi
 757 apresentado, permaneço aqui para algum esclarecimento se for necessário.”
 758 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Inicialmente, eu gostaria de saber se a
 759 SEMAD levou em consideração os textos encaminhados por Leonardo Tolentino
 760 e Luiz Alberto Sartori no dia 4. Moradores de Macacos. Foram reencaminhados
 761 no dia 4. Eles tinham sido encaminhados para a reunião do dia 28. Conforme eu
 762 solicitei na última reunião, na reunião do dia 28. É importante frisar que vocês
 763 tiveram o mesmo prazo que nós tivemos para poder estudar o assunto, mas eu
 764 achava importante a leitura dos textos encaminhados pelo Leonardo Tolentino e
 765 o Luiz Alberto Sartori. Eu fiz a solicitação na reunião do dia 28 e acho que são
 766 textos importantes e complementares para análise do que a Vale apresentou para
 767 ser licenciado. Complementares. O parecer, por exemplo, não levou em conta os
 768 impactos potenciais do aumento da pilha de estéreis a montante da B3 e de B4,

769 a pilha PDE Oeste, situada na mina de Mar Azul. Por favor, vejam o relatório
770 enviado pelo Sartori, que é bastante detalhado. É muito importante lembrar que,
771 após o reconhecimento do risco imediato que representam as barragens B3 e B4,
772 os empreendimentos licenciados antes desse reconhecimento e que se
773 sobrepõem ou se aproximem muito daquelas barragens, deveriam ser
774 reavaliados. Uma questão, para mim, mais ou menos óbvia. O parecer também
775 não aponta que os caminhões estarão usando as mesmas pistas dos veículos
776 privados em parte da sua rota. Os moradores dizem que, como condicionantes de
777 licenciamentos anteriores, foi acertado que isso não ocorreria. O relatório do
778 Leonardo Tolentino: ‘Precisamos de estudos mais aprofundados, que levem em
779 consideração a altura da pilha’. Qual a altura máxima planejada pela Vale? São
780 200 m? Hoje me corrigiram aqui: são 280. Eu realmente não sei qual é a altura
781 máxima planejada pela Vale. Mas vamos supor que seja 200 m. O peso do
782 material que será depositado, as características do subsolo, o cálculo de quantas
783 toneladas por metro quadrado que aquele terreno aguentaria e quais seriam as
784 consequências de um recalque de terreno. Sobre isso nós precisamos de mais
785 estudos. Aí uma pergunta: parte do subsolo daquela pilha poderia ser cárstico ou
786 dolomítico. Por que ficou na minha lembrança, da época do licenciamento de
787 Capão Xavier, que o material do subsolo que interligava a cava de Capão Xavier
788 com as nascentes de Fechos era cárstico, e então não teriam cianobactérias que
789 seriam geradas aí dentro. Se é assim, nós provavelmente estaremos com essa
790 pilha em cima de uma parte que é cárstica. Aí a segunda pergunta: poderíamos
791 ter recalques diferenciais? Isso poderia acarretar escorregamento da pilha? Para
792 aquelas pessoas que não conhecem o termo de recalque na engenharia, recalque
793 é o termo utilizado em arquitetura e engenharia civil para designar o fenômeno
794 que ocorre quando uma edificação sofre um rebaixamento devido ao
795 adensamento do solo sobre sua fundação. O recalque é a principal causa de
796 trincas e rachaduras em edificações, principalmente quando ocorre o recalque
797 diferencial, ou seja, uma parte da obra rebaixa mais do que a outra, gerando
798 esforços estruturais não previstos e podendo até levar a obra à ruína. Essa
799 definição está na Wikipedia. Sobre os condicionamentos, nós não podemos
800 aceitar a retirada de monitoramentos aprovados como condicionantes no passado
801 sem que haja uma concordância clara por parte da sociedade diretamente
802 afetada. Por exemplo, retirada do monitoramento de ruídos nos bairros Vila
803 Alpina, Bosque da Ribeira e Estância Cerrado. Esse monitoramento de ruídos foi
804 uma briga muito longa, essa briga foi de 1990, e eu acho que até 94, para que
805 nós conseguíssemos colocar com rigidez esse monitoramento de ruídos nesses
806 bairros. Então, diante do exposto acima, a Pro Mutuca se manifesta pelo
807 indeferimento deste projeto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou
808 passar para a Jeiza só para esclarecer em relação aos pontos de
809 encaminhamento das manifestações que o senhor fez.” Jeiza Fernanda Augusta
810 de Almeida/SEMAD: “O senhor Julio mencionou em relação à manifestação do
811 Sr. Leonardo Tolentino e do Sr. Luiz Alberto. Comentou que o Sr. Leonardo

812 Tolentino encaminhou as documentações no dia 4. Só que ele encaminhou a
813 documentação no dia 5/5. Não houve documentação protocolada anterior a essa
814 data, apenas houve documentação protocolada pelo Sr. Luiz Alberto, no dia 30/4.
815 Entretanto, o processo foi retirado de pauta, nós comunicamos a ele via e-mail e
816 solicitamos que, se fosse necessário, ele reencaminhasse o documento. No dia
817 5, ele reencaminhou as documentações, inclusive, mais sucintas, como
818 orientações que ele teve e que nos informou. Nós demos ok no e-mail para os
819 dois no dia 6. Então a documentação do Sr. Leonardo Tolentino foi recebida na
820 Secretaria por e-mail, no dia 5, bem como a nova manifestação do Sr. Luiz Alberto,
821 também no dia 5. Todos eles foram orientados que as documentações seriam
822 encaminhadas aos técnicos responsáveis, ao presidente da reunião, nós
823 encaminhamos o manual, e que, se fosse necessária a manifestação deles, que
824 fizessem a inscrição no livro de manifestação online, como está no manual. Em
825 relação ao encaminhamento desses documentos para os conselheiros, como foi
826 indagado nas ligações por eles, nós encaminhamos também o link, como o Yuri
827 comentou no início da reunião. Encaminhamos o link para eles com os nomes e
828 os e-mails de todos os conselheiros, para que eles fizessem.” Karla Brandão
829 Franco/Supram Central Metropolitana: “Eu acho que talvez tenha um
830 esclarecimento, principalmente com relação aos inscritos, que altere as suas
831 manifestações, que talvez possam ser essas pessoas que encaminharam para
832 nós a manifestação. Como a Jeiza falou, ela encaminhou para nós as
833 manifestações dessas pessoas nesta semana, mas nós lemos com todo o
834 cuidado, principalmente por ser comunidade atingida. E o que eu queria deixar
835 muito claro, principalmente para o conselheiro Grillo, é que o escopo do nosso
836 processo de licenciamento não é uma ampliação, não é um empreendimento
837 novo, é uma revisão de condicionantes de um processo que já está regularizado.”
838 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “A minha posição é muito
839 simples. Eu já tinha salientado isso anteriormente. Somente eu gostaria de correr
840 um esclarecimento com relação à própria condução do processamento, que a
841 Karla já de certa forma adiantou, que se trata de uma renovação. Mas eu queria
842 um enfoque a respeito desse procedimento atual que teríamos que votar não sei
843 quando com relação ao plano de fechamento da mina de Capão Xavier. Essa é a
844 minha dúvida.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Eu gostaria só de ressaltar um
845 trecho desse pedido de vista feito pelo Fonasc. Eu gostaria de ler só um trechinho
846 que eu achei muito importante, apesar de que eu acho que isso não está agora
847 em discussão. O Fonasc entende que há necessidade de um novo estudo
848 ambiental, novas declarações de conformidade, Avaliação Ambiental Integrada,
849 sistêmica e completa na região da mina de Capão Xavier, Mutuca e Mar Azul de
850 toda a bacia hidrográfica, inclusive em relação ao balanço, considerando o
851 abastecimento humano. Nós estamos muito preocupados com esse
852 abastecimento humano que é feito pela Copasa lá em Bela Fama. Nós temos o
853 estudo feito pela FEAM que mostra que tem 16 grandes barragens no Alto Rio
854 das Velhas, sendo 12 barragens da Vale. Então achamos que deve ser

posteriormente feita alguma reunião específica para verificarmos como está essa situação quanto às barragens. Porque nós temos um outro relatório feito pela Vale mostrando que todas as barragens que ela tem no Alto Rio das Velhas estão com fator de segurança inferior ao mínimo estabelecido. Eu estou só aproveitando esse relatório feito pelo Fonasc, assinado pela Maria Teresa e pelo Lúcio Guerra, para levantar essa questão para no futuro voltarmos a esse assunto. Com relação às condicionantes, nós vamos nos posicionar quando for votado.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/Membro da sociedade civil: “Em relação ao item em pauta, as colocações e análises que foram feitas por nós estão no parecer do Fonasc, de conhecimento de todos os conselheiros. Lembrando que esse parecer aponta questões graves. Inclusive, hoje para a Vale não é só Capão Xavier. Começou só com a mina de Capão Xavier, mas hoje é um complexo que envolve Capão Xavier, Mutuca e Mar Azul. Foi colocado que é uma mera alteração de condicionante de uma operação em curso, mas essa alteração de condicionantes, como está no Parecer Único, é voltada a uma revalidação da Licença de Operação. Nós não vimos nenhuma perspectiva ainda de falar de plano de fechamento de mina. Respondendo ao conselheiro, isso tem a ver com a continuidade da operação em Capão Xavier. E em um território onde já houve a situação gravíssima que vive a comunidade de Macacos, onde está agora a barragem de Taquaras também colocada como risco, que tem a barragem de Capitão do Mato. Ou seja, um território que tem graves situações, a nosso ver, não há como se tratar de alterações de condicionantes na mina Capão Xavier sem tratar do complexo Capão Xavier, Mutuca e Mar Azul. Por isso nós colocamos que teria que começar tratando dessa forma. Assim é que se trata a viabilidade, não há como tratar a viabilidade de forma desconexa e continuando fatiando as questões de um empreendimento. E o controle e o monitoramento apresentados na alteração de condicionante, se for olhar o complexo, provavelmente essas alterações não devem nem podem ser efetuadas. Muito pelo contrário, teriam que se aumentar os pontos do monitoramento com mais critério, porque agora é um grande complexo que se pretende. A própria Vale trocou o seu CNPJ para isso. Aproveito para, neste momento, como não foi possível levantar uma questão de ordem, dizer o seguinte. Há um total equívoco sobre o prazo. Foi colocado pelo presidente que foram 22 dias. O entendimento da SEMAD é que o licenciamento é feito a partir de um Parecer Único, e Parecer Único é a análise de um processo de licenciamento. Esse processo de licenciamento só foi disponibilizado no dia 29, após os pedidos de vista, feitos no dia 28. Esses processos, a sociedade, como ela vai adivinhar que o Estado vai pautar um processo de licenciamento? Porque depois das audiências públicas tem muita coisa que acontece nos processos de licenciamento, laudo de vistoria, informações complementares solicitadas, informações complementares dadas, alterações em vários aspectos. É um bojo de informações que compõem um processo de licenciamento que é direito da sociedade de conhecer. E quando se faz o pedido de vista não é para ler de novo o Parecer Único, é para se ter acesso ao processo de licenciamento.

898 E esse só foi disponibilizado no dia 29 de abril, e só se teve quatro dias, incluindo
899 o feriado do dia 1, o sábado e o domingo, porque o parecer de vista tinha que ser
900 enviado no dia 4. Então que fique muito claro para quem está, inclusive, assistindo
901 à CMI, que está se informando equivocadamente a questão do prazo. O processo
902 de licenciamento é um processo de licenciamento com todo o conjunto de
903 informações que estão no processo de licenciamento. Um processo de
904 licenciamento não pode ser decidido meramente a partir de um Parecer Único do
905 órgão técnico. E por último, finalizando essa questão, é surreal e absurdo que a
906 gente continue testemunhando a própria SEMAD, através do presidente da CMI,
907 do Anderson e do Hidelbrando, trazendo entendimentos equivocados sobre
908 questões ligadas a licenciamento ambiental.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
909 Trovão: “A Maria Teresa se manifestou em relação ao que eu disse anteriormente.
910 Ninguém quer que a senhora adivinhe, ninguém quer que ninguém adivinhe nada,
911 não é necessário adivinhar. É só necessário ler a pauta. A pauta foi disponibilizada
912 com o Parecer Único no dia 18/4/2020. Em 18/4/2020, a senhora sabia da pauta,
913 a senhora tinha acesso ao Parecer Único. Em 18/4/2020, a senhora sabia do
914 município onde vai ter aquela atividade, a senhora sabia da superintendência que
915 estava analisando aquele processo. Se a senhora quisesse ter acesso ao
916 processo, a senhora e qualquer outro que tivesse interesse, era só demandar a
917 Secretaria, não precisa adivinhar, ninguém quer o dom da onisciência aqui a
918 nenhum empreendedor ou a qualquer terceiro. É preciso só ler, não precisa
919 adivinhar. Ler a pauta. No dia 27 estava disponibilizado o processo na CMI.
920 Pegava o processo, o município ao qual pertence. É da Suppri. Demandava
921 diretamente à Suppri para demandar à nossa Secretaria que a senhora teria o
922 acesso, no dia 18/4, do processo na íntegra com o Parecer Único. Não era
923 necessário adivinhar, o processo estava disponibilizado, foi disponibilizado, foi
924 publicada a pauta, foram convocados os conselheiros. Não é necessário
925 adivinhação. Então reafirmo. E tudo o que eu disse aqui em relação à legislação,
926 o que o Neto disse, o que o Dr. Anderson informou é tudo corroborado na lei, na
927 norma. Tudo que eu disse, eu explico e mostro a norma na qual estou baseando
928 o meu entendimento. Então não estou deturpando. Muito pelo contrário, eu estou
929 esclarecendo. Basta ir lá em relação à pauta. Os senhores que estão nos ouvindo,
930 até mesmo para ter esclarecimento em relação à reunião. Vai lá à reunião 58ª,
931 verifique a data da publicação, se lá na 58ª, do dia 18/4, já não tinha os pareceres
932 disponibilizados, se com os pareceres disponibilizados você não tem acesso a
933 quem fez o parecer, à superintendência respectiva. Então não é necessário
934 admiração, é necessário ler a pauta e ter boa vontade de procurar aquelas
935 pessoas que realmente têm as informações para prestar.” Isabel Cristina/Vale
936 S/A: “A Karla falou no início, e parece que alguns já perceberam que este parecer
937 não se trata de ampliação de empreendimento, não se trata de modificação do
938 empreendimento, ele trata de avaliação de condicionantes de monitoramento de
939 qualidade do ar, água e pressão sonora. É importante dizer o seguinte. A Vale
940 formalizou no órgão ambiental planos diretores de monitoramentos ambientais do

941 ar, água, pressão sonora e sismográfico. O sismográfico já está aprovado. Por
942 questões processuais, a Supram optou por pautar esses pareceres em função da
943 alteração de condicionante desse processo. Então quando alguns conselheiros
944 falam que não foi feita uma análise conjunta o objetivo desses planos diretores é
945 justamente isso, é fazer uma análise conjunta, uma análise sistêmica da região,
946 inclusive dos complexos, e otimizar esses pontos, o que não significa só reduzir.
947 Inclusive, tem pontos que estão sendo aumentados. Otimizar essa rede de
948 monitoramento para ter o resultado de qualidade ambiental mais assertivo. Fato
949 é que a própria Gesar, da FEAM, avaliou a rede de monitoramento da qualidade
950 do ar e fez várias sugestões. Foi feito um estudo de dispersão pela empresa
951 credenciada, a Gesar avaliou e fez várias sugestões, pediu adaptação nesse
952 estudo, pediu alteração de ponto de monitoramento. Inclusive para a comunidade,
953 exemplo de Jardim Canadá, um local mais central, por exemplo, que daria um
954 resultado melhor. Pediu o ponto que seria interessante para o Estado que nem
955 estava muito diretamente relacionado às operações da Vale. 'Estou fazendo esse
956 trabalho em colaboração com as empresas, então é interessante que a empresa
957 também colabore colocando um ponto de rede que dê respostas ao Estado, para
958 compor a rede de monitoramento do Estado.' Então até isso aconteceu. Por
959 questões processuais – o Dr. Hidelbrando está participando da reunião –, foi
960 discutido quando ele era o superintendente da Supram Central, e nós chegamos
961 à conclusão seguinte: tem que se fazer essas alterações em cada processo
962 porque são alterações de condicionantes. Em relação ao parecer da Supram
963 Central, a Vale pede só que seja avaliado o ponto PS 05, que é um ponto em uma
964 área mais central em Jardim Canadá, no Batalhão da Polícia Militar, que foi uma
965 sugestão, uma solicitação feita, inclusive, pela Gesar, que pediu para alterar esse
966 ponto para ficar mais em um local central do bairro para dar uma resposta mais
967 significativa. O parecer da Supram está muito bom, e aí o empreendedor faz essa
968 pontuação e solicita que seja acompanhado p parecer da Gesar em relação a
969 esse ponto PS 05. E faz uma pergunta se o monitoramento hidrobiológico
970 solicitado será em todos os pontos de monitoramento de qualidade da água, em
971 todos os pontos em que é feito monitoramento da qualidade do ar. Só ficar claro
972 quais são esses pontos em que têm que ser feito esses monitoramentos. A Vale
973 está considerando os pareceres da sociedade civil encaminhados aos
974 conselheiros e manifestados pelo Julio Grillo, a Vale está em espera na sala de
975 reunião para se manifestar, representante da própria operação do
976 empreendimento e representante das questões de descaracterização e obras que
977 têm sido feitas com relação a B3 e B4. Em relação ao PU, a manifestação da Vale
978 é essa, mas a Vale se coloca à disposição na figura do Dr. Romário em relação à
979 descaracterização e do Dr. Samuel em relação à operação da empresa.”
980 Anderson Silva de Aguilar/SEMAD: “Não é sobre o item de pauta,
981 necessariamente, mas todos os processos. Aproveitando que a nossa reunião
982 está sendo transmitida pelo YouTube, e é um canal que tem um alcance muito
983 grande, deixar claro que o processo de licenciamento está disponível para toda a

984 sociedade desde o seu início, desde a sua formalização. Como eu disse na fala
 985 anterior, nós tínhamos o FCE, agora temos o processo de caracterização. Assim
 986 que o processo é formalizado, ele está disponível para toda a sociedade conhecer
 987 todo o seu conteúdo. Isso através do sistema Siam. Ainda que tenha alguma falha,
 988 nós estamos à disposição para fazer a complementação do requerente. Vista do
 989 processo é um direito de toda a população, indistinto, não precisa ser conselheiro
 990 do COPAM para ter vista ao processo e conhecer o seu conteúdo e mesmo ter
 991 cópia do conteúdo que está lá. Está aberto para a sociedade como um todo.
 992 Agora, no sistema SLA, que é um sistema todo digital, onde não tem mais a
 993 formalização por meio físico, por meio de papel, o processo também está todo
 994 disponível para a sociedade. O acesso é muito simples, é só clicar em 'visitante'
 995 e fazer toda a consulta. E aproveito só para o destaque final, dizer que temos
 996 também a Lei de Acesso à Informação, que costumamos responder a todos os
 997 requerimentos. Recentemente, tivemos uma resposta sobre licenciamento de
 998 postos de gasolina no Estado de Minas Gerais, apresentando para o requerente
 999 toda a relação que ele solicitou. Então aproveitando aqui o canal da internet
 1000 coloco também essa informação disponível para toda a sociedade, não só
 1001 mineira, mas todos aqueles que quiserem ter acesso ao processo de
 1002 licenciamento, que é amplamente público e disponível para todos." Presidente
 1003 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Aproveitando o gancho do que o Dr. Anderson
 1004 falou, eu vou pedir para que joguem na tela o nosso requerimento. Para os
 1005 senhores, principalmente aqueles que não estão acostumados às nossas
 1006 reuniões, ao processo de licenciamento ambiental, qualquer interessado pode ter
 1007 vista, como disse o Dr. Anderson, desde o início do processo. No site da SEMAD:
 1008 modelo de requerimento para vista, cópia de documento de processo. Então
 1009 qualquer interessado pode ter vista do processo. Como eu falei anteriormente,
 1010 assim que é publicada a nossa pauta, é disponibilizado o Parecer Único, qualquer
 1011 interessado pode entrar em contato pelo meio de relatório de vista, entrar em
 1012 contato com a nossa Secretaria e solicitar a íntegra do processo, que nós iremos
 1013 disponibilizar." Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: "Não só pode conhecer o
 1014 processo, como pode acompanhar o processo em toda a sua instrução." Ricardo
 1015 Petrilo Sampaio/Vale S/A: "Bom dia. Eu sou coordenador de Meio Ambiente da
 1016 Vale e fiz a inscrição para me colocar à disposição em caso de necessidade. Os
 1017 pontos levantados foram todos abordados pela Isabel, e eu e o corpo técnico
 1018 continuamos à disposição aqui para o caso de necessidade de algum
 1019 esclarecimento." Samuel/Vale S/A: "Eu só me coloco à disposição aqui por parte
 1020 da operação da mina de Capão Xavier para qualquer esclarecimento." Karla
 1021 Brandão Franco/Supram Central Metropolitana: "Só para reforçar o que eu tinha
 1022 antecipado. Eu achei que talvez o pessoal que tinha apresentado o documento
 1023 fosse querer se manifestar. Nós tivemos a manifestação dos dois representantes
 1024 da comunidade de Macacos, e eu também tive contato com a Marisa Lapertosa,
 1025 que foi uma funcionária do Sisema por muitos anos e também é uma moradora
 1026 de Macacos. Uma coisa que eu quero deixar bem esclarecida para o conselheiro

1027 Grillo é que a Supram vai acompanhar mais de perto a questão das obras que
1028 estão acontecendo lá com o fechamento das barragens B3 e B4. A Marisa me
1029 enviou alguns protocolos também que têm sido enviados para a Supram, já
1030 tivemos algumas reuniões etc., mas temos que entender que neste momento o
1031 nosso parecer é uma revisão de condicionantes de uma licença já concedida. O
1032 objetivo da Vale foi fazer uma otimização da rede de monitoramento deles, de
1033 uma mina grande, que realmente tem essa interface com a mina Mar Azul.
1034 Existem processos de revalidação em análise na Supram Central hoje, tanto da
1035 mina Mar Azul quanto de Capão Xavier. Existem outros processos em análise de
1036 ampliação de estruturas dentro da mina Capão Xavier também. Então no nosso
1037 entendimento técnico o momento de analisar efetivamente esses incrementos não
1038 seria nesse PU. Porque esse PU já foi analisado anteriormente, foi retirado de
1039 pauta, nós fizemos as adequações. Dentro dessas revalidações, inclusive dentro
1040 do Parecer Único que vai regularizar as obras emergenciais das barragens B3 e
1041 B4, que está sendo formalizado pela Vale, também será analisada essa questão
1042 dos impactos e da rede de monitoramento específica para essas obras. Claro que
1043 é um complexo minerário, existem outras minas na região, existe um impacto
1044 ambiental significativo, mas eu acho que nosso foco é esse parecer, que é
1045 alteração das condicionantes, que tem um ganho ambiental. Para o
1046 monitoramento, inclusive, online, que manda para a Gesar a questão da qualidade
1047 do ar, que abrange toda a comunidade de Macacos, em Nova Lima. Então foi feito
1048 o estudo de dispersão atmosférica, tem várias minas ao redor, e esse estudo
1049 consegue contemplar a alteração da qualidade do ar imediatamente. Isso para
1050 nós é um ganho ambiental. Inclusive, nós vamos pegar essas manifestações que
1051 foram apresentadas no âmbito desse processo e incluir no âmbito da revalidação
1052 das licenças que estão em análise. Porque entendemos que é um escopo mais
1053 adequado para tratarmos essas manifestações. Com relação à manifestação da
1054 Vale, que tem um ponto que a Gesar solicitou a alteração pela análise da
1055 dispersão atmosférica deles. Não temos nada a opor, porque a Gesar é, inclusive,
1056 a gerência competente para analisar esses pontos, conforme, inclusive, a IS
1057 06/2019. Então fazemos essa adequação pela solicitação deles, como a Gesar
1058 propõe.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu acho que pegar esse
1059 monitoramento da forma que era feito até agora recentemente, manual etc., e
1060 automatizar tudo isso é ótimo, é um passo muito positivo. Mas eu não consigo
1061 analisar um processo desses por pedacinhos, porque eu sei que a soma de todos
1062 os pedacinhos não é igual ao conjunto. Quando eu recebo um processo de
1063 licenciamento como esse, eu tenho que tentar olhar o contexto e analisar o
1064 contexto. E para mim é o seguinte, especificamente sobre o monitoramento, foram
1065 retirados monitoramentos com os quais eu não concordo. Eu não concordo que
1066 se retire o monitoramento de ruído daqueles bairros que estão ao lado da mina
1067 da Mutuca. Isso está lá desde 94, salvo engano. Se não for 94, é 95. Com isso eu
1068 não concordo. Eu não consigo concordar, depois de tanto tempo, o processo
1069 autorizar que caminhões concorram com os carros na saída de Macacos. São

1070 muitos caminhões, aquilo ali vai dar em morte, eu não tenho dúvida. Outra coisa
1071 com que eu não concordo é o seguinte: na hora que você aprova a estrada as
1072 condicionantes, está aprovando que o pessoal jogue mais rejeito na pilha PDF,
1073 que fica a montante de B3 e B4. Eu preciso ter uma segurança em relação a essa
1074 estabilidade. Não é me abanar com uma norma. Eu preciso saber o seguinte: esse
1075 subsolo aguenta tantas toneladas por metro quadrado? O subsolo é homogêneo,
1076 não vai gerar recalque diferencial? São respostas técnicas. Quanto que aguenta
1077 aquele subsolo em toneladas por metro quadrado? É uma resposta de
1078 engenharia, então disso eu preciso, porque eu não vou conseguir e não vou agir
1079 assim em outros processos de olhar uma partezinha só, sem olhar o contexto. O
1080 resto, tudo que você falou eu concordo com você, mas eu tenho que olhar o
1081 contexto geral. Aí, especificamente, na parte reduzida, eu não concordo com a
1082 retirada daqueles pontos de monitoramentos. Agora, aplaudo a questão da
1083 automatização do processo. E só vou ficar feliz com ela na hora em que estiver
1084 em tempo real disponível para a sociedade. Isso vai ser um passo que eu sei que
1085 vai ser mais demorado, mas a sociedade tem todo o direito de ter essas
1086 informações sempre em tempo real. E não é caro, isso é baratíssimo. Se você
1087 tiver um sistema que já teve monitoramento em tempo real, para disponibilizar
1088 para a sociedade você não gasta R\$ 15 mil ou R\$ 20 mil para poder fazer isso,
1089 do ponto de vista de desenvolvimento de uma interface do sistema seus. Então
1090 eu acho que esse não é o problema, o problema não é econômico, é de
1091 posicionamento.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Em relação às
1092 condicionantes. Essa preocupação do Julio, eu concordo com ela em função da
1093 caracterização da bacia hidrográfica como um todo. Esses pontos de retirada de
1094 alguns parâmetros, assim como a frequência. Eu queria só esses esclarecimentos
1095 muito em função até do parecer da professora Adriana. Ela ponderou, e eu achei
1096 bastante pertinente as colocações que ela fez no parecer de vista em relação
1097 tanto às condicionantes para água, ar e pressão sonora. É mais no sentido de
1098 manter os parâmetros que foi sugerida a retirada. Eu gostaria só de ver a
1099 frequência da apresentação desses relatórios. Porque eu acho que é importante
1100 num momento desse, na impossibilidade de se rever todos os pontos, mas que
1101 essas condicionantes ficassem bem claras.” Conselheiro José Angelo Paganini:
1102 “A condicionante só de alteração de frequência e parâmetros de monitoramento,
1103 localização, eu acho que não pode ser discutida isoladamente, tem que levar em
1104 consideração todas as interferências do sistema do complexo minerário. Eu acho
1105 que a questão tem que ser analisada no contexto de todo o complexo minerário.
1106 Não é conveniente alterar condicionantes e fragmentar esse licenciamento. Esse
1107 posicionamento já temos há muito tempo dentro da Câmara de Atividades
1108 Industriais. Então o monitoramento contínuo e também a inclusão de parâmetros,
1109 exclusão de pontos, eu acho que teríamos que discutir em um contexto maior.
1110 Nós entendemos que o monitoramento deve contemplar um contexto maior, de
1111 todo o complexo minerário, somos contra a exclusão de parâmetros e pontos de
1112 monitoramento. A frequência também nós achamos que não deva ser alterada e,

1113 sim, aumentada porque esses envios de relatórios anuais não possibilitam o
1114 acompanhamento. E também a disponibilização desses dados para a sociedade
1115 civil e outros órgãos de controle, o controle ambiental das prefeituras locais. E a
1116 sociedade civil teria que ter acesso. Eu acho que essas alterações de
1117 condicionantes não devem ser incluídas nas licenças que vão ser analisadas pela
1118 Supram.” Karla Brandão Franco/Supram Central Metropolitana: “Na verdade, eu
1119 pedi a palavra de novo porque fiquei devendo duas respostas aos conselheiros
1120 no início. Com relação ao plano de fechamento de mina, que foi questionado, esse
1121 plano é apresentado de maneira conceitual para todos os EIAs/Rimas, como o
1122 termo de referência solicita. Então até que o empreendedor tenha a intenção de
1123 efetivamente fechar a mina, conforme a DN 220/2018 prevê, esse plano é
1124 apresentado de maneira conceitual em todos os estudos que ele apresenta dentro
1125 dos licenciamentos ambientais. Ele é atualizado dentro desses licenciamentos,
1126 apresentado para o órgão ambiental, e, pela nossa Deliberação Normativa, ele
1127 tem que apresentar cerca de um ano antes do fechamento de mina efetivamente,
1128 e esse plano é aprovado pela Câmara de Atividades Minerárias antes do
1129 fechamento. No caso da mina de Capão Xavier, eles ainda não têm essa
1130 perspectiva de 12 meses para o fechamento. Por isso que o plano falamos que
1131 ainda está nesse escopo conceitual e é atualizado periodicamente. Com relação
1132 à disponibilidade hídrica e ao fornecimento de água de que o outro conselheiro
1133 falou, essa questão das barragens em risco etc., isso é atualizado constantemente
1134 para a FEAM. Nós estamos tendo um esforço do Sisema de acompanhamento
1135 dessas barragens. A FEAM tem um novo corpo do Núcleo de Barragens que está
1136 acompanhando tudo isso mais de perto. Em complementação ao que o
1137 conselheiro Grillo falou da disponibilidade dos documentos também online, a
1138 FEAM está fazendo uma parceria, inclusive, com o governo federal e órgãos
1139 internacionais para tentar fazer, assim como a ANM fez, um sistema de
1140 disponibilização online para a comunidade. Infelizmente, isso não é tão barato
1141 quanto parece. Nós tivemos oportunidade de conhecer órgãos na Holanda, na
1142 Inglaterra. O Claudinei está aí como testemunha. Infelizmente esse investimento
1143 é muito alto. Estamos tentando fazer alinhamento com outros órgãos para que,
1144 inclusive, não tenha divergência nas informações. Isso não serve só para
1145 barragem, mas para esses monitoramentos de qualidade do ar, da água etc. A
1146 Gesar tem dados muito robustos dessas análises das estações de monitoramento
1147 que já temos aqui, principalmente, no Quadrilátero Ferrífero. E a nossa intenção
1148 é que consigamos fazer isso. O secretário Germano tem feito um esforço muito
1149 grande para essa transparência, mas estamos trabalhando para isso no nosso dia
1150 a dia. Com relação à frequência dos monitoramentos e aos relatórios
1151 apresentados para o órgão, o que temos de entendimento: as minas são muito
1152 antigas, esse monitoramento já vem sendo feito há muito tempo, então na
1153 alteração da frequência de monitoramento não vimos prejuízo, considerando que
1154 não vinha tendo alteração de parâmetros. Entendemos que a regularidade do
1155 monitoramento implica numa possibilidade de aumento da frequência do

1156 monitoramento. Quanto à apresentação do relatório para o órgão, o relatório anual
1157 tem sido uma padronização que temos adotado, principalmente na Supram
1158 Central e em outras Suprams também. Então pedimos que os relatórios sejam
1159 consolidados semestralmente ou anualmente, por uma condição de análise
1160 nossa. Então às vezes a frequência de monitoramento pode ser mensal ou
1161 quinzenal, às vezes ela é maior, mas pedimos que esses dados sejam
1162 consolidadas em relatórios anuais, porque os Núcleos de Controle e
1163 Acompanhamento Ambiental, os Nucams, que fazem o acompanhamento das
1164 condicionantes, não têm capacidade de análise para relatórios mensais, por
1165 exemplo. Então essa documentação vai ser aportada mentalmente à Supram,
1166 mas simplesmente vai ter documentação aportada, e não vamos ter capacidade
1167 de análise. Quando o relatório chega consolidado para nós anualmente, esse
1168 relatório consolidado vai vir com os dados de uma maneira mais analítica, e
1169 quando formos fazer a análise conseguimos nos planejar melhor. Então é uma
1170 questão analítica, uma questão da capacidade da Supram de absorver esses
1171 dados e conseguir fazer uma análise objetiva. Se houver, por exemplo, uma
1172 alteração no monitoramento de algum parâmetro, nós não saberíamos, porque é
1173 obrigação da empresa nos comunicar, segundo a 267/2017, salgo engano. Não
1174 lembro agora o número da DN, mas é a que obriga o empreendedor, conforme
1175 em todos os nossos Anexos II vem o texto falando que qualquer alteração nos
1176 parâmetros de monitoramento o empreendedor deve informar à Supram e propor
1177 um plano de ação para corrigir aquele parâmetro. Eu entendo que para nós quanto
1178 mais os monitoramentos se tornam padrões dentro dos empreendimentos, tanto
1179 no lançamento de efluentes quanto na qualidade da água superficial, por exemplo,
1180 significa que aquele empreendimento não está causando alteração no meio
1181 ambiente. E para nós esse aumento da frequência de monitoramento não seria
1182 um prejuízo. E a entrega dos relatórios para o Nucam, principalmente, é uma
1183 questão da nossa capacidade analítica.” Ricardo/Vale S/A: “Esse plano diretor de
1184 qualidade foi desenvolvido e elaborado por empresa terceira, e ela somente
1185 indicou a exclusão de monitoramento de parâmetros que não possuem padrão de
1186 qualidade estabelecido nas normas e aqueles que não encontram ocorrências de
1187 desvio. Ou seja, é para otimizar realmente a rede e para melhorar os nossos
1188 monitoramentos em uma visão global, regional. Então foi feito com essa
1189 assessoria de empresas especializadas, terceiras, para poder fazer essa proposta
1190 de forma bem estruturada e bem técnica para vocês.” Conselheiro Julio Cesar
1191 Dutra Grillo: “Primeiro para o Ricardo. Vocês estão propondo retirar
1192 monitoramento de nível de ruído ali na região do Vila Alpina, Bosque da Ribeira,
1193 Campestre no acordo que foi feito com o Pro Mutuca em 94, 95. Eu acho que para
1194 retirar parâmetros como esses a sociedade deveria ser consultada. Então eu não
1195 concordo com a retirada desses parâmetros. Eu estou aqui representando a
1196 sociedade civil pelo Pro Mutuca, e o Pro Mutuca não foi consultado. Esse é o
1197 primeiro ponto. Para você, Karla. Eu tenho uma visão sobre a disponibilização de
1198 dados para a sociedade que é um pouco diferente da de vocês. Eu não estou

1199 dizendo que a de vocês seja errada. Talvez a minha tenha mais elemento do que
1200 a sua, pelo fato de eu ter trabalhado mais de quatro décadas na área. Eu montei
1201 muitos centros de controle operacionais. Acho que a SEMAD tinha que ter um
1202 centro de controle operacional, onde tivesse disponibilizado nos monitores desse
1203 centro de controle todos os dados que você recebe em tempo real. E você teria
1204 que ter um programa extrator que, se for específico para o sistema da SEMAD, é
1205 barato. Mas como você falou, tem que fazer com federal e não sei o quê, se for
1206 fazer um programa, um sistema general-purpose, vai ficar caro. Mas se você for
1207 extrair, especificamente, aqueles dados deste sistema específico do SLA, vamos
1208 supor, do que está recebendo de monitoramento e disponibilizar para a
1209 sociedade, por intervalos... Porque para a sociedade você só vai disponibilizar
1210 aquilo que está fora do padrão. Todo sensor tem o máximo e o mínimo que ele
1211 pode aceitar. Quando ultrapassou o máximo e o mínimo, disponibiliza para a
1212 sociedade em tempo real. Isso não é complexo. Eu estou falando que não é
1213 complexo em cima da minha experiência. Ter um banco de dados montado talvez
1214 fosse mais difícil no sistema antigo, no Siam. No SLA agora e da forma que vocês
1215 vão receber dados em tempo real, eu acho que já deveriam estar pensando não
1216 mais em análises anuais. A concepção muda completamente, você passa a
1217 analisar dados em tempo real. A consolidação vai ser feita pelo sistema
1218 automaticamente. Eu tenho uma visão diferente de como se deve gerir essas
1219 informações que devem ser públicas e me coloco à disposição de conversar com
1220 a SEMAD, incluindo pessoal da área técnica, para dizer como é que eu vejo essa
1221 situação. E mostrar para eles algumas coisas que podem ser vistas. Por exemplo,
1222 aqui em Belo Horizonte, nós temos ao menos 20, 25 centros de controle
1223 operacional em pleno funcionamento, tem o próprio POP, que está ali ao lado da
1224 BHTrans. Mas tem o do Sindicato das Empresas de Transporte Público, tem em
1225 cada uma das grandes garagens, tem centros de controle operacional em tempo
1226 real funcionando há muito tempo. Então eu acho que a SEMAD agora tinha que
1227 migrar já para isso, salta, sai do século passado e já vai para o século XXI direito.
1228 O monitoramento hoje é em tempo real, e a sociedade tem direito de ter acesso
1229 a essas informações em tempo real. Não é saber daqui a seis meses que a
1230 qualidade da água naquele ponto ou nível de ruído ou partículas em suspensão
1231 estão errados, é saber na hora.” Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Só para dizer
1232 para o Julio Grillo que nós não pensamos diferente dele, nós estamos na mesma
1233 fase, inclusive isso faz parte da fase 3 do SLA, em que nós vamos receber os
1234 monitoramentos, e eles serão disponibilizados online para o cidadão. Mas, só
1235 lembrando, o Sisema já tem de longa data alguns sistemas de monitoramento e
1236 disposição de informação online, a exemplo da qualidade do ar, que vez por outra
1237 é revisitado, precisa obviamente de adequação, porque a linguagem
1238 computacional vem evoluindo ao longo do tempo. A ideia é consolidar isso tudo
1239 em um único portal de aplicação, que nós denominamos de Ecossistemas. Isso
1240 faz parte da fase 3. Eu queria dizer ao Julio que ele é muito bem-vindo aqui para
1241 conversar com a equipe técnica e a equipe de TI que é responsável pela criação

1242 dessa fase 3 e também para disponibilização para a população. Estamos na
 1243 mesma fase, temos o mesmo pensamento, a ideia é justamente nessa direção. E
 1244 como eu disse, só reforçando, o senhor, todos os conselheiros e toda a sociedade
 1245 são muito bem-vindos para participar desse processo.” Ricardo/Vale S/A: “Como
 1246 a Karla explanou anteriormente, esse processo se refere à mina de Capão Xavier,
 1247 e esses pontos em relação aos condomínios da região do Pro Mutuca estão sendo
 1248 monitorados na condicionante da Mutuca e vão ser mantidos dentro do processo
 1249 da Mutuca e discutidos oportunamente. E a nossa proposta realmente é colocar
 1250 uma estação de monitoramento automático para melhorar essa rotina de
 1251 monitoramento em relação a esses sistemas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1252 Trovão: “Só um esclarecimento maior. Então esses pontos de monitoramento que
 1253 o Julio Grillo colocou que já foi feito, realizado de acordo com a Pro Mutuca, eles
 1254 não estão sendo alterados neste momento, permanecem, e isso é objeto de outro
 1255 processo. É isso?” Ricardo/Vale S/A: “Eles permanecem monitorados dentro do
 1256 processo da Mutuca.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores
 1257 conselheiros, eu acho que já podemos votar o processo. Eu coloco em votação o
 1258 item 5.1, Vale S/A, lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco,
 1259 minério de ferro. PA 00095/1998/008/2007. Votos favoráveis: Segov, Sede,
 1260 Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME e Abes. Votos contrários:
 1261 Relictos e Pro Mutuca. Justificativas de votos contrários. Conselheiro José Angelo
 1262 Paganini: “Eu precisava de uma avaliação integrada do complexo minerário.”
 1263 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu sou contrário e já dei a explicação antes.
 1264 Caso queiram, eu a leio aqui novamente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1265 Trovão: “Pelos fundamentos já explicitados. Pode ser, Julio?” Conselheiro Julio
 1266 Cesar Dutra Grillo: “Perfeitamente, eu já fiz a colocação antes.” **6) PROCESSO**
 1267 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**
 1268 **COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 6.1) CSN Mineração S/A. Planta de**
 1269 **Beneficiamento de Itabiritos Pobres - Unidade de tratamento de Minerais -**
 1270 **UTM, com tratamento a úmido, e estação de tratamento de esgoto sanitário.**
 1271 **Congonhas/MG. PA 00103/1981/093/2018, ANM: 43.306/1956. Classe 6.**
 1272 **Apresentação: Suppri. Retorno de vista: Pro Mutuca, Sindiextra, Fiemg e**
 1273 **SME.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O 13 complementaria essa minha fala
 1274 do 6. Sem problema. A disposição a seco é um passo positivo, elogiável e conta
 1275 com a minha simpatia. O Parecer Único está bem-feito, mas se limita ao objeto
 1276 do licenciamento. A apresentação que a CSN fez por videoconferência pôde me
 1277 esclarecer sobre o contexto da intervenção, impactos sobre corredores ecológicos
 1278 e outros. Facilitou meu entendimento. Mas certamente esse tipo de apresentação
 1279 deveria fazer parte dos documentos a serem enviados aos conselheiros para
 1280 análise ou como fez a Usiminas convidando todos para vir aqui. Aí até fazendo
 1281 duas vezes, para aqueles que não puderam participar de uma primeira vez. Se eu
 1282 analisasse apenas o Parecer Único e a apresentação feita pela CSN, eu votaria
 1283 pelo deferimento. Mas o prazo para conversar sobre o empreendimento com a
 1284 sociedade local foi muito curto, nós ouvimos poucas pessoas. Os representantes

1285 de ONGs locais disseram que a audiência pública não respeitou alguns
1286 procedimentos básicos, como disponibilizar o Rima. Não tivemos tempo para
1287 verificar se esse fato ocorreu. A Deliberação Normativa COPAM 225, de 25 de
1288 julho de 2018, diz que ‘o empreendedor deverá disponibilizar cópia impressa do
1289 Rima ou de outro estudo ambiental exigido, conforme o caso, para consulta dos
1290 interessados na sede do município em que for realizar-se a audiência pública, na
1291 data de sua realização e durante o período mínimo de 15 dias úteis anteriores a
1292 sua realização, conferindo-lhe ampla publicidade.’ As ONGs locais não obtiveram
1293 resposta satisfatória acerca do pedido de estudo hidrológico, visando garantir
1294 água para a cidade no futuro. A palavra das ONGs locais, agora transcrevendo
1295 literalmente o que eu recebi por escrito de uma das ONGs: ‘Entendemos que
1296 não há como continuar analisando e deliberando sobre quaisquer licenciamentos
1297 que interfiram com a barragem Casa de Pedra e outras estruturas de disposição
1298 de rejeitos, áreas de recarga e aquíferos subterrâneos, que façam uso de águas
1299 superficiais e subterrâneas ou que causem degradação à qualidade das águas e
1300 cobertura vegetal no município de Congonhas de forma fragmentada, sem que se
1301 realize uma avaliação ambiental integrada e independentes considerando os
1302 impactos cumulativos e sinérgicos, em especial em relação à segurança das
1303 estruturas de disposição de rejeitos, disponibilidade hídrica e qualidade das
1304 águas, associada a uma avaliação dos cenários de abastecimento da população
1305 para os próximos anos e futuras gerações, na perspectiva do aquecimento global.’
1306 O que eu considero ser uma posição muito sensata. Ter um empreendimento
1307 daquele porte, de todo tamanho, a sociedade tem que se sentir um pouco
1308 confiante naquilo. E a sociedade está sem confiança nisso, pelo que eu pude
1309 perceber. Eu recebi, inclusive, uma gravação com a fala do secretário de Meio
1310 Ambiente local, e o que ele fala e o que a sociedade local fala são duas coisas
1311 completamente diferentes. Então nós precisaríamos ter tido mais tempo para
1312 poder conversar mais e saber efetivamente o que está acontecendo. ‘As ONGs
1313 apresentaram preocupações quanto a degradação do meio ambiente e falta de
1314 transparência da CSN com a comunidade. Diante do exposto acima, o Pro Mutuca
1315 se manifesta pela retirada de pauta.’ Para que tenhamos mais tempo para poder
1316 entender o que é aquela conjuntura toda. Porque nós não podemos ficar
1317 analisando só um pedacinho. Vai analisando pedacinho por pedacinho, e a
1318 sombra desses pedacinhos não é igual ao conjunto completo.” Presidente Yuri
1319 Rafael de Oliveira Trovão: “Como eu sempre digo em relação aos pedidos de
1320 retirada de pauta ou baixa em diligência, eu fico a cargo da equipe que analisou
1321 o processo se tem como subsidiar as dúvidas ou o que poderia gerar baixa em
1322 diligência. Se não houver possibilidade, realmente baixamos o processo sem
1323 problema algum. Mas primeiro eu vou ouvir a equipe e os demais conselheiros.
1324 Aí Rodrigo eu quero esses esclarecimentos para subsidiar a minha decisão da
1325 manutenção. Mas por enquanto eu mantenho o processo em pauta.” Conselheira
1326 Denise Bernardes Couto: “O relato de vista foi disponibilizado à SEMAD dentro
1327 do prazo regimental. E ressaltou também que foi feito de forma conjunta com Fiemg

1328 e SME. Em resumo, somos pelo deferimento do processo.” Presidente Yuri Rafael
 1329 de Oliveira Trovão: “Só para registrar, Thiago e Dr. Orsini, os senhores querem
 1330 se manifestar ou posso considerar somente a fala da Denise?” Conselheiro Carlos
 1331 Eduardo Orsini: “Eu queria somente congratular com duas pessoas.
 1332 Primeiramente, com o Eduardo Sanches, que fez uma bela exposição com
 1333 relação à questão da nova inovação em termos de beneficiamento de minério a
 1334 seco. E segundo com o Rodrigo Ribas, que também fez uma conotação muito
 1335 importante, e isso tudo nós levamos em consideração no nosso mesmo parecer
 1336 junto com a Fiemg e o Sindiextra.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O
 1337 relatório é conjunto Fiemg, Sindiextra e SME, então corroborando somente o que
 1338 a Denise já mencionou.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu acho que o
 1339 processo é positivo, mas eu tenho algumas dúvidas de que gostaria de
 1340 esclarecimento. Fala que na fase de implantação as atividades vão afetar a
 1341 qualidade das águas. Eu gostaria de esclarecimentos sobre o monitoramento,
 1342 para que se possa caracterizar qual é a interferência do empreendimento nos
 1343 cursos d’água. Esse seria um ponto. Outro ponto seria a respeito da audiência
 1344 pública. Fala da preocupação da comunidade com a zona de autossalvamento,
 1345 com funciona o sistema de alarme e questiona sobre a descaracterização das
 1346 barragens.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Deixa eu perguntar à
 1347 equipe do Ribas: vocês conseguiram entender? Se não vamos ligar para o
 1348 Paganini, ele faz os questionamentos via telefone, e nós colocamos o áudio dele
 1349 aqui.” Rodrigo Ribas/SEMAD: “Deu para entender por alto o que o Paganini quer.
 1350 Basicamente a relação com a imprensa, o empreendimento e os impactos sobre
 1351 os recursos hídricos e as considerações que foram feitas na audiência pública.
 1352 Nós podemos tratar desse assunto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 1353 “Nós vamos ligar para ele, e aí colocamos o áudio dele aqui no viva voz.”
 1354 Conselheiro José Angelo Paganini: “São duas considerações. Sobre a qualidade
 1355 da água, porque se afirma que na ADA os limites... Eu gostaria de saber, fala-se
 1356 que o monitoramento vai ser feito no córrego... Um ponto só em cada córrego. Eu
 1357 gostaria de saber como vai ser avaliada a interferência do empreendimento nesse
 1358 contexto em que as águas superficiais já estão contidas. E na página que fala de
 1359 audiência pública a comunidade se manifesta sobre a preocupação com a zona
 1360 de autossalvamento, com o funcionamento do sistema de alarme e sobre
 1361 descaracterização de barragens. Eu gostaria de saber sobre o plano de
 1362 atendimento a emergências, se a comunidade conhece esse plano, se já foi
 1363 treinada, e outras informações pertinentes.” Rodrigo Ribas/SEMAD: “Deu para
 1364 entender, sim. Tem algumas respostas que condizem com este processo em si, e
 1365 estamos preparados para dar as respostas. Mas tem respostas que ele está
 1366 buscando que não dizem respeito nem sequer à competência da SEMAD.”
 1367 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Tem o posicionamento do Julio, tem o
 1368 posicionamento agora do Paganini, e eu vou passar para os demais conselheiros
 1369 e os inscritos. E a equipe da Suppri fica por último. Sem destaque pelo Conselho.
 1370 Vamos para os inscritos.” Neylor Aarão/Prefeitura de Congonhas: “Estou como

1371 secretário de Meio Ambiente de Congonhas e queria cumprimentar os
1372 conselheiros, na pessoa do presidente Yuri, e vou ter que falar algumas coisas
1373 antes, prévias, até a título de dar um esclarecimento para os nobres conselheiros
1374 em relação à situação de Congonhas. A Secretaria de Meio Ambiente foi criada
1375 em 2017, em julho – não fizemos nem três anos ainda –, quando o prefeito me
1376 convidou para poder assumir a Secretaria e tentar implementar uma política
1377 pública. Porque em Congonhas nós temos CSN, Vale, Gerdau, Ferro+, Ferrous,
1378 então nós temos as maiores empresas de mineração do Brasil aqui no município.
1379 E proporcionalmente a isso também temos de lidar com os problemas
1380 diariamente. Então nós iniciamos uma série de procedimentos e estudos. A minha
1381 informação é na área de direito, impacto e recuperação ambiental, sou
1382 especialista nisso, sou jornalista profissionalizado, apresentador de programa de
1383 televisão. Nós tivemos oportunidade de investigar dessas áreas de impacto
1384 ambiental no Brasil. ‘O Ambientalista’ tem dez matérias sobre esse tema na
1385 Revista Ecológico. Então eu me considero como ambientalista, sim, da área. A
1386 diferença é que eu me propus a ser uma pessoa que fica somente apontando o
1387 dedo na ferida das pessoas e partir para campo para tentar resolver os problemas,
1388 de fato. Eu nasci em Congonhas, nasci na mineração, como todo bom mineiro,
1389 carrego a minério no próprio nome. Então nós temos desenvolvido um trabalho
1390 aqui, e alguns desses trabalhos, quando foram iniciados, tiveram alguns
1391 problemas. Por exemplo, em hipótese alguma nós admitimos alteamento de
1392 barragem em Congonhas. Isso foi posto pelas empresas, essa nova política foi
1393 adotada pela Secretaria de Meio Ambiente. Mas ao mesmo tempo nós não
1394 podemos encerrar a atividade mineradora, precisamos conciliar essa atividade
1395 mineradora com o que a sociedade quer, com o que a sociedade. Então nós
1396 propusemos às empresas que promovêssemos, de fato, a mineração nova, essa
1397 nova mineração que o Brasil todo espera que possa ser desenvolvida. Um dos
1398 primeiros contatos foi com a CSN, justamente porque nós temos barragem da
1399 CSN na área urbana do município, uma das maiores barragens do Brasil. Com a
1400 empresa, nós desenvolvemos essa proposta. Hoje a CSN produz 100% do seu
1401 rejeito, não há necessidade de disposição dele na barragem. Mas em
1402 compensação também isso reduz a capacidade de produção da empresa. Esse
1403 projeto em si que estamos votando hoje, da unidade de tratamento mineral, visa
1404 aproveitar o minério pobre, ou seja, nós estamos tornando a mineração mais
1405 sustentável. Esse projeto faz o reaproveitamento e reuso de toda a água, é um
1406 projeto que gera mil empregos diretos e cerca de 12 mil indiretos. É um projeto
1407 que faz parte de um complexo minerário. Então nós não podemos chegar à
1408 mineração e falar ‘nós não queremos mais barragem, fecha a mineração e vamos
1409 ver o que nós vamos fazer ali adiante’. Não tem como fazer isso, é um processo
1410 de transição que precisamos fazer. Durante esse processo, nós chamamos todas
1411 as empresas que têm barragem em Congonhas e implementamos o Plano
1412 Municipal de Segurança de Barragens, é o que mais de moderno tem no Brasil
1413 em relação a segurança de barragens, em que serão investidos R\$ 14 milhões.

1414 Nós vamos ter em Congonhas sala monitoramento específico de
1415 acompanhamento de todas as estruturas do município. Nós estamos falando de
1416 24 estruturas. Então nós temos hoje uma política em curso que prevê essa
1417 parceria, em que a mineração faz o seu papel, os órgãos ambientais estão
1418 fazendo o seu aqui no âmbito municipal. O município de Congonhas adotou um
1419 modelo, o nosso sistema eletrônico, inclusive, o pessoal da Secretaria aí conhece,
1420 o Germano foi até ao lançamento dele. Esse sistema eletrônico de licenciamento
1421 saiu, inclusive, primeiro do que o do próprio Estado. Nós estamos implementando
1422 uma política modelo e piloto no município de segurança, mas também de parceria.
1423 Nós buscamos com que a mineração seja, de fato, sustentável. Nós encontramos
1424 diversos empecilhos nessa caminhada. Infelizmente, alguns deles se relacionam
1425 muito mais à política. Quando vemos falar que não houve participação da
1426 comunidade nesse processo todo, isso preocupa muito. Preocupa porque nós
1427 fizemos uma audiência pública aqui em Congonhas, que foi convocada, inclusive,
1428 através do prefeito, pela Secretaria de Meio Ambiente. Nós tivemos mais de mil
1429 pessoas dentro do estádio e mais de 1.500 pessoas acompanhando pela internet.
1430 Se isso não é uma participação popular, temos que rever o processo de
1431 licenciamento, o processo legal. Já que nós vivemos no Estado democrático de
1432 direito, a democracia é essa participação, respeitamos a opinião das pessoas. Eu
1433 respondo alguns comunicados, algumas situações. Então é um modelo de política
1434 que estamos tentando implementar, que está sendo acompanhado, inclusive pela
1435 SEMAD, pela ANM, por todos os órgãos. Todos sem exceção, todas essas
1436 participações. Quando se fala 'o movimento social não participou, não tem
1437 ciência', é mentira isso. A Secretaria é aberta. Quem fez essa reclamação teve
1438 oportunidade de fazer na Secretaria. Todos os pedidos de informações estão aqui
1439 na Secretaria e estão respondidos. Nós trabalhamos em parceria com o Ministério
1440 Público, junto com a Polícia Federal, junto com os órgãos ambientais todos do
1441 Estado, inclusive com a Agência Nacional de Mineração. As informações estão
1442 aí, todas as informações foram requeridas, prestamos a tempo. Ontem à noite, eu
1443 estava respondendo um questionamento que não tem o menor sentido dentro do
1444 processo de licenciamento ambiental. Então os órgãos ambientais, eu confio na
1445 SEMAD, confio na parte ambiental, por isso que não vou entrar nessa questão
1446 técnica agora, porque ela já foi muito bem avaliada. Nós estamos discutindo esse
1447 processo há muito tempo, para agora fazer um questionamento de que não houve
1448 participação popular? Estiveram mil pessoas presentes na audiência pública.
1449 Então nós temos que rever o processo de licenciamento, porque nós estamos
1450 seguindo toda a tramitação, todo o modelo legal que é exigido. A parte técnica é
1451 muito bem-feita pelo órgão estadual. Então eu não vejo nenhum motivo para não
1452 pautar a votação. Eu acho que um motivo que tem para não pautar a votação
1453 deve ser um motivo técnico. Se não há, e se há uma recomendação por parte dos
1454 órgãos ambientais, eu gostaria muito de pedir aos conselheiros: no momento que
1455 o Brasil vive, um momento muito delicado que estamos passando, que votassem
1456 pelo deferimento dessa licença, porque nós aqui em Congonhas acompanhamos

1457 isso de perto. Outra coisa que eu queria deixar claro, que estabelecemos aqui no
1458 município, que pode servir para os outros municípios: as declarações de
1459 conformidades expedidas pela Secretaria de Meio Ambiente de um tempo para
1460 cá não são meramente discricionárias, não só damos com base no uso e
1461 ocupação do solo. Hoje nós vamos ao local, visitamos o local, vemos todo o
1462 impacto no entorno, discutimos, procuramos saber do empreendimento, o que vai
1463 acontecer antes. Então essas medidas, todas elas são adotadas no município.
1464 Então o município de Congonhas se preocupa com as questões ambientais, mas
1465 também nós promovemos o desenvolvimento sustentável aqui. O que nós
1466 queremos é, de fato, equilibrar a questão ambiental, a questão econômica, mas
1467 também atender ao apelo social das pessoas. Muito obrigado. Só isso que temos
1468 a deixar para vocês hoje. E qualquer outra dúvida estamos à disposição.” Maria
1469 Teresa Viana de Freitas Corujo/Membro da sociedade civil: “Eu queria reforçar o
1470 trecho que o Julio Grillo transcreveu do parecer de vista do Fonasc, que foi a
1471 conclusão. Eu acompanhei diversos processos de licenciamento em Congonhas,
1472 da CSN. Sempre coloquei nos pareceres de vista preocupações, as questões mal
1473 informadas, não adequadamente complementados. A nossa preocupação com
1474 Congonhas e com a CSN permanece a mesma. Nós entendemos que não está
1475 sendo tratada da forma coerente, após os dois rompimentos, a situação da CSN
1476 em Congonhas. Existem questões, por exemplo, geotécnicas, e uma delas o Julio
1477 Grillo levantou, que é a questão da possibilidade de áreas cársticas no território.
1478 Eu me recordo de quando foi o rompimento da Herculano teve a ver com a
1479 questão de formação geológica onde tinha uma área cárstica. Mas tem outras
1480 questões graves, a questão da poluição do ar, o risco, a quantidade de pessoas
1481 na zona de autossalvamento. E a afirmação de que o licenciamento em curso não
1482 tem a ver com a barragem e então não precisa ser considerado, mais uma vez se
1483 trata, a nosso ver, de um fracionamento não se tratar do complexo da CSN como
1484 um todo, o que fere, a nosso ver, a legislação ambiental, inclusive porque é
1485 prevista a avaliação ambiental integrada, e essa avaliação ambiental integrada, a
1486 nosso ver, não se restringe à época de uma Licença Prévia. Principalmente,
1487 porque, como foi falado, o empreendedor pode, ao longo da vida útil do seu
1488 empreendimento, ir licenciando várias estruturas, várias alterações, apresentando
1489 condicionantes, mudando condicionantes. Ou seja, a nosso ver, não é restrito à
1490 fase da Licença Prévia ou à fase da apresentação do EIA, porque a sociedade
1491 civil tem voz para se colocar a qualquer tempo, é de direito nosso levar um
1492 contraditório. No final desta fala, eu quero deixar claro para todos que quando nós
1493 solicitamos, como Movimento pelas Serras e Águas de Minas, ao conselheiro Julio
1494 Grillo, para na parte da sociedade civil inserir as nossas observações sobre o
1495 relatório do Tribunal de Contas do Estado e da Controladoria Geral do Estado é
1496 precisamente para deixar em cada relatório, em cada parecer o registro de um
1497 outro olhar para o funcionamento da SEMAD. Não sei de onde foi tirado que isso
1498 foi para colocar culpa nos empreendedores. Em nenhum momento o objetivo ali
1499 foi para isso. Foi para deixar registrado num documento que o Estado, a SEMAD

1500 tem tido falhas e omissões e questões graves no seu funcionamento, apontadas
1501 por esses dois relatórios. Está muito claro lá, sugiro a todos lerem do princípio ao
1502 fim. E que nos dão direito de apontar, os licenciamentos correm risco,
1503 dependendo de como foi a análise, principalmente com esse prazo muito
1504 reduzido, de quatro dias, para consulta. E por último então eu sugiro que se envie
1505 o link sempre completo dos processos de licenciamento quando houve a
1506 convocação da pauta, que se coloque isso no site da SEMAD. Por quê? Eu tenho
1507 uma experiência longa nisso. A maioria dos documentos no Siam, que são a
1508 maioria desses processos, que são poucos que estão no SLA, é só ver o número
1509 que está na pauta, os números que estão lá são do Siam. A maioria. Então as
1510 informações sobre o processo de licenciamento não estão disponibilizadas à
1511 sociedade, então não é realmente verdadeiro que tudo que foi recomendado e
1512 determinado pelo Tribunal de Contas do Estado e pela Controladoria Geral do
1513 Estado sobre o funcionamento da SEMAD, no âmbito dos processos de
1514 licenciamento, de monitoramento, de acompanhamento de condicionantes, da
1515 garantia da participação da sociedade, foi tudo resolvido. Era essa a minha
1516 contribuição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheira Maria
1517 Teresa, eu gostei da ideia da senhora. Nós vamos olhar aqui depois com a equipe
1518 da Assoc. No momento em que disponibilizarmos realmente os pareceres,
1519 embora isso não esteja previsto, talvez um link em relação ao processo na íntegra.
1520 No que pese, como eu disse, você ter a possibilidade ou qualquer interessado de
1521 demandar a Secretaria, solicitando o link, solicitando o processo na íntegra ou até
1522 mesmo ter vista do processo, nós vamos verificar essa possibilidade com a
1523 Secretaria. A Vânia está me falando aqui que é um procedimento que, em relação
1524 ao SLA, vai ser muito tranquilo de disponibilizar essa questão, porque já está em
1525 forma digital. Para os antigos não há a possibilidade dessa sugestão dada, mas
1526 lembrando que, quando o interessado quiser, nós disponibilizamos, sim, esses
1527 processos.” Eduardo Sanches/CSN: “Eu vou tentar aqui em 5 minutos
1528 contextualizar a importância desse projeto. Esse é um empreendimento com
1529 investimento em torno de R\$ 3 bilhões para construção de uma planta para
1530 processamento de itabiritos, 10 milhões de itabiritos ao ano, no complexo Casa
1531 de Pedra. O prazo de implantação é de 24 meses. Então ao longo desses 24
1532 meses nós vamos gerar 3 mil empregos, entre diretos e indiretos, e uma
1533 arrecadação de impostos durante a construção de R\$ 300 milhões, ao longo de
1534 dois anos. Depois, na fase operacional, nós vamos ter mil vagas, mil operadores,
1535 mil empregados e arrecadação de impostos em torno de R\$ 280 milhões ao ano.
1536 Então acredito que é uma contribuição bastante significativa no momento em que
1537 nós estamos vivendo. Do ponto de vista ambiental, é um projeto que vai ser
1538 desenvolvido dentro do complexo industrial de Casa de Pedra. É uma área 90%
1539 já antropizada. Nós temos um processo de circuito fechado, e 100% da água
1540 utilizada vai ser reutilizada, reciclada dentro do próprio processo. E faz parte
1541 desse processo de não mais utilizar, mandar rejeito para a barragem,
1542 acondicionado em barragem. Vai passar por um concentrador magnético, depois

1543 passa por um processo de filtragem e vai ser empilhado em áreas já licenciadas,
1544 que já estão em fase de construção para que possam receber esse rejeito. Então
1545 essa planta não tem absolutamente nada a ver com barragem, não vai ter
1546 despejo, não vai ter direcionamento do nosso material, do nosso rejeito para a
1547 barragem. Agora tem dois pontos importantes. Um que eu comecei a falar no
1548 projeto anterior. Nós estamos com a mina totalmente engargalada, nós temos um
1549 excesso de itabirito. Quando eu disse que o Mascate, que foi aprovado
1550 anteriormente, era um remédio, um paliativo para que possamos manter os 23
1551 milhões, em detrimento dos 32 milhões que produzimos no ano passado, porque
1552 vai resolver o problema momentaneamente, o que vai nos ajudar a resolver o
1553 problema de uma forma mais definitiva, por mais uns 20 anos, seria a planta de
1554 itabiritos. Porque a gente consegue processar o itabirito e desengargalar a planta
1555 para que possamos voltar à produção de 32 milhões. Com a planta, nós temos
1556 uma possibilidade ainda de aumentar a produção de 32 milhões para 40 milhões.
1557 Além de não deixar o prejuízo de 10 milhões, teremos um incremento de 10
1558 milhões. Então é um projeto bastante interessante, importantíssimo. Essa questão
1559 do gargalo da mina é uma preocupação. E a segunda grande preocupação: é
1560 sabido por todos o grande problema que nós estamos passando, não falando
1561 somente do problema, obviamente, primeiro, que é a questão de saúde pública,
1562 mas também o problema político, a estabilidade política que o nosso país vive.
1563 Em decorrência dessa instabilidade, nós temos tido ao longo das últimas semanas
1564 vários questionamentos de nossos investidores, de nossos sócios fora do país,
1565 sobre qual será a nossa capacidade de continuar produzindo. Isso tem sido muito
1566 questionado, inclusive os recursos para que possamos fazer esse tipo de
1567 investimento estão sendo bastante questionados. Então isso nos preocupa muito.
1568 A cada semana que passa, a cada novidade que nós temos nesse cenário político,
1569 agrava essa preocupação. Então a nossa preocupação é que a cada semana, a
1570 cada dia de atraso aumenta o risco de nós não termos os recursos para esse
1571 investimento. Então esse investimento, que vem de encontro aos anseios da
1572 sociedade. Obviamente, não estou falando do atendimento do ponto de vista
1573 econômica em detrimento dos controles ambientais, porque é um projeto muito
1574 bom ambientalmente, mas ele é muito importante para a gente neste momento. E
1575 se nós perdermos o ‘time’, nós estamos arriscados a perder o empreendimento.
1576 Então era essa a contextualização que eu gostaria de fazer, e a equipe agora vai
1577 responder aos questionamentos.” José Lapa: “A CSN tem um desenvolvimento
1578 sustentável importantíssimo na nossa região. A importância da atividade
1579 minerária na nossa região, praticamente sem ela não conseguimos trabalhar. Hoje
1580 na questão de sustentabilidade, no momento que estamos vivendo no país hoje,
1581 por exemplo, no município de Belo Vale, 30% a 40% dos nossos jovens estão
1582 todos desempregados. Esse projeto é ambientalmente espetacular, não está
1583 prejudicando a questão ambiental. A CSN tem um papel importante na
1584 sustentabilidade e no desenvolvimento da nossa região. Acho muito importante o
1585 trabalho da CSN e muito importante e valioso para a nossa região.” Elias da

1586 Silva/CSN: “Boa tarde a todos. Eu sou gerente de implantação do projeto e
1587 também futuro gerente de operação desse empreendimento, dessa planta de
1588 beneficiamento. Esse projeto foi concebido no conceito de resíduo zero. Então
1589 não tem barragem, vamos ser o trator do rejeito, de toda lama gerada no processo.
1590 E também criamos ali dentro da usina todo um processo de recirculação interna,
1591 de forma redundante, para garantir que nenhum resíduo vá para o curso d’água
1592 e para o meio ambiente. E isso tem um sentido também de aumentar a
1593 recuperação do processo, e também do ponto de vista ambiental é interessante
1594 recuperar o máximo do minério útil contido nesse itabirito que estamos chamando
1595 de itabirito pobre. Então é desafiador para nós do ponto de vista de que estamos
1596 fazendo uma transição entre o processamento de minério rico para minério pobre
1597 e ao mesmo tempo assumindo esse desafio de fazer um processo desse sem
1598 barragem. Mas está muito bem projetado, estamos com engenharia especializada
1599 trabalhando juntamente com a gente. Trocamos bastante experiência com outros
1600 empreendimentos vizinhos nosso que já usam sistemas de contenção e
1601 recirculação de rejeito e também trabalhamos com alta recirculação de água no
1602 processo. Estamos trabalhando em torno de 93% de toda a água que entra no
1603 processo, ela recircula internamente. Então o projeto também tem um baixo
1604 consumo de água nova. Do ponto de vista ambiental, é um projeto bastante
1605 interessante, bastante inovador. Nós estamos trabalhando também com muito
1606 automação. Não temos nenhum fluxo saindo naturalmente para o meio ambiente.”
1607 Warlei Robert: “Boa tarde a todos. Eu me inscrevi em relação a defender uma
1608 parte da nossa cidade, até mesmo porque eu trabalho na área de turismo e é uma
1609 das partes que também foi bem sacrificada, principalmente no ano passado, a
1610 respeito da cidade de Brumadinho, quando houve, infelizmente, aquele problema.
1611 Assim que teve esse problema em Brumadinho, todas as mídias vieram para a
1612 cidade de Congonhas. E foi um caos aqui na nossa cidade, até mesmo porque,
1613 quando foram averiguar a mina Casa de Pedra, estava tudo tranquilo, não houve
1614 nenhum problema, e as mídias sempre atacando a nossa cidade. Outra parte
1615 também é que nós estamos sofrendo muito com essa Covid-19. O que aconteceu
1616 com esse transtorno? Eu sou comerciante da cidade, na área de turismo, e
1617 estamos sofrendo muito, e a salva que nós temos aqui felizmente são as
1618 mineradoras. Porque o turismo acabou na cidade nossa, e o que sustenta o nosso
1619 comércio aqui são as mineradoras. E com essa expansão que a mina Casa de
1620 Pedra está planejando, para nós comerciantes vai ser um alívio. Porque como
1621 está esse problema de Covid-19, provavelmente, ninguém vai estar viajando, por
1622 um bom tempo, para visitar cidade histórica. E qual é a nossa salva nessa parte?
1623 A parte do projeto que vai estar aqui na cidade vai salvar um pouco o comércio, o
1624 funcionamento tanto de hotelaria quanto de restaurantes, de farmácias. Então isso
1625 é uma preocupação que estamos tendo se, por exemplo, a mina de Casa de Pedra
1626 não conseguir esse licenciamento para expandir essa mina e ao mesmo tempo
1627 gerar mais emprego, como está um caos aqui na nossa cidade. Então eu peço,
1628 por favor, se possível, para avaliar com maior tranquilidade e também com maior

1629 garantia nessa parte e não haver esse problema caso não liberar esse
1630 licenciamento para a CSN e também para a própria cidade de Congonhas.”
1631 Marcelo Augusto Bastos: “Boa tarde a todos. Eu estou presidente do Conselho de
1632 Segurança de Congonhas e atuo em outros conselhos também. A minha fala vai
1633 ser bem específica, porque nós conhecemos essa planta de Itabirito desde o ano
1634 passado, quando a CSN apresentou para um comitê. Existe em Congonhas um
1635 comitê da sociedade com a CSN. Então nós já estamos trabalhando há mais de
1636 ano junto com a CSN, acompanhando todo o processo da CSN, tanto da
1637 manutenção da barragem, da segurança da barragem, quanto dessa planta, que
1638 foi apresentada no ano passado. É uma necessidade muito grande de
1639 Congonhas. Serão gerados empregos, uma produção enorme, como disse o
1640 Sanches. A CSN tem contato, sim, com a comunidade. Através desse comitê,
1641 levamos essas informações, temos reuniões. E eu não vejo aonde tem essa fala
1642 de que a comunidade não sabe de nada e fica só apertada, preocupada com
1643 barragem e não sei o quê. A CSN gera emprego demais da conta em Congonhas,
1644 nós temos muitos empregos gerados pela CSN, a CSN faz circular um dinheiro
1645 enorme aqui. Essa planta em atividade não vai causar impacto nenhum. Se ela
1646 não estiver em atividade, vai impacto social, porque ela vai gerar renda para a
1647 cidade, emprego. Só para funcionamento, mil e poucos empregos. Então é muito
1648 preocupante. Quando vemos uma empresa em crescimento, porque está em
1649 crescimento essa planta. Vai utilizar o espaço que já tem. A grande maioria da
1650 parte desse material já está estocado, e o resto será lavrado. Mas vai usar todo o
1651 recurso dentro da própria área da CSN. É importante ter essa visão, e a sociedade
1652 participa, sim, ela sabe. Volto a afirmar que esse comitê é representado pela OAB,
1653 tem representantes da OAB, de associação comercial, empresários, Saúde. O
1654 pessoal da Secretaria de Saúde está dentro desse comitê, temos psicólogos, toda
1655 a área da saúde, para acompanhar todo o trabalho da CSN. Nós fiscalizamos o
1656 trabalho da CSN, o que tem sido feito ela tem apresentado excelentes resultados
1657 para nós, numa linguagem que todo mundo entende. Nós temos uma grande
1658 parceira na cidade de Congonhas, chama-se CSN. E eu não acho justo atrasar a
1659 implantação dessa planta. Nós estamos aqui, o Conselho de Segurança, a
1660 comunidade está disposta a tirar qualquer dúvida que vocês tiverem. É importante
1661 demais que essa planta seja aprovada. É só isso que eu tenho a dizer no
1662 momento.” Henrile Meireles/CSN: “Com relação ao PAEBM da barragem Casa de
1663 Pedra, é bom informar a todos que a CSN foi uma das primeiras empresas a tomar
1664 a simulação do plano de emergência com a comunidade e vem fazendo isso ao
1665 longo de cinco anos. No ano passado, por uma questão circunstancial, a Defesa
1666 Civil achou por bem não fazer o simulado. Mas constantemente a gente vem
1667 fazendo ao longo dos anos, e isso é uma presença marcante que temos em
1668 conjunto com a comunidade, e não existe essa questão de sonegação de
1669 informação, seja ela qual for, referente ao PAEBM. A CSN também tem uma
1670 política de vanguarda de estar desativando as barragens dela até antes mesmo
1671 do grande evento dessa situação de Brumadinho. A gente vem descomissionando

1672 e descaracterizando barragens a montante há cerca de três anos. No ano
1673 passado nós descomissionamos a B1 e a B2. Neste ano, nós demos entrada na
1674 B5 para descaracterização. Batateiro de Baixo é outra barragem desativada.
1675 Estamos em processo de desativação da barragem auxiliar Do Vigia e da posterior
1676 Do Vigia. A B2, Fernandinho. Então a CSN é uma empresa consciente inerente à
1677 política e à situação de eliminação de rejeito em barragem. Fomos uma das
1678 primeiras empresas a voltar 100% do processo para filtragem, onde arriscamos
1679 todo o processo produtivo, eliminando qualquer hipótese de barragem. Muitos da
1680 mineração acharam a ousadia muito grande que poderia pôr em xeque a própria
1681 atividade mineradora da empresa, mas nós assumimos esse risco e estamos
1682 cumprindo todos os planos que tínhamos mediante ao público e mediante a
1683 própria empresa. Todos os projetos que saem da CSN hoje não contêm mais
1684 disposição de rejeito em polpa e não haverá a demanda para barragem. Hoje
1685 estamos totalmente adequados à política de eliminação de rejeito e quiçá um dia
1686 vamos trabalhar com rejeito zero. Essa é a política da CSN, e todos os
1687 empreendimentos dela vão ser marcados e são marcados por não terem rejeito
1688 em disposição em barragem. Vamos eliminar todas as barragens a montante. E
1689 isso nós vamos cumprir ao longo do tempo e dentro do sistema de segurança
1690 possível para eliminar qualquer risco de tenha para a comunidade do entorno ou
1691 para o nosso próprio empreendimento.” Sueila Pereira da Cruz/CSN: “Eu sou
1692 Sueila, coordenadora de Meio Ambiente da CSN Mineração e vou fazer uma
1693 complementação com relação aos efeitos cumulativos e sinérgicos e dos cursos
1694 d’água no entorno da unidade. No Parecer Único, vocês tiveram acesso aos
1695 resultados de monitoramento. Como a planta está sendo implantada numa área
1696 já antropizada, o que vai de acréscimo não impactará de forma a ter um efeito
1697 sinérgico ou cumulativo, vai continuar com a qualidade da água para os cursos
1698 d’água no entorno nos moldes que acontece hoje, em função de a área impactada
1699 já ser uma área que já está antropizada, ou seja, já está sendo considerada no
1700 nosso monitoramento, que fazemos e do qual vocês tiveram acesso no Parecer
1701 Único e nos estudos ambientais. E os novos efluentes que vão ser gerados nessa
1702 planta vão ter sistemas de tratamento específicos para fazer o tratamento desses
1703 efluentes. Os novos sistemas vão ser construídos junto com a implantação da
1704 planta.” Mariana/CSN: “Eu acho que já esclarecemos as dúvidas levantadas pelos
1705 conselheiros e pela Maria Teresa e estamos à disposição aqui.” Rodrigo
1706 Ribas/SEMAD: “A primeira pergunta é a respeito da retirada de pauta, se havia
1707 critério para respondermos tudo. Nós podemos responder tudo e tratar do que
1708 ainda não foi respondido. Vamos começar pelo Paganini. Ele colocou duas
1709 condições para podermos responder. Três, na verdade. A primeira é em relação
1710 ao monitoramento da qualidade de água, ele citou a página 105 do nosso parecer
1711 dizendo que nós estabelecemos quatro pontos de monitoramento de qualidade
1712 de água. A empresa já falou muito bem em relação a isso, de que não há descarte
1713 de água em nenhum desses pontos. Nós não estamos falando de descarte de
1714 efluentes líquidos nesses pontos. É só levar em consideração que é um processo

1715 de instalação. Durante a instalação, existe a movimentação de máquina, existem
1716 supressão de vegetação, corte, aterro, que são inerentes às obras. Neste caso
1717 então, é preciso que o empreendedor faça o controle das suas ações de forma a
1718 não impactar os cursos d'água. Então nós temos o monitoramento de qualidade
1719 de água nesses pontos, levando em consideração o diagnóstico ambiental que foi
1720 feito e o projeto executivo que foi proposto. Então não há que se falar em
1721 depressão da qualidade dos recursos hídricos, não há que se falar em redução
1722 da quantidade ou da qualidade da água disponível nessas bacias. O que nós
1723 estamos dizendo é: inerente a qualquer atividade, é preciso que haja controle
1724 ambiental. O controle ambiental vai se dar, claro, pelas ações todas de controle
1725 que foram propostas no processo, que foram avaliadas como condizentes e
1726 adequadas, e vai se consubstanciar através do monitoramento da qualidade
1727 dessa água, que a CSN comprova que não impactou nos cursos d'água. Então
1728 não há que se falar em redução dessa qualidade de água em Congonhas por
1729 causa do processo de planta de itabiritos pobres que está sendo discutida agora.
1730 Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto não diz respeito à SEMAD, diz respeito
1731 a segurança de barragem, cuja competência de assegurar é do empreendedor. A
1732 legislação trata disso o tempo todo, tanto a Lei Federal 12.324 quanto a Lei
1733 Estadual 23.291 tratam muito claramente que a responsabilidade por assegurar a
1734 segurança da barragem é do empreendedor, que as ações em termos da zona de
1735 autossalvamento, de treinamento da população cabem ao empreendedor e são
1736 acompanhadas pela Defesa Civil municipal ou estadual, dependendo do caso,
1737 sobretudo a municipal no que diz respeito ao treinamento na zona de
1738 autossalvamento. Então essa avaliação não entra e não vai entrar no processo
1739 de licenciamento, mesmo porque nós não estamos tratando de nenhuma
1740 atividade que tenha interface com a barragem de Casa de Pedra. Nós estamos
1741 tratando da implantação de uma planta de tratamento de minérios. E aí nós
1742 entramos no terceiro ponto, que foi tratado tanto pelo Dr. José Angelo quanto pelo
1743 Julio Grillo, em relação à própria audiência pública, em que esses temas foram
1744 levantados. É claro que foram levantados. Nós entendemos a preocupação maior
1745 da comunidade com aquilo que ela enxerga de maior como impacto e como risco.
1746 É absolutamente notável isso. Em primeiro lugar, Julio e José Angelo, a audiência
1747 pública se realizou conforme a legislação, nós não desviarmos absolutamente
1748 nada da Deliberação Normativa COPAM nº 225. Para falar a verdade, quando
1749 alguém fala assim 'o Rima não esteve disponível', eu sinto muito, mas não posso
1750 acreditar, porque hoje no sistema de solicitação de audiência pública, na
1751 solicitação, nós disponibilizamos o link para o Rima e para o EIA. Isso quer dizer
1752 que tanto o EIA quanto o Rima ficam disponíveis eletronicamente durante 45 dias,
1753 enquanto está aberto o prazo para solicitação de audiência pública. Uma vez
1754 solicitada a audiência pública, o Rima – aí é uma questão normativa, a DN 225
1755 determina –, fica disponível tanto em meio eletrônico quanto em meio físico. E há
1756 publicação no 'Diário Oficial' do Estado de quais são os locais e os horários em
1757 que esse Rima estará disponível. Então ele esteve disponível nas prefeituras

1758 locais. Nós temos o registro das prefeituras em que houve a disponibilização. Foi
1759 disponibilizado em Conselheiro Lafaiete, Belo Vale, Congonhas e Ouro Branco.
1760 Então nós sabemos que é um núcleo urbano que transita naquela região, nos três
1761 municípios, sobretudo, Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco, e Belo Vale, com um
1762 pouco maior de distância, mas que transitam por ali. E o Rima esteve disponível
1763 fisicamente lá, além de eletronicamente. Então não há que se falar que a
1764 comunidade não teve acesso. Além disso, teve audiência pública, a audiência
1765 pública aconteceu, as pessoas puderam falar tudo aquilo que elas quiseram falar
1766 e levantar todas as dúvidas, em relação, inclusive, a segurança de barragens. E
1767 o empreendedor estava lá e respondeu. Isso está registrado. No Parecer Único
1768 da Suppri, a partir da página 79, tem um item – claro que é um item de parecer e,
1769 portanto, é uma redução das 4 horas de discussão –que trata da realização de
1770 audiência pública, do próprio registro. Além disso, a transcrição da audiência
1771 pública está disponível na íntegra no processo administrativo. E aí uma das coisas
1772 que fazemos questão na Suppri, para todos os processos de vão para votação –
1773 os senhores podem conferir –, eventualmente podemos até nos equivocarmos,
1774 mas é uma coisa que se esforça muito para acontecer: todos os documentos ficam
1775 disponíveis no Siam. No SLA, por óbvio, está tudo disponível. Mas se não são do
1776 SLA, se estão no Siam, se o nosso processo é um processo físico que está
1777 acompanhando no Siam, eu faço questão, junto com a equipe administrativa da
1778 Suppri, de conferir se os documentos estão disponíveis, se o visitante, ao entrar
1779 no Siam, consegue clicar no documento, e esse documento abre para ele. Se não
1780 abrir, a minha equipe vai junto à Prodemge e faz com que isso se resolve,
1781 problema não é um problema da SEMAD, é um problema do sistema. E aí nós
1782 buscamos solução para o sistema em todos os processos. Em que pese, é claro,
1783 basta procurar, basta nos perguntar onde é que está disponível que
1784 disponibilizamos por e-mail ou por link. Mas, independente disso, está disponível
1785 no Siam. Eu nem entrei para conferir, eu estou falando sem ter entrado para
1786 conferir, mas eu garanto: está disponível no Siam. Então não há que se falar aqui
1787 da ausência de participação pública no momento da audiência pública. Então está
1788 lá tudo tratado. Os documentos e as perguntas que foram apresentados na própria
1789 audiência ou depois também estão tratados no item 9 do nosso Parecer Único.
1790 Então a simples leitura do Parecer Único daria pelo menos um indício de que a
1791 audiência pública, a participação pública, a apresentação e a transparência da
1792 SEMAD nesse processo foram garantidas em todo o momento. Então eu acho
1793 que estamos muito tranquilos em relação a isso, nós garantimos a participação
1794 de todo mundo o tempo todo e estamos tranquilos. Eu estou esquecendo algum
1795 assunto, algum tema? Por favor, me lembrem. Nós ficamos à disposição. Se
1796 houver alguma pergunta técnica específica de que a equipe de analistas tenha
1797 feito a análise, nós estamos à disposição. Eu acho que as declarações já são
1798 suficientes.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu não podia
1799 deixar de falar, meu caro presidente Yuri, porque ao adentrar na Câmara de
1800 Atividades Minerárias, eu vim com um princípio muito agregado à solução de

1801 problemas de uma mineração sustentável em Minas Gerais, a recuperação de
 1802 Minas Gerais, depois de vários acidentes que nós tivemos, mas através de um
 1803 novo momento, de um novo modelo que aqui nós vemos hoje ser apresentado
 1804 pela CSN. Então a primeira coisa. Eu queria congratular mais uma vez com a
 1805 equipe da Suppri, pela clarividência que ela propôs através das palavras de
 1806 Rodrigo Ribas. Segundo, eu quero colocar um aspecto que é com relação à
 1807 mineração. A mineração é uma operação dinâmica, as inovações sempre deverão
 1808 ocorrer e serem contempladas na vida de um empreendimento. Nós não podemos
 1809 prever muitas vezes uma coisa que você vai fazer em termos de um novo
 1810 processo que vem daqui a dois anos, mas vai chegar o momento em que aquele
 1811 processo vai ser implementado. Essa questão que a CSN está colocando de
 1812 recuperação dos itabiritos, de uma nova concepção no tratamento, filtragem e
 1813 enriquecimento desse material é muito importante para sobrevivência da
 1814 mineração em Minas Gerais. E mais uma vez a sociedade, meu caro colega, meu
 1815 caro amigo Grillo, tem sido chamada. Eu fico realmente preocupado quando o
 1816 Julio Grillo coloca essas coisas com relação à sociedade quando vemos aqui
 1817 depoimentos sérios do próprio Eduardo Sanches, da CSN, do José Lapa, do Elias
 1818 da Silva, do Warlei, que trouxe aqui um depoimento importantíssimo da questão
 1819 da atividade dos empregos em Congonhas, do Marcelo Augusto e do Henrique,
 1820 da Sueila e todos eles que falaram aí, sejam da CSN, sejam representantes da
 1821 sociedade. De modo que isso tudo que foi colocado aqui é muito importante para
 1822 um direcionamento desta Câmara de Atividades Minerárias no futuro, um
 1823 direcionamento da sobrevivência da mineração em Minas Gerais dentro de
 1824 conceitos de sustentabilidade e a geração de emprego. E isso que nós estamos
 1825 passando hoje, seja em função da pandemia do coronavírus, nós temos que ter
 1826 Minas Gerais ainda colocado dentro da visão da identidade dela, da titularidade
 1827 do nosso Estado como mineração. Então eu queria passar isso dentro talvez até
 1828 de um aspecto que foi possibilitado pelo presidente Yuri dessa nossa convicção
 1829 de um trabalho de sustentabilidade que estamos vendo agora aqui nessa questão
 1830 da CSN.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação ao pedido de
 1831 retirada de pauta, para mim as dúvidas foram sanadas no decorrer da reunião.
 1832 Em relação à participação popular, para mim também ficou claro em relação à
 1833 audiência pública que foi realizada, as palavras como o próprio Carlos Orsini. Nem
 1834 vou citar a empresa. O Neylor, o Marcelo Augusto, sobre a população. Então não
 1835 vejo motivo para retirarmos o processo de pauta. Assim sendo, eu já coloco o
 1836 processo em votação. Então em votação o item 6.1 da nossa pauta, CSN
 1837 Mineração S/A, planta de beneficiamento de itabiritos pobres, Processo
 1838 Administrativo 103/1981/093/2018. Em votação. Votos favoráveis: Segov, Sede,
 1839 Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes.
 1840 Abstenção: Pro Mutuca. Justificativa de abstenção. Conselheiro Julio Cesar Dutra
 1841 Grillo: “O meu voto era pela retirada de pauta. Não sendo possível, vai ser de
 1842 abstenção. E aí eu justifico. Apesar de tudo que foi dito, tem uma parcela da
 1843 sociedade que acha que as coisas não estão bem, e eu não tive tempo de

1844 aprofundar para verificar essa questão. Eu sei que na audiência públicas foram
 1845 levados ônibus de dois ou três municípios. As mil pessoas que estavam na
 1846 audiência pública eram – pelo que eu fiquei sabendo e não pude confirmar
 1847 também – coisa de uns 90% de gente que trabalhava na mina. Isso não significa
 1848 que a sociedade toda estivesse de acordo com aquilo. Eu acho que todos querem
 1849 que a gente comece a caminhar em direção a projetos sustentáveis. Eu acho esse
 1850 projeto muito mais sustentável do que os anteriores, mas tem um problema ali,
 1851 que não existe ainda uma análise integrada dos impactos de todos os
 1852 empreendimentos dessa área sobre os recursos hídricos para agora e para o
 1853 futuro. Eu fiquei convencido de que ainda não existe esse estudo em
 1854 profundidade. Depois que o pessoal sair, como fica a questão de água? Então eu
 1855 fico pela abstenção. Mas elogio o processo, elogio a CSN pela iniciativa.”
 1856 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Onze votos favoráveis e uma
 1857 abstenção. Processo aprovado.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
 1858 **EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE**
 1859 **INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Pedreira Irmãos Machado**
 1860 **Ltda. Extração de rocha para produção de britas e pilha de rejeito/estéril.**
 1861 **Ouro Preto/MG. PA 00308/1995/023/2016. ANMs: 830.116/2000, 830.338/1999**
 1862 **e 832.073/2014. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
 1863 **alínea b). Apresentação: Supram Norte de Minas. Retorno de vista: Pro**
 1864 **Mutuca. Clésio Cândido Amaral/Supram Norte de Minas**: “A única correção que
 1865 nós temos é o seguinte. Nós esquecemos de colocar na capa do Parecer Único a
 1866 Autorização de Intervenção Ambiental 06028/2016, deferida. E está todo dentro
 1867 do Anexo III, item 3.4, página 90.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 1868 “Então, senhores conselheiros, o que o Clésio está colocando é que, apenas na
 1869 capa, esqueceu o número da Autorização de Intervenção Ambiental, mas que
 1870 dentro do processo tem todas as informações quanto a essa supressão. Clésio,
 1871 faz um favor para nós, faz essa correção na capa e encaminha para a Vânia, da
 1872 Assoc, que ela irá substituir o parecer no site.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
 1873 Grillo: “Novamente, parabéns à SEMAD pela proposta e pelo desenvolvimento do
 1874 programa de educação ambiental. Novamente, o programa de educação
 1875 ambiental me pareceu muito bem-feito, muito interessante, bom modelo.
 1876 Aparentemente, o processo de licenciamento não apresenta problemas, apesar
 1877 de entrar numa APP e destruir uma nascente. Se verificarmos as imagens da
 1878 página 38 e 48 do Parecer Único, nós vamos ver que a nascente 1 deles está
 1879 mais alta e no outro está mais baixa. Naquela em que ele faz, vamos dizer, a
 1880 intervenção, a nascente está lá embaixo. Na que ele não fez a intervenção, a
 1881 nascente está lá em cima. Então essa coisa para mim ficou meio mal explicada.
 1882 Mas aparentemente o processo de licenciamento não apresenta problema. Agora,
 1883 nós não conseguimos obter uma manifestação da sociedade local nesse prazo.
 1884 Diogo, realmente, o Pro Mutuca está com teletrabalho. No caso, você deve ter
 1885 tentado ligar para o telefone fixo do Pro Mutuca, e não tem ninguém lá para
 1886 atender. Sinto muito, me desculpe. Mas eu também tentei procurar vocês aí, tentei

1887 procurar a comunidade, mas o prazo foi muito curto. Sendo assim e não tendo
1888 todas as referências para votar, eu me abstenho, voto pela abstenção.” Diogo
1889 Ribeiro: “Agradeço à Caroline por ter apresentado alguns esclarecimentos e ter
1890 tido atenção com o nosso requerimento, mas eu torno a dizer que não está
1891 havendo transparência. Essa suposta comunicação que a empresa faz com a
1892 comunidade atingida é bastante precária. E é justamente por isso que existem
1893 dois inquéritos. Um inquérito possui mais de 1.300 páginas, foi o que eu consegui
1894 acessar na quarta-feira, e tirei cópia dele. Inclusive, posso colocar à disposição
1895 dos conselheiros para análise. A situação já foi bastante relatada na minha fala
1896 anterior (durante a discussão do item 11.1 da pauta), e o Sr. Julio também fez
1897 algumas observações com relação à questão das nascentes. Eu estou com um
1898 membro da comunidade aqui, e ele está me relatando que existem duas ou três
1899 nascentes que foram atingidas com a operação da empresa e isso está sendo
1900 acobertado pela empresa. E a comunidade, mais uma vez, sem ser ouvida. Com
1901 relação à ocorrência ou requerimento de audiência pública, novamente dizer que
1902 a comunidade não ficou sabendo disso, isso não foi divulgado, não sabemos
1903 quem seria o responsável por divulgar isso. Mas a comunidade não teve acesso
1904 a essa informação. Assim como desta reunião nós ficamos sabendo também de
1905 última hora e nem nos preparamos para fazer essa intervenção aqui.” Presidente
1906 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só esclarecer, Sr. Diogo, as reuniões são
1907 convocadas por meio oficial, são colocadas tanto no ‘Diário Oficial’ quanto em
1908 jornal de grande circulação regional. A DN antiga não sei se é a 12 ou a 13, mas
1909 a atual é a 225. Então toda vez que a gente propõe uma audiência pública, quando
1910 disponibilizamos o EIA/Rima – isso fica a cargo da superintendência que fez a
1911 análise –, isso tudo é levado a publicação, e os interessados solicitam. A Vânia
1912 falou aqui, a anterior era a Deliberação Normativa COPAM nº 12, a atual é a 225.
1913 É publicado no ‘Diário Oficial’, é publicado em jornal de grande circulação. O
1914 senhor está falando que teve ciência também desse processo agora recente, esse
1915 processo veio na pauta do dia 184. Então, embora o senhor esteja tendo ciência,
1916 a pauta de 18/4 foi disponibilizada tanto no site da SEMAD como também no IOF.
1917 Então em relação aos requisitos de divulgação exigidos por lei nós obedecemos
1918 tanto à disponibilização do processo quanto à da audiência pública.” Antônio
1919 Mendes Barros: “Eu sou morador aqui desde 2005, da localidade. Conheço a
1920 região, as carências aqui da região e atesto, dentro dessa visão local, e não só
1921 local, mais um pouco mais ampla, que a Pedreira Irmãos Machado, o
1922 empreendimento, bem como o seu produto, eles são economicamente e
1923 socialmente úteis nessa região, tanto para geração de emprego, bastante
1924 significativa, quanto pelo pagamento de tributos, que também é bastante
1925 importante. Além de disponibilizar um produto de alto consumo, que é material de
1926 construção civil. Eu visitei a pedreira em uma oportunidade, de forma voluntária,
1927 para levantar a oportunidade de melhoria com relação à questão ambiental. E ela
1928 vem trabalhando no sentido de atingir melhor os resultados. Apesar de que na
1929 ocasião eu não levantei pontos negativos, apenas oportunidade de melhoria.

1930 Dentre essas melhorias, eu posso citar algumas coisas que estão começando
 1931 agora, em que são pioneiros na região empreendimentos de mineração desse
 1932 porte, que são a utilização de telas de borracha nas pedreiras com o objetivo de
 1933 reduzir o ruído contínuo, aplicação de supressor de poeira na aspersão de água
 1934 das vias de forma a reduzir a emissão de poeira e o consumo de água, porque
 1935 isso permite que a aspersão seja feita mais espaçada; o uso de linha silenciosa
 1936 no desmonte, ocorrendo significativa redução de ruído e vibração, apesar de
 1937 eventualmente pode ocorrer, como recentemente, em função de questões
 1938 climáticas. Hoje eu represento a minha comunidade habitacional no projeto de
 1939 construção de um trevo aqui, que vai atender ao distrito de Amarantina, a pedreira
 1940 e o condomínio Paragem do Tripuí, que fica no entorno, eliminando um risco
 1941 elevadíssimo de acidente fatal que nós temos aqui. E eu quero atestar também
 1942 que a participação da Pedreira nesse processo é bastante efetiva e que isso retira
 1943 de dentro de Amarantina – um pequeno trecho de Amarantina – o trânsito de
 1944 carretas e coisas desse tipo. Desse projeto participa também a Prefeitura
 1945 Municipal de Ouro Preto. É, resumidamente, o que eu gostaria de atestar.”
 1946 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação às nascentes, eu gostaria
 1947 de ouvir a manifestação da empresa.” Caroline/CSN: “Nós já escutamos essa
 1948 reclamação, vamos dizer assim, da comunidade local que vive no entorno,
 1949 fizemos uma busca efetiva, contratamos duas empresas diferentes, terceirizadas,
 1950 até para termos um feedback imparcial disso, e realmente a empresa não
 1951 constatou nenhuma existência de supressão, no histórico, de nascentes, nenhum
 1952 registro de nascente suprimida.” Clésio Cândido Amaral/Supram Norte de Minas:
 1953 “Não houve supressão de nascente, inclusive, constatado em vistoria. O que os
 1954 técnicos constataram em vistoria é que houve intervenção em área de APP. Essas
 1955 intervenções estão colocadas no item 3.4.4, na página 26 do Parecer Único, e as
 1956 compensações por essa intervenção na área de preservação permanente estão
 1957 colocadas no item 4.1, na página 35 do Parecer Único.” Conselheiro Julio Cesar
 1958 Dutra Grillo: “Com relação às nascentes, o que eu falei é que fiquei com a
 1959 impressão de que uma nascente teria sido suprimida, em função das imagens que
 1960 estão no Parecer Único, nas páginas 38 e 48. Em uma delas a nascente aparece
 1961 lá em cima e em outra a nascente aparece lá embaixo, justamente fora da área
 1962 que seria perdida. E na 38, quando tem a área total, a nascente está lá em cima.
 1963 Eu estou falando só sobre o que estou vendo, o que eu vi no seu relatório, no
 1964 Parecer Único. No mais, eu não tinha visto outros problemas.” Clésio Cândido
 1965 Amaral/Supram Norte de Minas: “O que foi constatado não foi nascente. Esses
 1966 pontos que o conselheiro Julio colocou foram intervenções nas áreas de APP, que
 1967 estão colocadas nesses itens de que falamos anteriormente.” Conselheiro Julio
 1968 Cesar Dutra Grillo: “Só um comentário, que o desenho é muito claro. Então que
 1969 se melhorasse o desenho.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então
 1970 senhores conselheiros eu coloco em votação o item 7.1 da nossa pauta, Pedreira
 1971 Irmãos Machado Ltda., Processo Administrativo 308/1995/023/2016. Em votação.
 1972 Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra,

1973 Fiemg, Relictos, Abes e SME. Abstenção: Pro Mutuca. Justificativa de abstenção
 1974 de voto: Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Abstenção, pelos motivos já
 1975 expostos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Onze votos favoráveis e
 1976 uma abstenção. Processo deferido.” **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
 1977 **PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE**
 1978 **INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO / AMPLIAÇÃO. 8.1) Jessé de**
 1979 **Carvalho Oliveira & Cia Ltda. ME. Extração de areia e cascalho para**
 1980 **utilização imediata na construção civil. Alpinópolis/MG. PA**
 1981 **09415/2007/004/2019, ANM: 833.090/2005. Classe 4 (conforme Lei nº**
 1982 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul de**
 1983 **Minas. Retorno de vista: Pro Mutuca. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:**
 1984 “Novamente, um Parecer Único bem-feito, aparentemente o licenciamento não
 1985 apresenta problemas, mas nós não conseguimos obter uma manifestação da
 1986 sociedade local nesse prazo. Sendo assim e não tendo todas as referências de
 1987 que eu necessito para votar, eu me abstenho.” Frederico Augusto Massote
 1988 Bonifácio/Supram Sul de Minas: “Nós temos um destaque com relação à pauta,
 1989 que foi encaminhada pela Assoc, e as atividades que encaminhamos, ficaram
 1990 faltando duas atividades para constar na pauta. Contudo, constaram no parecer,
 1991 foi dada inteira publicidade. É só mesmo para corrigir o erro material. Então eu
 1992 vou ditar as duas atividades que ficaram faltando só para que possamos corrigir
 1993 esse erro material. O empreendimento então faz as atividades A0206-2, lavra a
 1994 céu aberto, rochas ornamentais e de revestimento; A0504-6, pilhas de rejeito e
 1995 estéril de rochas ornamentais e de revestimento; A0505-3, estrada para transporte
 1996 de minério e estéril externa aos limites do empreendimento minerários. É o nosso
 1997 destaque da Supram Sul.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:
 1998 “Frederico, você mencionou que faltavam apenas duas. Essa extração de areia e
 1999 cascalho não faz parte. Então faltam três que você mencionou, e essa atividade
 2000 não faz parte e vai ser retirada. Ok?” Fernando Baliani da Silva/Supram Sul de
 2001 Minas: “Ok. Pode excluir a atividade de extração de areia e incluir as três
 2002 atividades que o Frederico Massote mencionou.” Presidente Yuri Rafael de
 2003 Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, o parecer não está errado, o que está
 2004 errado é somente é que faltam inscrições em relação ao item pautado. Então o
 2005 parecer está todo correto, só mesmo um erro material na nossa pauta. Já que não
 2006 há mais destaques, eu vou colocar em votação o item 8.1 da nossa pauta, Jessé
 2007 de Carvalho Oliveira & Cia Ltda. ME, PA 09415/2007/004/2019. Em votação.
 2008 Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra,
 2009 Fiemg, Relictos, SME e Abes. Abstenção: Pro Mutuca. Justificativa de abstenção
 2010 de voto: Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Abstenção pelos motivos
 2011 anteriormente expostos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Processo
 2012 aprovado. Onze votos favoráveis e uma abstenção.” **8.2) Alex Sandro Abreu de**
 2013 **Paula - ME. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na**
 2014 **construção civil; extração de argila usada na fabricação de cerâmica**
 2015 **vermelha. Pouso Alegre/MG. PA SLA 922/2020, ANM: 833.391/2014. Classe 4**

2016 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**
 2017 **Supram Sul de Minas. Retorno de vista: Pro Mutuca.** Conselheiro Julio Cesar
 2018 Dutra Grillo: “Novamente, aparentemente o licenciamento não apresenta
 2019 problemas, está aparentemente tudo tranquilo. Mas nós não conseguimos obter
 2020 uma manifestação da sociedade local nesse prazo. Sendo assim e não tendo
 2021 todas as referências para votar, abstenção.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 2022 Trovão: “Algum destaque pelos demais conselheiro? Não há outro destaque.
 2023 Coloco em votação então o item 8.2 da nossa pauta, Alex Sandro Abreu de Paula
 2024 - ME, PA SLA 922/2020. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig,
 2025 Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes. Abstenção: Pro Mutuca.
 2026 Justificativa de abstenção de voto: Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
 2027 “Abstenção pelos motivos anteriormente expostos.” Presidente Yuri Rafael de
 2028 Oliveira Trovão: “Processo aprovado por onze votos favoráveis, com uma
 2029 abstenção.” **8.3) Mineração Morro Verde Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais**
 2030 **não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; unidade de**
 2031 **tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; pilhas de**
 2032 **rejeito/estéril; lavra a céu, rochas ornamentais e de revestimento.**
 2033 **Pratápolis/MG. PA 11935/2016/003/2019, ANM: 832.957/2003. Classe 5.**
 2034 **Apresentação: Supram Sul de Minas. Retorno de vista: Promutuca e SME.**
 2035 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Como em outros processos, aparentemente
 2036 o licenciamento não apresenta problemas. Mas nós não conseguimos obter uma
 2037 manifestação da sociedade local nesse prazo. Sendo assim e não tendo todas as
 2038 referências para votar, abstenção.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de
 2039 Lima: “Apenas uma retificação no relato que eu fiz. No último parágrafo, eu errei
 2040 o nome da Mineração Morro Verde. Já fiz a retificação e mandei para a Secretaria.
 2041 Está tudo ok.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Na página 4 do parecer, fala
 2042 que a pilha de estéril tem um potencial de geração de drenagem ácida. Na página
 2043 11, fala que a atividade de lavra é responsável pela geração de grande volume de
 2044 material estéril com baixo teor de fosfato. Na página 12, se fala que não há
 2045 geração de efluentes industriais uma vez que não deverá ser utilizada água em
 2046 nenhuma etapa do processo. Eu gostaria de saber com relação a drenagem ácida.
 2047 Eu gostaria de saber como será o controle desses efluentes ácidos gerados pelas
 2048 pilhas de estéril.” Pedro Rafael: “Boa tarde conselheiros, boa tarde, senhor
 2049 presidente. Essa questão da drenagem ácida foi levantada em visita técnica, mas
 2050 o material que nós temos aqui de estéril não caracteriza, não tem o sulfeto. Mesmo
 2051 assim, foi uma condição colocada pela Supram Sul, e nós mandamos amostras
 2052 para análise com RT atestando que não existe potencial para drenagem ácida. Aí
 2053 ficou acordado que faríamos isso a cada seis meses.” Conselheiro José Angelo
 2054 Paganini: “Eu gostaria de saber se essa amostragem que vai ser feita de seis em
 2055 seis meses consta de condicionante do licenciamento.” Fernando Baliani da
 2056 Silva/Supram Sul de Minas: “Prezado conselheiro, primeiramente em relação ao
 2057 seu questionamento sobre a drenagem ácida, no Parecer Único, eu tomo a
 2058 liberdade de dizer aqui que houve um equívoco na sua leitura. Eu vou fazer a

2059 leitura do parágrafo aqui para os demais conselheiros e para ficar esclarecida a
 2060 situação. O parágrafo diz assim: 'Ainda sobre a pilha já existente, o relatório
 2061 técnico de avaliação do potencial de geração de drenagem ácida, realizado com
 2062 base em amostras coletadas em novembro de 2019, concluiu não haver potencial
 2063 de geração de acidez. O responsável técnico pelo relatório é o químico Fernando
 2064 José Vilela, CRQ-MG 02102119.' Então a conclusão do parágrafo é que tivemos
 2065 a preocupação, solicitamos uma avaliação técnica, ela foi apresentada e concluiu
 2066 não haver o potencial de geração de acidez. Em relação ao seu questionamento
 2067 se existe algum programa estabelecido na condicionante, o item 4 estabelecido
 2068 como condicionante do Anexo II traz a execução de vários programas, e nós
 2069 listamos os dez programas que deverão ser apresentados como condicionantes.
 2070 Dentre esses programas, estão incluídos proteção das águas superficiais,
 2071 questão de efluentes industriais, de forma que dentro desse contexto aqui de
 2072 programas está contemplada essa questão de potencial de geração de drenagem
 2073 ácida. Embora já exista uma conclusão, ratifico, de não geração. É simplesmente
 2074 um preciosismo de nossa parte para poder ter o monitoramento." Frederico
 2075 Augusto Massote Bonifácio/Supram Sul de Minas: "Apenas ratificar aquilo que o
 2076 Fernando já expôs." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Volto para o
 2077 Conselho. Mais algum destaque dos senhores conselheiros? Sem destaque. Vou
 2078 colocar em votação então. Item 8.3 da nossa pauta, Mineração Morro Verde Ltda.,
 2079 PA 11935/2016/003/2019. Em votação. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,
 2080 Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes. Abstenção: Pro
 2081 Mutuca. Justificativa de abstenção de voto: Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
 2082 "Abstenção pelos motivos anteriormente expostos." Presidente Yuri Rafael de
 2083 Oliveira Trovão: "Onze votos favoráveis e uma abstenção." **9) PROCESSO**
 2084 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**
 2085 **CORRETIVA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Gerdau**
 2086 **Açominas S/A. Mina de Várzea do Lopes (Pilha de estéril PDE-01). Pilhas de**
 2087 **rejeito/estéril. Minério de ferro. Itabirito/MG. PA 001776/2004/028/2017, ANM:**
 2088 **932.705/2011. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso 3º,**
 2089 **alínea b). Apresentação: Suppri. Retorno de vista: Pro Mutuca, Sindiextra,**
 2090 **Fiemg e SME. Item retirado de pauta. 10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
 2091 **EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Mineração São José Ltda. Lavra**
 2092 **a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; estradas para**
 2093 **transporte de minério/estéril; pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais**
 2094 **e de revestimento. Santa Rita do Itueto/MG. PA 06076/2005/008/2019, ANM:**
 2095 **830.066/2001. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso 3º,**
 2096 **alínea b). Apresentação: Supram Leste Mineiro. Retorno de vista: Pro**
 2097 **Mutuca. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo**: "Novamente, aparentemente o
 2098 licenciamento não apresenta nenhum problema. Eu tenho uma observação, isso
 2099 não é um problema. Na página 9 de 28, nas medidas mitigadoras, está
 2100 'implementação de cortina arbórea arbustiva em local estratégico na pedreira,
 2101 conforme projeto apresentado, contemplando plantio em faixa dupla de 1.715

2102 mudas de eucalipto e sansão do campo ao redor das frentes de lavra.’ A pergunta:
 2103 qual o motivo de o plantio não ser de seivas nativas? E a observação sobre
 2104 eucalipto: tem folhagem densa o suficiente para servir de cortina arbórea, mas
 2105 nós temos muitas seivas nativas que têm uma folhagem bem consistente, que
 2106 serviram para essa cortina arbórea. Agora, não conseguimos obter uma
 2107 manifestação da sociedade local nesse prazo. Sendo assim e não tendo outras
 2108 referências para votar, abstenção.” Hélio Estevão: “Boa tarde. Primeiramente, boa
 2109 tarde, presidente Dr. Yuri, ao qual eu cumprimento todos os conselheiros. Eu
 2110 estou me colocando à disposição para maiores esclarecimentos. E sobre a
 2111 pergunta do Sr. Julio Grillo a questão de eucalipto e de sansão do campo é pelo
 2112 fácil pegamento deles em campo e a rapidez no desenvolvimento e crescimento.
 2113 Nós tínhamos sugerido, no caso, apenas o eucalipto. Como sugestão da Supram
 2114 Leste, incluiu também o sansão do campo. Mas podemos estudar uma espécie
 2115 nativa para substituir com relação às duas espécies, que no caso do bioma Mata
 2116 Atlântica são exóticas ao bioma. É tranquilo para a gente substituir e implantar o
 2117 cortinamento arbóreo de acordo com o que os conselheiros decidirem. E no mais
 2118 estou à disposição para maiores esclarecimentos.” Vinícius Valadares
 2119 Moura/Supram Leste Mineiro: “Boa tarde a todos, nobres conselheiros desta
 2120 Câmara, boa tarde, presidente. Sobre as ponderações do ilustre conselheiro Julio
 2121 Grillo, nós temos a manifestar o seguinte. Primeiramente, o sansão do campo
 2122 (*Mimosa Caesalpinifolia*) é uma espécie nativa do Brasil, ela atinge uma altura
 2123 média do dossel dela em torno de 8 a 10 m de altura, com uma saia muito densa,
 2124 ela tem uma copa muito densa. É uma leguminosa fixadora de nitrogênio. E foi
 2125 sugerido pelo empreendedor e acatado pela equipe técnica da Supram Leste o
 2126 consórcio com o eucalipto devido ao fato de que a topografia local na qual se
 2127 insere a lavra é um morro. Então nós precisaríamos de uma espécie com altura
 2128 de fuste elevada para que fosse obtido o efeito desejado de mitigação do impacto
 2129 visual da mineração. Então esse consórcio entre o sansão do campo e o eucalipto
 2130 foi o mais adequado no nosso julgamento aqui também para que se cumprisse
 2131 essa função de mitigação do impacto visual e também de reduzir a dispersão de
 2132 material particulado das frentes de lavra.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
 2133 “Vinícius, eu não tenho a menor dúvida de que o sansão do campo é indicado
 2134 nesse caso, eu já plantei alguns milhares de sansão do campo. Eu já tive uma
 2135 empresa de produção de mudas, produzi por volta de 750 mil seitas nativas. Então
 2136 eu conheço mais ou menos do assunto. No caso do eucalipto, ele não oferece
 2137 uma barreira consistente nem do ponto de vista sonoro nem do ponto de vista
 2138 visual. A altura e a rapidez com que ele vai é muito significativa, mas nós
 2139 deveríamos procurar seivas nativas e conjugar. Porque o sansão do campo, como
 2140 você disse, tem o dossel baixo, então vai até uma certa altura, mas tem uma
 2141 densidade que é insuficiente tanto para a barreira visual quanto para a auditiva.
 2142 Mas o eucalipto não. O eucalipto só que estou questionando, e acho que talvez
 2143 vocês devessem avaliar.” Vinícius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Julio,
 2144 eu concordo com você no aspecto silvicultural de sansão do campo, mas, como

colocado anteriormente, devido à questão da situação topográfica em que está localizada a mina, para conseguirmos o efeito desejado, o eucalipto é uma espécie já com a literatura bem consolidada em termos de crescimento. Um ponto que eu acho que deve ser destacado aqui com o senhor é que quando se fala em plantio de eucalipto, inicialmente, a maior parte das pessoas tem alusão dos monocultivos de eucalipto, em que observam-se indivíduos com o fuste alto, fino e uma pequena copa, devido ao fato de que eles estão plantados em 3 por 3, 3 por 2, então não se permite à árvore que ela tenha abertura do seu dossel, vão competir por altura umas com as outras. Para esse caso em específico, como não vai se tratar de monocultivo de eucalipto, mas, sim, um plantio em linha, essas árvores vão receber incidência de luz durante todo o período do dia, não só nas suas copas, mas nas suas laterais, o que vai permitir a elas que tenham brotações laterais. Por conseguinte, haverá um maior fechamento do dossel. O senhor pode observar esse efeito nos eucaliptos que foram plantados na década de 60, 70, quando dos programas de incentivos fiscais no Estado de Minas Gerais. Nós costumamos a observar, durante as nossas viagens, alguns solitários eucaliptos plantados à beira das estradas e o que nós observamos são indivíduos robustos e frondosos, devido exatamente a esse aspecto de não estarem competindo com outros indivíduos ao seu redor. Então nós temos outros casos aqui em que foi feito cortinamento arbóreo com eucalipto, nós já observamos na região que ele se presta a esse papel e por isso nós, com segurança, aprovamos essa proposta do empreendedor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais algum destaque, senhores conselheiros? Não há mais destaque. Eu vou colocar então em votação. Item 10.1, Mineração São José Ltda., PA 06076/2005/008/2019. Em votação. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes. Abstenção: Pro Mutuca. Justificativa de abstenção de voto: Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Abstenção pelos motivos anteriormente expostos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Processo aprovado. Onze votos favoráveis e uma abstenção.” **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 11.1) Pedreira Irmãos Machado Ltda. Extração de rocha para produção de britas, pilha de rejeito/estéril, base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco e unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a úmido. Ouro Preto/MG. PA 00308/1995/022/2015, ANMs: 830.116/2000, 830.338/1999 e 832.073/2014. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Norte de Minas. Retorno de vista: Pro Mutuca. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Como no outro caso, o caso da CSN, item 7.1, antes do item 11.1, eu iria fazer uma referência. Mas como vai ter o item 7.1 eu vou falar aqui e no outro eu complemento. Aparentemente, o licenciamento não apresenta problemas, e o relatório está muito bem feito. Mas como no item 7.1 o parecer apresenta como**

2188 condicionante a execução de um programa de educação ambiental que para mim,
2189 aparentemente, está muito melhor. Eu olhei com calma, é um programa de
2190 educação ambiental que eu acho que praticamente todas as comunidades
2191 deveriam ter um problema similar. Parabéns pela estruturação do programa e por
2192 colocá-lo como condicionante. Agora, eu não consegui obter uma manifestação
2193 da sociedade local nesse prazo, eu não consegui achar nenhuma ONG nem
2194 ninguém ligado ali diretamente à área. Sendo assim, eu não tenho todas as
2195 referências para votar. Eu bem abstenho. Se tivesse tido oportunidade, um tempo
2196 de achar essa a comunidade diretamente afetada, o meu voto seria positivo, seria
2197 pelo deferimento. Mas nesse instante ele é pela abstenção.” Diogo Ribeiro: “Boa
2198 tarde. Eu sou advogado e fui procurado por algumas pessoas da comunidade que
2199 tomaram conhecimento sobre essa reunião e essa votação. Eu fui procurado na
2200 quarta-feira por alguns membros da comunidade que é diretamente atingida pela
2201 operação da pedreira. Deixar bem claro que a comunidade não é contrária à
2202 operação da empresa, mas, sim, estão preocupados com a agressão que está
2203 ocorrendo no meio ambiente e também a interferência que ocorre na vida delas.
2204 Eles pautaram aqui e pediram para eu comunicar aos conselheiros, inclusive,
2205 informando à falta de transparência com relação à própria submissão das
2206 licenças. Segundo o que me foi relatado, não houve realização de audiências
2207 públicas. Então já respondendo o anseio do Sr. Julio Grillo, que comentou que
2208 não havia um feedback da comunidade que é diretamente atingida, eu estou aqui
2209 justamente para dar esse feedback e aqui estou representando cerca de 20
2210 pessoas que que moram ali no entorno. Então eu gostaria de fazer a leitura de
2211 alguns pontos justamente para poder ter o esclarecimento dos técnicos da
2212 empresa e também da equipe que avaliou o processo. Existem intervenções e
2213 entupimento das nascentes, dessa ampliação, intervenções e entupimento
2214 também no córrego Ponte de Pedra. Inclusive, essas ações da empresa
2215 ocasionaram multas do órgão ambiental em torno de R\$ 180 mil, salvo engano. E
2216 no ano passado, justamente por conta dessa ocorrência, foi firmado um acordo
2217 de que a empresa apresentaria um projeto para construção do trevo. Isso já tem
2218 12 meses e até hoje não foi concluído esse procedimento. Não sei se o projeto foi
2219 apresentado, mas o fato é que não existe a construção desse trevo. Existe
2220 também risco de assoreamento desse córrego da Prata com a pilha de rejeitos
2221 que fica próximo ao córrego. O horário de funcionamento da empresa também
2222 para produção e manutenção e movimentação de carretas nas ruas está
2223 ultrapassado o que foi acordado com a comunidade. A empresa não vem
2224 cumprindo, e existem vários relatos junto ao Ministério Público. Existem dois
2225 inquéritos civis que justamente estão apurando as situações da empresa que
2226 estão sendo relatadas pela comunidade. Esse não cumprimento do horário está
2227 causando vários transtornos à comunidade, seja do ponto de vista da
2228 tranquilidade e harmonia da vida deles, mas também com relação a
2229 movimentação e circulação de veículos de grande carga na região. As explosões
2230 que ocorrem na pedreira estão abalando as estruturas das residências, causando

2231 diversas rachaduras, inclusive num condomínio que fica um pouco afastado.
2232 Lembrando que estamos falando de um empreendimento em zona urbana.
2233 Algumas medidas compensatórias que foram estabelecidas, apesar de no
2234 relatório estarem constando como satisfatórias, a comunidades tem apontado
2235 diversas reclamações com relação a isso. A rota de tráfego de veículos pesados,
2236 que seria solucionada com a construção do trevo, a comunidade não conhece,
2237 não tem conhecimento se isso está em andamento. O ruído também causado pelo
2238 trânsito de veículos e os britadores da empresa são um fator bastante
2239 complicante. E tem também que não está muito relacionado à licença – estou
2240 falando também em relação à licença do 7.1 – o pátio de transporte que é de uma
2241 empresa do mesmo grupo, um pátio também que causa um tumulto muito grande
2242 ali na vida das pessoas. O que as pessoas gostariam, a comunidade que está
2243 diretamente atingida pela operação? Elas precisam ser ouvidas pela empresa.
2244 Então a pedido dessa comunidade, a pedido de algumas lideranças, nós
2245 gostaríamos que esse ponto fosse retirado de pauta para que a comunidade fosse
2246 ouvida de fato. A comunidade tomou ciência na quarta-feira, eu tentei entrar em
2247 contato com a Pro Mutuca, mas não consegui. Acredito que seja por conta da
2248 quarentena. Busquei informações sobre o processo. Mas, diante do volume de
2249 documentos que existem nesse processo, não conseguimos analisar para poder
2250 passar uma orientação mais adequada para a comunidade.” Caroline/CSN:
2251 “Foram quatro pontos. O primeiro deles é sobre suposta supressão de nascentes.
2252 Nós gostaríamos de esclarecer. Inclusive, estivemos presentes em duas reuniões
2253 do Subcomitê da Bacia do Rio das Velhas, demonstramos que isso não ocorreu
2254 nas nossas operações. A comunidade participou dessas duas reuniões e teve
2255 acesso a essas informações. Sobre o suposto descumprimento do horário de
2256 funcionamento, também não procede. Temos como comprovar, inclusive, com
2257 documentação que a gente cumpre exatamente o que está autorizado pelo
2258 município de Ouro Preto. Sobre a questão da rota alternativa, que é a melhoria do
2259 acesso da rodovia para a sede da empresa, a Pedreira Irmãos Machado está
2260 finalizando uma parceria com o município de Ouro Preto. O projeto já está em
2261 andamento com uma empresa terceirizada. É necessário fazer uma análise
2262 complexa do trânsito para então apresentar um projeto para o Dnit, que vai ser o
2263 órgão, a princípio, aprovador desse projeto de trânsito. Então isso continua em
2264 trâmite, ainda não foi levado à sociedade porque aguardamos a aprovação desse
2265 plano funcional pelo Dnit para então levar já um projeto mais definitivo para
2266 apresentar para a comunidade. Sobre a gestão do ruído, era um pleito antigo, e
2267 no ano de 2019 a empresa investiu no enclausuramento das duas unidades de
2268 tratamento existentes hoje na planta.” Clésio Cândido Amaral/Supram Norte de
2269 Minas: “Quanto às questões que o advogado colocou, do ponto de vista da
2270 questão da audiência pública, o processo foi instruído com EIA/Rima, foi aberto o
2271 prazo, mas ninguém se manifestou à audiência pública. Então por isso que ela
2272 não foi realizada. Outra questão, em relação à questão do trevo, que vai melhorar,
2273 inclusive, o acesso da empresa, tomamos o cuidado e no processo nº 22, que é

2274 outro ponto de pauta, nós condicionamos, na condicionante 18, como
 2275 condicionante da licença, a apresentação do projeto. E quanto à questão das
 2276 intervenções nas áreas de APP, no processo, eles apresentaram um PTRF de
 2277 recomposição dessas áreas de APP e essas intervenções.” Presidente Yuri
 2278 Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, então eu coloco em votação
 2279 o item 11.1 da nossa pauta, Pedreira Irmãos Machado Ltda., Processo
 2280 Administrativo 00308/1995/022/2015. Em votação. Votos favoráveis: Segov,
 2281 Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes.
 2282 Abstenção: Pro Mutuca. Justificativa de abstenção de voto: Conselheiro Julio
 2283 Cesar Dutra Grillo: “Abstenção. Já explicado o motivo anteriormente.” Presidente
 2284 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Processo aprovado por 11 votos favoráveis e uma
 2285 abstenção.” **12) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
 2286 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 12.1) Mineração Café Ltda.**
 2287 **Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; pilha de**
 2288 **rejeito/estéril. Rochas ornamentais e de revestimento; estrada externa para**
 2289 **transporte de minério/estéril; extração de rocha para produção de britas;**
 2290 **britamento de pedras para construção. Santa Rita de Caldas e Caldas/MG.**
 2291 **PA 00200/1992/017/2010, ANMs 830.855/1986 e 831.057/1992. Classe 4**
 2292 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**
 2293 **Supram Sul de Minas. Retorno de vista: Pro Mutuca, Fiemg e SME.**
 2294 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “No parecer que eu encaminhei eu detalhei
 2295 mais a situação. Mas nós conseguimos localizar a ONG Aliança em Prol da APA
 2296 da Pedra Branca, que inclusive está no Codema do município. E o posicionamento
 2297 dessa ONG é o seguinte. Em relação à anuência necessário para o licenciamento
 2298 e a falta de tempo para se localizar esse documento ou comprovar sua ausência,
 2299 votamos como no relatório de vista: para baixar em diligência. Porque essa ONG
 2300 Aliança em Prol da APA da Pedra Branca argumenta que tem uma expansão que
 2301 está sendo feita dentro da área da APA e que não houve anuência por parte do
 2302 Codema local. Eu não tive tempo, pelo prazo, de verificar a veracidade disso, mas
 2303 da forma que me foi colocado pareceu que eles têm uma base sólida para poder
 2304 dizer isso. Então eu iria propor baixar em diligência até apresentação e análise de
 2305 toda a documentação atinente aos fatos apresentados na manifestação. Caso o
 2306 presidente da Câmara de Atividades Minerárias assim não delibere, nós votamos
 2307 pelo indeferimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como nos demais
 2308 processos eu sempre faço, eu vou solicitar manifestação sobre a pertinência do
 2309 que o Julio está colocando à equipe do Sul e posteriormente eu decido em relação
 2310 à baixa em diligência. Primeiro nós vamos ouvir os relatos de vista e os inscritos.”
 2311 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O relatório de vista é conjunto da
 2312 Fiemg e da Sociedade Mineira de Engenheiros. Em resumo, diante de tudo que
 2313 foi colocado no parecer da Supram, nós somos favoráveis ao deferimento da
 2314 renovação da Licença de Operação nos termos do Parecer Único elaborado pela
 2315 equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas. É esse o parecer Fiemg e SME.”
 2316 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Essa posição tomada pelo

2317 conselheiro Thiago. Nós fizemos em conjunto. Pelo deferimento.” Geralda Helia
 2318 Tobias da Silva/Representante do empreendedor: “Eu represento a área técnica
 2319 do processo de renovação da licença da Mineração Café e estou à disposição
 2320 para sanar a dúvida dos conselheiros, em especial do Sr. Julio Grillo, da Pro
 2321 Mutuca, que em seu parecer de vista diz que o empreendedor não apresentou as
 2322 devidas anuências. Contudo, reforço que essas anuências foram apresentadas,
 2323 sim, ao processo e estão disponíveis, inclusive aqui nós podemos disponibilizá-
 2324 las. E reforço também que é uma renovação de LO. Tem também uma
 2325 consideração que é sobre a negação do pedido de expansão de frente de lavra.
 2326 Ressalto que isso não é objeto da pauta, a pauta diz respeito a uma renovação
 2327 de LO.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu queria só manifestar a nossa
 2328 concordância, integralmente, com o outro posicionamento que solicita a baixa em
 2329 diligência.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agora eu vou passar para
 2330 a equipe. Frederico e Fernando, após a manifestação suas em vou tomar a
 2331 decisão, se é pertinente a baixa em diligência para estar esclarecendo esses
 2332 pontos, se vocês podem esclarecer esses pontos alegados em relação a essa
 2333 participação. E se baixarmos em diligência esse processo vai trazer um conteúdo
 2334 a mais, o parecer vai vir de forma diferente do que foi apresentado pelos
 2335 senhores.” Frederico Augusto Massote Bonifácio/Supram Sul de Minas: “Não há
 2336 pertinência em que se baixe esse processo em diligência por questões que eu
 2337 posso trazer de forma até muito sucinta aqui. Conforme a representante do
 2338 empreendimento bem trouxe, trata-se de um processo de renovação. Nesse
 2339 cenário, o artigo 18, parágrafo 3º do Decreto 47.383 traz de forma expressa que
 2340 uma vez apresentada a declaração de conformidade no processo a obrigação
 2341 estará cumprida, não havendo necessidade que ela seja novamente apresentada
 2342 nas fases subsequentes referentes a renovações. E no processo
 2343 200/1992/015/2010 consta expressamente no Parecer Único que o
 2344 empreendimento teria apresentado essa declaração de conformidade. Do nosso
 2345 ponto de vista, a obrigação está cumprida. Mas adiante há também uma
 2346 declaração quanto à não apresentação de declaração de conformidade por parte
 2347 do órgão gestor da Pedra Branca com relação à Resolução 428 do Conama, pelo
 2348 mesmo fundamento. Trata-se de uma renovação, essa anuência já foi juntada ao
 2349 mesmo processo que eu já manifestei aqui. E o artigo 1º da Resolução Conama
 2350 428 assemelha-se ao artigo 18, parágrafo 3º, de que uma vez apresentada está
 2351 cumprida a obrigação. Isso no ambiente de renovação que nós estamos. Por fim,
 2352 há também uma manifestação com relação ao vencimento dessa licença em
 2353 dezembro de 2019. De fato, a licença venceu. Contudo, o empreendedor havia
 2354 formalizado o processo em agosto de 2019, fazendo assim jus ao benefício da
 2355 prorrogação automática. Então, de maneira bem sucinta e lastreado na legislação
 2356 que temos à disposição, entendemos por não baixar o processo em diligência e
 2357 julgá-lo na forma como está, ratificando os termos do Parecer Único.” Fernando
 2358 Baliani da Silva/Supram Sul de Minas: “Nada a acrescentar. O Frederico foi bem
 2359 sucinto e objetivo nas explicações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:

2360 “Alguma manifestação pela parte dos conselheiros? Não havendo, eu já decido
 2361 aqui manter o processo na pauta e por conseguinte vou levá-lo em votação. Eu
 2362 acho que o Frederico colocou muito bem, de forma sucinta, e eu vou acatar a
 2363 orientação da equipe da Supram Sul e manter o processo na pauta. E assim eu
 2364 já coloco em votação o nosso 12.1, Mineração Café Ltda., Processo
 2365 Administrativo 200/1992/017/2010. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,
 2366 Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME e Abes. Voto contrário: Pro
 2367 Mutuca. Abstenção: Relictos. Justificativas de abstenção e de voto contrário.
 2368 Conselheiro José Angelo Paganini: “Nós nos abtemos porque nossas dúvidas
 2369 não foram sanadas.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu voto contra. Não
 2370 sendo retirada de pauta para análise, o meu voto é contra.” Presidente Yuri Rafael
 2371 de Oliveira Trovão: “Processo aprovado por dez votos favoráveis, um contrário e
 2372 uma abstenção.” **13) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
 2373 **ADENDO A LICENÇA DE OPERAÇÃO. 13.1) Gics Indústria, Comércio e**
 2374 **Serviços S/A. Barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração.**
 2375 **Serra do Salitre/MG. PA 09039/2005/007/2018, ANMs 830.373/1995 e**
 2376 **830.374/1995. Classe 6. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro. Retorno**
 2377 **de vista: Pro Mutuca.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “De acordo com a ata
 2378 da CMI de 16 de janeiro de 2019, sobre o licenciamento para solicitação da
 2379 Licença de Operação para a Galvani, naquela reunião, quando houve a solicitação
 2380 de Licença de Operação para a Galvani, o meu voto, foi linha 643 da ata: ‘Pelo
 2381 princípio da precaução, o meu voto continuará sendo sempre contra a instalação
 2382 de novas barragens ou de alteamento das mesmas, lembrando que esse
 2383 licenciamento inclui intervenção ambiental para supressão de vegetação em área
 2384 comum, 151 árvores isoladas, com o objetivo de liberar área para passagem da
 2385 tubulação de lançamento de rejeito da barragem de Sabão.’ Eu seria muito
 2386 incoerente se pudesse aceitar isso. Então eu continuo sendo contra
 2387 empreendimento com barragem de rejeito, contra o uso dessas barragens para o
 2388 armazenamento de rejeitos. Aconselho que vocês leiam a ata dessa reunião da
 2389 Câmara de Atividades Minerais, de 16 de janeiro, que ocorreu nove dias antes do
 2390 desastre de Brumadinho, porque ali nós tivemos uma discussão muito rica a
 2391 respeito da questão de barragens. E naturalmente só eu defendi aqui que não
 2392 eram seguras, todo mundo defendendo que era segura, e nove dias depois
 2393 tivemos aquele desastre. Então eu continuo mantendo a minha posição contra
 2394 empreendimento com barragem de rejeito. Aplaudo a CSN e a Usiminas por
 2395 estarem migrando o processo, mas nos outros, quem não estiver migrando, que
 2396 não tiver projeto migrando, meu voto será sempre contra.” Conselheiro José
 2397 Angelo Paganini: “Eu também solicito baixa em diligência, porque as intervenções
 2398 estão ligadas às barragens de rejeitos, e no Parecer Único não tem nenhuma
 2399 informação acerca de barragens.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 2400 “Solicito à equipe que se manifeste em relação se há pertinência essa baixa em
 2401 diligência solicitada em relação às APPs. Dando continuidade, mais algum
 2402 conselheiro, algum destaque? Sem destaque, eu passo para os inscritos.” Amara

2403 Borges/Representante do empreendedor: “Em relação ao que o conselheiro Julio
 2404 comentou, eu não tenho nenhum esclarecimento a fazer neste momento.” Lucimar
 2405 Cardoso/Representante do empreendedor: ‘Só para esclarecer que esse é um
 2406 processo de supressão de vegetação. O objetivo dessa supressão, a justificativa
 2407 técnica para a supressão é para adequação de duas estradas. Uma estrada da
 2408 mina, de acesso à mina, e uma estrada relacionada à comunidade ao redor do
 2409 empreendimento, que é a estrada da Grotta do Cedro. E também algumas
 2410 retiradas de árvores isoladas para adequação do monitoramento da barragem de
 2411 rejeito. A gente vem garantindo o monitoramento de acordo com a legislação e
 2412 garantindo a segurança da barragem. E também para adequação de tubulações
 2413 que estarão interligadas à nossa planta de beneficiamento, à barragem de rejeito.
 2414 Então só esclarecendo neste momento que é uma intervenção por esse motivo,
 2415 e não tem nenhuma intervenção direta em barragens nesse processo sendo
 2416 discutida. E ficamos à disposição, se necessário, durante a discussão do
 2417 processo.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Como este é um
 2418 Conselho interdisciplinar e tem vários técnicos aqui, me chama um pouco atenção
 2419 a colocação do conselheiro Julio Grillo, porque me deu a entender que tinha
 2420 alguma coisa no processo referente a barragem. Mas pelo que eu tinha lido e
 2421 entendido, e a Supram explicou, na verdade, é só uma intervenção em vegetação,
 2422 alguma coisa nesse sentido. É mais para entender mesmo. Há alguma forma de
 2423 impacto direto na barragem a atividade que se pretende aqui ou o posicionamento
 2424 do conselheiro é simplesmente porque existe barragem? É só para eu conseguir
 2425 seguir a linha de raciocínio.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O processo
 2426 não diz respeito diretamente a barragem, mas diz respeito a uma forma de
 2427 lançamento de rejeito em barragem. Está limpando uma área para poder passar
 2428 uma tubulação que vai jogar rejeito na barragem. Eu sou contra a barragem, sou
 2429 contra qualquer processo que venha aumentar o nível de risco de uma barragem.
 2430 Jogar mais rejeito é um dos motivos. Então eu sou contra o empreendimento, o
 2431 empreendimento teria que ser reconcebido. Não dessa forma, não pode ser, ao
 2432 meu ver, jogando rejeito em barragem.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes
 2433 de Lima: “Eu li também com detalhe o Parecer Único e não vi nenhum problema
 2434 de barragem. Eu estou com a mesma concepção da Verônica. Vi, sim, que tem
 2435 uma questão de melhoria de acessos, e isso é coisa que naturalmente existe em
 2436 qualquer mineração, essas mudanças às vezes de uma frente de lavra, uma
 2437 mudança para cá e para lá, mas isso são coisas que são perfeitamente resolvidas.
 2438 Então eu só queria colocar isso, e talvez o empreendedor comentando esse
 2439 aspecto, de que não tem interferência em barragem, satisfaça também o meu
 2440 querido Grillo com essa dúvida dele.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 2441 “Eu acho que o Julio Grillo definiu bastante, ele sabe que não tem nada de
 2442 barragem nesse processo, mas ele entende que esse empreendimento poderá
 2443 contribuir com rejeito naquela barragem. É isso, Julio?” Conselheiro Julio Cesar
 2444 Dutra Grillo: “Esse licenciamento inclui, literalmente o que está escrito:
 2445 ‘Intervenção ambiental para supressão de vegetação em área comum, 0,52

2446 hectare de maciço florestal, 151 árvores isoladas, com o objetivo de liberar área
 2447 para passagem da tubulação de lançamento de rejeitos na barragem de Sabão I.
 2448 Então meu voto mantém coerência com o meu voto de 16 de janeiro, porque eu
 2449 acho que eles não deveriam estar jogando rejeito nessa barragem. Eu sei que o
 2450 licenciamento não tem nada a ver com a barragem. A barragem foi licenciada em
 2451 16 de janeiro de 2019, mas, como eu fui contra lá, eu sou contra aqui. E aqui
 2452 agora estão liberando área para passagem da tubulação de lançamento de rejeito
 2453 na barragem. Isso que sou contra.” Rodrigo Angelis Alvarez/Supram Triângulo
 2454 Mineiro: “Só para esclarecer os pontos levantados. No item 3 do parecer, nós
 2455 colocamos quais são os objetivos de intervenções que são fruto desse adendo,
 2456 que é para fazer uma melhoria no acesso à mina. O outro é para fazer uma
 2457 questão da linha de rejeitos, que o lançamento de rejeitos na barragem não é fixo,
 2458 ao longo do tempo ele tem que ser alterado para otimizar a questão da barragem,
 2459 a deposição nela. Então por isso que tem que fazer essa melhoria na linha de
 2460 rejeito. O outro ponto é alterar o acesso à estrada da Grotta do Cedro, que é para
 2461 retirar esse acesso da mina, que hoje ela passa, inclusive, próximo da barragem.
 2462 Então vai estar retirando isso de lá, é importante também essa alteração. E a outra
 2463 é para monitoramento da barragem, que tem algumas áreas dando interferência
 2464 no monitoramento. Então também a importância dessa intervenção. Dentro do
 2465 processo, são intervenções simples, mas que precisam ser feitas ao longo do
 2466 tempo do empreendimento, da operação do empreendimento, para adequar as
 2467 operações e até em questões de segurança mesmo tanto do empreendimento
 2468 quanto do entorno.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu retorno ao
 2469 Conselho. Mais alguma consideração em relação ao processo? Em relação à
 2470 solicitação de baixa em diligência, eu não acho que o pedido é pertinente ao que
 2471 está sendo proposto em relação ao objetivo do processo em si, então eu vou
 2472 mantê-lo em pauta. Sendo assim, eu coloco em votação o item 13.1 da nossa
 2473 pauta, Gics Indústria, Comércio e Serviços S/A, PA 09039/2005/007/2018. Votos
 2474 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindixextra, Fiemg, SME
 2475 e Abes. Votos contrários: Relictos e Pro Mutuca. Justificativas de votos contrários.
 2476 Conselheiro José Angelo Paganini: “Porque as intervenções solicitadas interferem
 2477 nas barragens de rejeito, e no processo não tem nenhuma informação a respeito.”
 2478 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “A justificativa já foi dada anteriormente.
 2479 Pelos motivos já expostos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Foram dez
 2480 votos favoráveis e dois votos contrários. O processo foi aprovado.” **13.2) CSN**
 2481 **Mineração S/A. Lavra do Mascate. Lavra a céu aberto com tratamento a**
 2482 **úmido. Minério de ferro. Congonhas/MG. PA 00103/1981/042/2007, ANM:**
 2483 **43.306/1956. Classe 6. Apresentação: Suppri. Retorno de vista: Pro Mutuca,**
 2484 **Sindixextra, Fiemg e SME.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Se eu analisasse
 2485 apenas o Parecer Único e a apresentação feita pela CSN, eu votaria pelo
 2486 deferimento. Entretanto, nós entendemos que não há como continuar analisando
 2487 e deliberando sobre qualquer licenciamento que interfira com a barragem Casa
 2488 de Pedra e outras estruturas de disposição de rejeito, áreas de recarga de

2489 aquíferos subterrâneos que façam uso das águas superficiais e subterrâneas ou
2490 que causam a degradação da qualidade das águas e de cobertura vegetal no
2491 município de Congonhas de forma fragmentada, sem que se realize uma
2492 avaliação ambiental integrada e independente, considerando os impactos
2493 cumulativos e sinérgicos, em especial em relação à segurança das estruturas de
2494 disposição de rejeito, disponibilidade hídrica e qualidade das águas, associada a
2495 uma avaliação do cenário de abastecimento da população para os próximos anos
2496 e para as gerações futuras, na perspectiva do aquecimento global. Diante do
2497 exposto acima, o Pro Mutuca se manifesta pela retirada de pauta para que esses
2498 dados sejam complementados. Se não houver retirada de pauta, pelo
2499 indeferimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Fica registrado para
2500 aqueles que nos ouvem pelo YouTube e que estão na sala de espera, mais uma
2501 vez. Os processos que eu retirei de pauta, o processo que foi pedido de vista,
2502 quando isso acontece, eles saem da pauta e não tem discussão. Então não vou
2503 abrir para essas pessoas se manifestarem. Elas se manifestam na próxima
2504 reunião, quando os processos serão pautados.” Conselheira Denise Bernardes
2505 Couto: “O relato de vista foi disponibilizado dentro do prazo regimental, foi um
2506 relato conjunto entre Sindiextra, Fiemg e Sociedade Mineira de Engenheiros. O
2507 Parecer Único da Suppri, a análise foi realmente muito bem-feita, muito criteriosa
2508 e minuciosa. E analisando todo material nós finalmente entendemos que o
2509 processo está pronto para ser votado. Somos pelo deferimento do adendo.”
2510 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O parecer da Fiemg é conjunto com o
2511 Sindiextra, então é a mesma manifestação.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
2512 Nunes de Lima: “O nosso parecer é conjunto também com a Fiemg e o Sindiextra.”
2513 Eduardo Sanches/CSN: “Este é um projeto para o qual nós estamos buscando
2514 autorização para supressão de cavidades. É uma área aonde nós já temos a
2515 licença para lavrar, inclusive, também, para supressão de vegetação. Qual é a
2516 importância desse projeto para a CSN Mineração? Muito foi colocado aqui em
2517 alguns comentários anteriores pelos conselheiros da importância de não mais se
2518 utilizar barragens para acondicionamento de rejeito no processo de mineração
2519 aqui em Minas Gerais. Nós da CSN colocamos isso dentro da nossa estratégia,
2520 já apresentada aqui em reuniões anteriores, que entre o acidente de Mariana e o
2521 de Brumadinho a empresa tomou essa decisão de eliminar a destinação do rejeito
2522 para barragem. Tanto que nós retiramos o processo de alteamento da barragem
2523 Casa de Pedra de licenciamento e nesse momento começamos a licenciar alguns
2524 projetos nessa direção. E com isso nós também mudamos nossa concepção no
2525 nosso processo produtivo, focamos toda a nossa produção num minério mais rico,
2526 objetivando reduzir, minimizar a quantidade de rejeitos gerados que iam para a
2527 barragem. O nosso objetivo era já neste ano estarmos com 100% do rejeito sendo
2528 empilhado, em áreas que já foram licenciadas também. Isso está sendo feito. Só
2529 que a empresa arcou com esse custo. Hoje nós reduzimos a produção. No ano
2530 passado nós tivemos uma produção de 32 milhões de toneladas de minério de
2531 ferro e neste ano temos uma expectativa de 23 milhões. Essa redução vem de

2532 encontro a essa estratégia. Porque a mina está ficando engargalada, nós tiramos
2533 o minério rico e hoje precisamos de outras frentes de lavra, seria um remédio
2534 temporário, porque o remédio definitivo é a planta de 10 milhões de itabiritos que
2535 nós vamos falar no próximo processo. Mas, enfim, isso vai abrir uma possibilidade
2536 para conseguirmos manter esses 23 milhões de produção. Isso já é sentido
2537 bastante pelos municípios da região, a redução dos impostos gerados. Então só
2538 resumido a importância desse projeto para que possamos ter flexibilidade para
2539 manter a nossa produção, mesmo com essa redução significativa, mas conseguir
2540 manter ao longo deste ano.” Rodrigo Ribas/SEMAD: “Julio Grillo, você fez um
2541 relatório de vista, começou muito bem, e depois bate e assopra. É bom sempre
2542 ter essa oportunidade de discutir, sobretudo quando temos um Conselho que é,
2543 em parte, formado por novos conselheiros, que não participaram das discussões
2544 anteriores. Só para esclarecer, o seu relato de vista, na verdade, trouxe um
2545 princípio que é técnico, mas que não diz respeito a esse processo em si, diz
2546 respeito a uma necessidade de análise integrada, avaliação ambiental integrada
2547 do processo da CSN, o que já foi discutido este ano mesmo. Essa proposta da
2548 análise integrada já foi discutida, neste ano, já temos um debate avançado. Eu
2549 acho que no processo 6.1, o secretário de Meio Ambiente de Congonhas vai poder
2550 tocar nisso. Já há por parte da empresa, já foi apresentado antes do Conselho
2551 também para nós, uma análise integrada a respeito dos impactos sobre os
2552 recursos hídricos, como uma condicionante apresentada, sobretudo, ao
2553 Departamento de Água, para poder avaliar impacto sobre a disponibilidade desse
2554 recurso no município de Congonhas. Está sendo acompanhado. Também ser
2555 acompanhado e muito em breve será apresentado de uma maneira sistematizada.
2556 E aí nós temos que retornar à composição legal da nossa análise. Uma ampliação,
2557 alteração ou modificação de um processo é um procedimento particular, ele não
2558 fala realmente da análise integrada do empreendimento. A legislação prevê
2559 ampliações. A 01/86 previa, a Conama 237 prevê, a DN 217 prevê, o Decreto
2560 47.383 prevê. Então há uma previsão de que se façam ampliações e modificações
2561 dos empreendimentos ao longo da sua vida útil. Não podemos tratar o
2562 empreendimento só como greenfield, que vamos começar sempre com uma
2563 análise que seja integrada de tudo. Em que pese isso ser substancialmente
2564 fundamental no nosso entendimento da gestão ambiental. Nós fazemos isso para
2565 as LPs. Nas LPs, nós tentamos fazer sempre a análise greenfield. Mas ao longo
2566 da vida do empreendimento, um empreendimento que tem 30, 40 anos vai sofrer
2567 alterações. É até positivo que se façam essas alterações. A incorporação de
2568 novas tecnologias vai demandar uma alteração da sua operação. Quando o
2569 Sanches cita que no processo 6.1, da planta de itabiritos, isso vai ser sentido de
2570 uma maneira mais pujante, o que ele está falando é exatamente isso, há uma
2571 mudança na forma de minerar que permite que se extraia itabiritos pobres,
2572 itabiritos que antes não se extrairiam. Então reduz a ampliação da área da cava
2573 e verticaliza essa operação em uma área já degradada. Com isso, o que antes
2574 era estéril ou rejeito agora passa a ser produto. Se passa a ser produto, tem

2575 menos geração de resíduos, com mais ganho: mais ganho ambiental, mais ganho
2576 social, mais ganho econômico. Então isso está sendo analisado do ponto de vista
2577 integral, e muito breve nós vamos poder fazer essa apresentação na revalidação
2578 da Licença de Operação. Nós temos revalidações de Licença de Operação que,
2579 por norma, depois concentram o desempenho ambiental de todo o
2580 empreendimento. Então nós vamos fazer isso, sem dúvida nenhuma. Este
2581 processo 13.2 trata de uma autorização específica para supressão de cavidade.
2582 Então ele é muito específico. O processo já tem licença ambiental, essa licença
2583 já foi analisada, já tem autorização de intervenção ambiental para poder fazer a
2584 supressão de vegetação, feita pelo órgão competente. E agora o que precisa, por
2585 força do Decreto 99.556, é que o COPAM autorize a supressão de cavidade nesse
2586 caso. Então ele é muito específico nisso e não se furta a ser inserido naquela fase
2587 mais ampla. E aí eu queria, se os senhores conselheiros me permitissem, já falar
2588 do restante dos assuntos propostos no relato de vista. Nesse sentido, como um
2589 processo muito específico, assim como o 6.1 é um processo específico de
2590 ampliação da atividade de tratamento de minérios, então é pegar minério pobre e
2591 dar uma transformação que permita o uso nobre para esse minério e não que seja
2592 entendido como rejeito ou estéril, isso não coaduna, não se relaciona com o que
2593 de mais o senhor colocou nos processos nos relatos de vista do senhor, que são
2594 as auditorias. Nós estamos tratando de dois assuntos completamente diversos
2595 aqui. Estamos tratando de uma ampliação benéfica. O senhor mesmo falou, isso
2596 é tratamento a seco, é uma coisa positiva. E aí não há que se falar da avaliação
2597 negativa que foi feita e que foi trazida para esse processo em relação às
2598 auditorias. Eu ia até explicar melhor as auditorias, mas como já chegamos ao
2599 meio-dia no segundo processo ainda, só para os conselheiros novos, eu vou tratar
2600 muito rapidamente do que foram as auditorias. Prometo não tomar muito tempo
2601 dos senhores. Foram citadas três auditorias: uma do Tribunal de Contas do
2602 Estado e duas da Unidade de Controle Interno. A auditoria do TCE gerou uma
2603 análise em cima dos procedimentos de Sedectes e SEMAD, quando existia a
2604 Sedectes, que agora é Sede. E isso já foi resolvido no âmbito de um acórdão do
2605 TCE. Na 34ª reunião da CMI, esse acórdão foi lido na íntegra. Só para lembrar,
2606 Julio Grillo, na 34ª reunião o senhor era representante do Ibama, o senhor estava
2607 presente, então tem conhecimento do acórdão, que disse que tanto a Sedectes
2608 quanto a SEMAD já incorporaram em seus procedimentos ações que são
2609 suficientes para tratar daquelas críticas que foram feitas na auditoria. Então tudo
2610 bem, isso foi repetido em todos os relatos de vista, isso foi repetido da
2611 manifestação externa que trouxe. Mas é importante que os conselheiros saibam
2612 que não há resquício mais daqueles temas que foram tratados pelo Tribunal de
2613 Contas do Estado, que já há um acórdão dizendo que já houve na suficiência na
2614 ação, tanto da Sedectes quanto da SEMAD. Eu acho até improdutivo
2615 continuarmos discutindo esse assunto. Em relação às auditorias feitas pela
2616 Controladoria Geral do Estado, através da unidade interna, foram apresentadas
2617 duas: uma específica dos processos de licenciamento da barragem B1 da mina

do Córrego do Feijão, de todos os processos desde os anos 90. Então quando pinça lá na página 8 ‘foi avaliado que tem problema de cumprimento de condicionante’, não falou nem de qual processo. Então nós estamos falando de processos muito antigos, em que houve falha no acompanhamento de cumprimento de condicionantes e não estamos aqui nem discutindo se houve ou se não houve, isso é uma constatação da auditoria. Eu não estou discutindo em que processo que isso foi e o que o Estado fez depois disso. Até mesmo o que está citado lá está citado assim: ‘Neste contexto, foi observado isso’. No contexto, sim, mas qual é a composição do próprio relatório de auditoria? Foram feitas respostas à auditoria e um plano de trabalho dentro da auditoria, que compuseram a resposta do Estado. Então é importante que se diga, primeiro, que a ausência de acompanhamento de condicionantes não foi percebida dos processos. Segundo, o Estado já tinha agido, o Estado criou na Lei 21.972 os Núcleos de Controle Ambiental, que são unidades administrativas próprias para acompanhamento de controle de condicionante e monitoramento ambiental. Então antes mesmo da diretoria o Estado já havia agido na composição desse acompanhamento. Então não é nem justo trazer para outros empreendimentos – aí eu não estou falando da análise da Suppri, da Supram Central, seja lá qual for – uma crítica de um processo específico sem citar qual era o processo, lá dos anos 90, dos anos 2000. E que o Estado tem sistematicamente agido no sentido de resolver esses problemas. Haja vista a mudança da legislação, a reorganização da própria SEMAD, criação de novas unidades, do Sistema de Licenciamento Ambiental. O SLA hoje permite que todo mundo acompanhe em tempo real o cumprimento dessas condicionantes. Então é cruel com os outros empreendedores, e aí nós estamos tratando aqui do empreendimento da CSN, mas nós temos mais 12 processos na pauta em que essas informações foram repetidas. E não é justo porque esses empreendedores não têm a mesma característica e não tiveram as mesmas falhas que foram sentidas nos anos 90. Então eu acho que não devemos nem continuar em relação a isso, eu acho que essa é uma seara inglória, porque ela culpa todos os empreendedores por uma falha específica. A auditoria que importa, senhores conselheiros, é a auditoria de riscos, e aí é muito importante que os senhores entendam o que foi auditado e o que são os riscos. A CGE propôs uma auditoria, propôs um trabalho preventivo, que já foi proposto em outras unidades também, não só na SEMAD. E não só por conta do rompimento de B1. Mas foi feito naquele momento por causa disso. É um levantamento de risco feito por nós mesmos. Quem leu o relatório de auditoria, está lá assim: ‘Os gestores de processos’. Os gestores de processos são as equipes de regularização e de fiscalização, fomos nós que mapeamos os riscos. E não estamos falando de risco de rompimento de barragem ou de deslizamento de encosta ou de acidente com transporte de carga perigosa ou de carga pesada. É risco no procedimento. Por exemplo, o senhor já citou isso aqui, Dr. Julio, hoje mesmo. Por exemplo, uma informação falsa do empreendedor que gera um risco ao procedimento. E aí são esses os riscos que são mapeados. Quais são os riscos

2661 ao processo que têm que ser controlados e coordenados pela SEMAD de forma
2662 que o processo seja cada vez mais transparente e idôneo. Não é risco ambiental,
2663 é risco de processo. Nós também responderemos, nem com tudo a CGE
2664 concordou conosco. Eles fizeram as sugestões que acham que devem e acataram
2665 muitas das nossas. Uma das respostas que nós fizemos é exatamente a que foi
2666 citada, do acompanhamento desses processos através de um sistema
2667 informatizado, que é o SLA. Diferente do Siam, em que temos muita dificuldade
2668 de acessar, a comunidade tem muita dificuldade de acessar, o SLA não tem
2669 nenhuma dificuldade, os documentos são públicos, estão lá e geram
2670 transparência no processo. Então do ponto de vista dessa auditoria de
2671 acompanhamento de condicionantes isso também já está resolvido através de um
2672 sistema já existente. Então só para que todos os conselheiros entendam em
2673 relação a relatos de vista, o que se repete em todos os outros, essas três
2674 auditorias já foram resolvidas, já não são problemas. A primeira auditoria, do TCE,
2675 já tem um acórdão dizendo que nós já cumprimos. A segunda auditoria, de B1, só
2676 deve se aplicar à B1, não é justo transferir essa responsabilidade para outros
2677 empreendedores. Ela só se aplica à B1. E a auditoria de risco se aplica aos
2678 processos da SEMAD que já está em curso a sua operacionalização. Então em
2679 relação ao processo eu acho que não ficou mais nenhuma dúvida apresentada no
2680 relato de vista ou na discussão feita que precisasse de levantamento. Eu estou à
2681 disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu deixei o Rodrigo se
2682 alongar nessa questão em virtude de que, como ele mesmo disse, esse fato se
2683 repetiu em relação aos outros pareceres, os esclarecimentos já foram feitos. Mas
2684 eu já aviso para os demais que eu não vou permitir que essa discussão volte
2685 novamente nos demais processos, até mesmo para sermos eficientes e tratar da
2686 matéria mesmo pautada, já que os esclarecimentos foram prestados pelo
2687 Rodrigo.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Rodrigo, sua explicação foi
2688 bastante clara, não deixa nenhuma dúvida. Mas eu acho que você talvez não
2689 tenha entendido a formatação dos relatórios de pareceres de vista. Eu dividi os
2690 pareceres de vista em três partes: as considerações minhas como conselheiro, as
2691 considerações que eu recebi da sociedade e a minha conclusão. As
2692 considerações que foram enviadas pela sociedade se repetiram durante esses
2693 pareceres de vista, sim, o que não quer dizer que as minhas conclusões e as
2694 minhas considerações tenham se repetido. Eu vou manter sempre as
2695 considerações da sociedade. Quando não tiver, eu vou dizer que não deu tempo
2696 de conversar ou que não foi possível conversar ou que não existe sociedade no
2697 local para poder se manifestar. Então eu vou deixar essa parte aberta para que
2698 fique registrado para o futuro qual era o sentimento da sociedade naquele
2699 momento. E aí, só por causa da CSN, rapidíssimo mesmo: eu acho fantástico
2700 estarem migrando para disposição de rejeito a seco, eu acho fantástico estarem
2701 implantando essa planta de tratamento do rejeito, acho tudo ótimo, mas não dá
2702 mais para empreendimentos de um porte tão grande a gente ficar fazendo
2703 pequenas autorizações. A reclamação da sociedade lá, que eu vou ler agora no

2704 item 6.1, é contundente. Fala assim: ‘Nós não estamos satisfeitos com isso, não
 2705 estamos seguros em relação a água, não temos essa informação, as nossas
 2706 considerações na audiência não foram levadas em consideração’. É por isso. Se
 2707 eu fosse votar simplesmente pela apresentação que foi feita pela CSN, que foi
 2708 muito bem-feita, muito clara – não se furtaram a nenhuma resposta –, e pelo
 2709 parecer, o meu voto seria positivo, sim. O meu voto só está sendo de retirada de
 2710 pauta para que se possa esclarecer aqueles pontos que a sociedade está
 2711 questionando. Apenas isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu
 2712 questiono se algum outro conselheiro tem destaque em relação ao processo. Não
 2713 há. Vou colocar em votação o item 13.2 da nossa pauta, CSN Mineração, lavra
 2714 do Mascate, processo administrativo 103/1981/042/2007. Em votação. Votos
 2715 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME
 2716 e Abes. Abstenções: Pro Mutuca e Relictos. Justificativas de abstenções.
 2717 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O meu voto seria pela retirada de pauta.
 2718 Como só tem três colunas aí, eu vou ter que ir pela abstenção. Na verdade, o meu
 2719 voto seria pela retirada de pauta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu
 2720 não retirei de pauta, e todos os esclarecimentos foram prestados aqui.”
 2721 Conselheiro José Angelo Paganini: “Abstenção. Não tive tempo de analisar o
 2722 processo.” **14) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**
 2723 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**
 2724 **OPERAÇÃO. 14.1) Mineração Usiminas S/A. Mina Central. Pilhas de**
 2725 **rejeito/estéril. Minério de ferro. Itatiaiuçu/MG. PA 00092/1982/067/2018, ANM:**
 2726 **933.980/2010. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso 3º,**
 2727 **alínea b). Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de
 2728 pauta com pedido de vista da Pro Mutuca e vista conjunta solicitada por SME,
 2729 Sindiextra e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O empreendimento é
 2730 de disposição de rejeito de barragem para depósito a seco. Só isso já é
 2731 extremamente elogiável. A pilha que eles propõem fazer é de até 70 m,
 2732 aproximadamente 140 t/m². Seria importante que a Usiminas demonstrasse que
 2733 o solo aguenta essas 140 t/m² sem recalcar. Eu vou pedir vista, mas quero
 2734 explicar, de antemão. Eu já vejo o empreendimento como positivo. O
 2735 empreendimento está saindo da disposição de rejeito em barragem para depósito
 2736 a seco. Isso é um passo extremamente positivo, que deve ser estimulado. Agora,
 2737 ele vai armazenar esse rejeito em pilhas de até 70 m de altura, aproximadamente
 2738 140 t/m². Eu acho que, já que eles vão ter mais um tempo para a próxima reunião,
 2739 já que nós estamos pedindo vista, seria importante que a Usiminas, neste período,
 2740 demonstrasse, nos apresentasse algum atestado de que o solo aguenta essas
 2741 140 t/m² sem recalcar. A apresentação que foi feita pela Usiminas para os
 2742 conselheiros foi muito boa, clara, todo mundo pôde fazer as perguntas que quis.
 2743 Eu mesmo fiz um monte de pergunta. Aparentemente, o empreendimento não
 2744 apresenta problema, mas eu não posso deixar de consultar a sociedade local. E
 2745 esse é o motivo pelo qual estou pedindo vista. E não quer dizer que meu parecer
 2746 depois seja positivo ou negativo. Eu quero escutar a sociedade local antes de me

2747 manifestar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Fica registrado, inclusive,
2748 o questionamento feito pelo senhor, porque aí a Usiminas já traz essa resposta
2749 na próxima reunião para debatermos. Questiono se mais algum conselheiro quer
2750 fazer vista.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria,
2751 primeiramente, manifestar que tive a oportunidade, ontem, porque no dia da
2752 apresentação que a Usiminas fez eu estava impedido, por uma questão familiar.
2753 Mas ontem eu e a Denise participamos da apresentação com a Usiminas, e eu
2754 digo que fiquei bastante satisfeito com o que eles puderam colocar, com muito
2755 detalhe, inclusive. E digo que fiquei muito confortável com essa situação colocada
2756 pela Usiminas. A questão da vista, se for o caso, eu gostaria também de pedir
2757 juntamente, uma vista conjunta. A vista em conjunto seria no sentido de detalhar
2758 um pouquinho mais essa questão social e socioeconômica. Eu já tinha ouvido da
2759 própria Usiminas que foram feitas algumas reuniões regionais, na região do Serra
2760 Azul, na região de Itatiaiuçu. Basicamente, é isso. Com relação à parte técnica,
2761 não tem nenhum problema.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Vista
2762 conjunta. Tendo em vista essa manifestação do Julio, eu acho pertinente e vou
2763 também querer dar uma verificada nessa questão técnica referente ao solo.”
2764 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Vista conjunta pelos mesmos motivos
2765 expostos pela Denise, do Sindiextra.” Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Eu
2766 queria destacar que a Polícia Civil e a Polícia Federal têm feito um trabalho
2767 brilhante na relação de empreendedores que têm feito atividades em
2768 desconformidade com a licença ambiental ou que tenham exercido suas
2769 atividades sem a devida licença ambiental. Então, além do trabalho da Polícia
2770 Militar, que já tem um efetivo muito grande trabalhando na temática do meio
2771 ambiente e do licenciamento ambiental, temos esse esforço também, o que traz
2772 uma lisura, uma confiança e também um controle muito grande sobre os nossos
2773 processos. Entrando neste item, eu queria pedir a palavra só para dizer o
2774 seguinte: este processo, como o Julio Grillo, já falou, faz parte de uma migração
2775 de metodologia de disposição que era em barragem e está migrando para sistema
2776 de filtragem e disposição em pilha. Isso faz parte de um acordo, e são partes
2777 desse acordo a SEMAD, a empresa, o Ministério Público, a prefeitura, através do
2778 Poder Executivo de Itatiaiuçu, e também a Defesa Civil do município. Todos
2779 assinam esse acordo em prol de que essa planta de mineração não tenha mais
nenhuma barragem e passe a fazer toda a disposição de forma diferente dessa
metodologia. Só um último ponto, é que eu sei que o Julio traz uma dúvida, muito
pertinente, que entra na temática de mecânica do solo e mecânica dos fluidos.
Acontece que o licenciamento ambiental não dá conta dessas matérias. É uma
pergunta que ele fez – eu entendi – à empresa, então a empresa pode respondê-
lo no momento que achar oportuno, antes da próxima reunião ou até mesmo na
reunião seguinte. Mas não é uma matéria abordada no licenciamento ambiental.”
2787 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Para os senhores terem acesso, eu
2788 peço a transcrição das manifestações deste item na íntegra, até mesmo,
2789 principalmente, pelo Julio, para que a empresa traga essas informações na

2790 próxima reunião. Eu vou passar também para a Karla, que é diretora técnica da
2791 Supram Central para esclarecer os pontos.” Karla Brandão Franco/Supram
2792 Central Metropolitana: “Nós temos dois destaques no processo da Usiminas, que
2793 foram erros materiais no Parecer Único. Na página 99, no item 3.5, de
2794 compensação da Mata Atlântica, na frase: ‘Neste contexto, a empresa apresentou
2795 como proposta para atender às exigências normativas a destinação de 60,62 ha’.
2796 Onde se lê 60,62, deveria estar escrito 64,62 ha. A outra correção é nas
2797 condicionantes. No Anexo I, na página 140 do parecer, ficaram repetidas duas
2798 condicionantes. A condicionante que deve ser mantida está na LP, que é quanto
2799 ao termo de compensação de Mata Atlântica, que deve ser firmado antes das
2800 intervenções. Então deve ser excluída a condicionante 7 da LI: ‘Firmar termo de
2801 compromisso de compensação florestal por intervenção no bioma Mata Atlântica’.
2802 O prazo está ‘30 dias após a concessão da licença’. Essa condicionante ficou
2803 repetida. Está na LP e, como expliquei, deve ser prévia à intervenção. Então ela
2804 já está contemplada corretamente nas condicionantes anteriores. Só para
2805 complementar, apesar de ter sido solicitada vista, e poderem ter acesso ao
2806 processo, a questão da estabilidade geotécnica para poder ser feita a implantação
2807 da pilha foi contemplada nos projetos executivos e também está citada no nosso
2808 Parecer Único. A norma que determina os projetos executivos de pilhas de estéril
2809 e rejeitos de minério já solicita a sondagem geotécnica para implantação de
2810 pilhas, considerando exatamente o que o conselheiro Grillo falou do peso desse
2811 material. Então essas sondagens e a estabilidade do terreno estão dentro do
2812 processo. Ele vai poder ter acesso a esse material todo. E nós também citamos
2813 isso dentro do nosso parecer. Tudo isso, inclusive, está citado no nosso Parecer
2814 Único.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu peço o seguinte. Em
2815 relação às correções, vocês façam as correções e encaminhem para a Secretaria
2816 substituir o parecer lá no site, como é comum nós fazemos aqui.” **15)**
2817 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
2818 Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou
2819 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

2824 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**
2825 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**